



LinX Sistemas e Consultoria Ltda.

CNPJ/MF nº 54.517.628/0001-98



BALANÇO PATRIMONIAL – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024	Passivo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5,2	142.034	82.798	Fornecedores		34.574	35.479
Contas a receber de clientes	6,2	114.271	132.383	Arrendamento a pagar	13,2	6.512	6.667
Tributos a recuperar	7	4.654	10.359	Obrigações trabalhistas	14	72.754	61.094
Créditos com partes relacionadas	8	565	7.779	Impostos e contribuições a recolher		10.688	15.199
Outros ativos	9	29.530	34.304	Imposto de renda e contribuição social		5.454	-
Total ativo circulante		291.054	267.623	Contas a pagar por aquisição de controladas	15,2	310	2.480
				Receita diferida	16,2	11.352	11.713
				Débitos com partes relacionadas	8	328	3.486
				Outros passivos	18	9.356	9.521
				Total do passivo circulante		151.328	145.639
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber de clientes	6,2	4.319	7.192	Arrendamento a pagar	13,2	13.896	20.129
Outros ativos	9	8.810	13.395	Obrigações trabalhistas	14	3.589	2.326
Investimentos	10	170.045	149.250	Contas a pagar por aquisição de controladas	15,2	-	792
Imobilizado	11,2	39.199	61.132	Tributos diferidos	17,3	136.736	135.693
Intangível	12,2	1.232.818	1.221.426	Receita diferida	16,2	450	490
Total do ativo não circulante		1.455.191	1.452.395	Provisão para contingências	20,2	7.232	8.051
				Outros passivos	18	154	161
				Total do passivo não circulante		162.057	167.642
				Total do passivo		313.385	313.281
				Patrimônio líquido			
				Capital social	19,1	1.504.700	1.541.172
				Reservas de capital	19,2	90.708	76.410
				Outros resultados abrangentes		202	4.357
				Prejuízos acumulados		(162.750)	(215.202)
				Total do patrimônio líquido		1.432.860	1.406.737
Total do ativo		1.746.245	1.720.018	Total do passivo e do patrimônio líquido		1.746.245	1.720.018

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
	1.707.632	65.986	(176.750)	2.599	1.599.467
Saldo em 31 de dezembro de 2023					
Aumento de capital	-	15.777	-	-	15.777
Pagamento baseado em ações	(166.460)	-	-	(166.460)	-
Efeito hiperinflação	-	-	-	(597)	(597)
Acervo proveniente de cisão	-	(5.353)	-	-	(5.353)
Baixa benefício pós emprego	-	-	-	200	200
Mudança participação patrimonial	-	-	-	(338)	(338)
Ajustes acumulados de conversão de operações em moeda estrangeira	-	-	-	2.493	2.493
Lucro do exercício	-	-	(38.452)	-	(38.452)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.541.172	76.410	(215.202)	4.357	1.406.737
Redução de capital – cisão	(36.472)	-	-	-	(36.472)
Pagamento baseado em ações	-	14.702	-	-	14.702
Acervo proveniente de cisão	-	(404)	-	-	(404)
Efeito hiperinflação	-	-	-	8.993	8.993
Ajustes acumulados de conversão de operações em moeda estrangeira	-	-	-	(13.148)	(13.148)
Lucro do exercício	-	-	-	52.452	52.452
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.504.700	90.708	(162.750)	202	1.432.860

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

Fundada em 1985 e com sede na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 7221, Cj. 701, Bl. A, Dep. 20 e Cj. 2101, Bl. A, Dep. 12, Edifício Birmann 21, CEP 05425-902 na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a LinX Sistemas e Consultoria Ltda. (“Empresa” ou “LinX Sistemas”), é uma sociedade limitada que possui como única sócia a controlada pela LinX Software Participações em Tecnologia S.A. (“LinX Par”). A Empresa, diretamente e por meio de suas controladas, fornece soluções de software de gestão em ERP (Enterprise Resource Planning) e POS (Point of Sale or Point of Service), soluções de conectividade TEF (Electronic Funds Transfer), e-commerce, CRM (Customer Relationship Management) e OMS (Order Management System), e meios de pagamento, para o setor varejista na América Latina. A Empresa oferece tecnologia inovadora e escalável, com foco e especialização de longo prazo no setor de varejo, um modelo verticalizado de atuação que combina equipes próprias nas áreas comerciais, de implementação, consultoria e suporte por meio do nosso modelo de negócios diferenciado. **1.1. Demonstrações consolidadas:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de forma individual, uma vez que todos os critérios para isenção de obrigatoriedade de apresentação de demonstrações financeiras consolidadas estabelecidos pelo CPC 36 – Demonstrações Consolidadas foram atendidos, quais sejam: • A Empresa é controlada integralmente pela LinX Software Participações em Tecnologia S.A., a qual não fez objeção à não apresentação das demonstrações consolidadas; • A Empresa não negocia suas ações no mercado de capitais; • A Empresa não está em processo de arquivamento de suas demonstrações contábeis junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) visando negociar suas ações no mercado de capitais; • Sua controladora final StoneCo disponibiliza ao público suas demonstrações consolidadas.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que evidencia todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais não são consistentes às utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao período anterior. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no Real (“R\$”) como moeda funcional e de apresentação, e estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio de bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e do intangível e de sua recuperabilidade nas operações, recuperabilidade de tributos diferidos, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação e incertezas das transações envolvendo julgamento e premissas dessas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. Estimativas e premissas são revistas pelo menos anualmente pela Empresa. A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 30 de abril de 2026.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis mais relevantes são apresentadas nas correspondentes notas ao longo da demonstração financeira. Demais políticas contábeis, não relacionadas com notas específicas e julgadas como relevantes pela administração são apresentadas a seguir. **3.1. Classificação como circulante e não circulante:** A Empresa apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou

pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais passivos são classificados como não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **3.2. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação de lucros de curto prazo se a empresa tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **3.2.1. Previdência privada:** A Empresa não mantém planos de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria para seus funcionários e dirigentes. **3.2.2. Participação nos lucros:** A Empresa possui plano de benefícios a dirigentes e funcionários, na forma de participação nos lucros e planos de bônus. A expectativa é de que a participação nos lucros e planos de bônus seja liquidada em até doze meses e encontram-se apresentados pelo valor que se espera ser quitado. **3.2.3. Benefício pós-emprego – planos de saúde:** A Empresa oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Empresa é co-patrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Empresa são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência. Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes. **3.3. Conversão de moeda estrangeira:** **3.3.1. Demonstrações financeiras em moeda estrangeira:** Para cada controlada, a Empresa determina sua moeda funcional, baseado no principal ambiente econômico de operação. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada controlada são mensurados usando essa moeda funcional. A moeda funcional da maioria das controladas da Empresa também é o real brasileiro, exceto pelo Grupo Napse. As moedas funcionais das diferentes entidades do Grupo Napse são o dólar norte-americano, o peso argentino, o peso chileno, o peso mexicano, o Novo Sol e o peso uruguaio. As demonstrações financeiras de entidades com moeda funcional diferente do real, são convertidas para reais usando (i) as taxas de câmbio da data de apresentação do Balanço Patrimonial para ativos e passivos, (ii) as taxas de câmbio médias mensais para receitas e despesas, e (iii) a taxa de câmbio na data da transação para transações patrimoniais. Ganhos e perdas cambiais decorrentes da conversão são registrados em Outros Resultados Abrangentes (“ORA”). **3.3.2. Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são inicialmente convertidas e registradas pela Empresa em sua moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio à vista, na data em que a transação se qualifica para o reconhecimento. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio vigente na data de fechamento do balanço. Ganhos e perdas com variação cambial resultantes da liquidação de transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício. Estes surgem principalmente da conversão de instrumentos financeiros da Empresa denominados em moedas estrangeiras. **3.4. Demonstrações financeiras em economia hiperinflacionária:** Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos três anos anteriores na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidência em economia altamente inflacionária (CPC 42) passou a ser requerida sobre a controlada Napse S.R.L., situada na Argentina. De acordo com o CPC 42, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de controladas que operam em economias altamente inflacionárias, devem ser corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços. As demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária, quer estejam baseadas na abordagem pelo custo

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (em milhares de reais)

Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	21,2	782.400
Custo dos serviços prestados	22	(369.827)
Lucro bruto		412.573
Despesas administrativas e gerais	22	(148.235)
Despesas de vendas	22	(205.522)
Outras receitas (despesas) operacionais	22	(10.072)
Total de receitas (despesas) operacionais		(363.829)
Resultado de equivalência patrimonial	10,2	24.120
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social		72.864
Receitas financeiras	23	4.704
Despesas financeiras	23	(18.619)
Resultado financeiro		(13.915)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		58.949
Imposto de renda e contribuição social correntes	17,2	(5.454)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17,2	(1.043)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		52.452

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	52.452	(38.452)
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado em períodos subsequentes		
Ajustes acumulados de conversão de demonstrações financeiras de controladas elaboradas em moeda estrangeira	(13.148)	2.493
Mudança de participação relativa em controladas	-	(338)
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para o resultado em períodos subsequentes		
Efeito hiperinflação	8.993	(597)
Baixa de benefício pós-emprego	-	200
Resultado abrangente total	48.297	(36.694)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (em milhares de reais)

Nota	2025	2024
Atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	52.452	(38.452)
Ajustes para conciliar o resultado aos fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	11,2/12,2	59.018
Resultado de equivalência patrimonial	10,2	(24.120)
Adição (reversão) de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	6,2	(2.758)
Perdas na baixa/alienação de bens	-	(14.826)
Perda na venda de subsidiária	-	5.285
Pagamento baseado em ações	13,791	15.023
Encargos financeiros	-	2.342
Tributos diferidos	17,2	1.043
Constituição (reversão) de provisões para contingências	20,2	121
Outras despesas (receitas) operacionais	-	2.996
Sub-total dos ajustes gerado pelas atividades operacionais	37.607	166.919
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	22,183	45.335
Tributos a recuperar	14,383	27.336
Outros ativos e créditos em partes relacionadas	15,948	11.369
Fornecedores	(1.286)	(27.479)
Obrigações trabalhistas	12,923	(3.748)
Impostos e contribuições a recolher	(5.444)	(9.541)
Receita diferida	(401)	(2.740)
Pagamento de contingências	(940)	(4.822)
Outros passivos e débitos em partes relacionadas	(3.329)	(9.077)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.291)	(7.037)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	141.805	148.093
Atividades de investimento		
Aquisição de sociedade, líquido de caixa e equivalentes	(66.214)	-
Aquisição de ativo imobilizado	(4.594)	(2.350)
Aquisição de ativo intangível	(25.595)	(89.208)
Pagamentos de parcela a prazo por aquisição de coligadas e controladas em períodos anteriores	15,2	(5.958)
Aumento de capital em controladas	10,2	(5.335)
Venda de subsidiária, líquida do caixa alienado	-	36.313
Fluxo de caixa consumido pelas atividades de investimento	(71.383)	(117.079)
Atividades de financiamento		
Pagamentos de arrendamentos	13,2	(11.186)
Fluxo de caixa consumido pelas atividades de financiamentos	(11.186)	(13.452)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		59.236
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5	82.798
Saldo final de caixa e equivalente de caixa	5	142.034
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		59.236

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

histórico ou na abordagem pelo custo corrente, devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do período. **3.5. Demonstração dos fluxos de caixa:** A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.6. Novas normas e alterações de normas e interpretações adotadas:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025: • CPC 02 – Efeitos de mudanças nas taxas de câmbio: em agosto de 2023, o IASB alterou a IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é convertível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o CPC 02 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de convertibilidade fosse temporária. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. As alterações acima mencionadas não tiveram qualquer impacto relevante nas demonstrações financeiras da Empresa. **3.7. Novas normas e alterações de normas e interpretações ainda não adotadas:** As normas e interpretações novas e alteradas que foram emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa são apresentadas a seguir. A Empresa pretende adotar essas novas normas e alterações de normas e interpretações, se aplicáveis, quando entrarem em vigor. • CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 – Instrumentos Financeiros Divulgáveis: Publicado em maio de 2024, as alterações tratam, basicamente, dos seguintes temas: data de reconhecimento e baixa de alguns instrumen-

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/05/2026



Accesse a página de Publicações Legais no site do www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

LINX SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA.

tos financeiros, e características relevantes na avaliação dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros para classificação e mensuração. Adicionalmente são aprimoradas as divulgações relativas aos instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros vinculados a eventos contingentes. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada, com aplicação retrospectiva. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma. • CPC 26 – Apresentação das demonstrações financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substituiu o IAS 1/CPC 26 – Apresentação das demonstrações financeiras. A norma introduz novos requisitos de apresentação na demonstração de resultados, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas na demonstração de resultados em uma de cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, imposto sobre o rendimento e operações descontinuadas, sendo as três primeiras novas. Também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela gestão, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements) “PFS”) e nas notas explicativas. Além disso, foram introduzidas alterações de âmbito restrito à IAS 7/CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, que incluem a alteração do ponto de partida para a determinação dos fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo” para “lucro ou prejuízo operacional” e eliminam as opções em torno da classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Existem ainda alterações consequentes em várias outras normas. As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, mas a aplicação antecipada é permitida e deve ser divulgada. A IFRS 18 será aplicada retrospectivamente. • CPC 51/IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das demonstrações financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18, que substituiu a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos requisitos de apresentação na demonstração do resultado, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades deverão classificar todas as receitas e despesas na demonstração do resultado em cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos sobre o lucro e operações descontinuadas, sendo que as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs), certas medidas de desempenho de lucro ou prejuízo, e inclui novos requisitos para agregação e desagregação de informações financeiras com base nos “papéis” identificados das demonstrações financeiras principais (PFS) e das notas explicativas. Adicionalmente, foram feitas alterações de escopo restrito à IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das atividades operacionais pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo” para “lucro ou prejuízo operacional”, além da remoção das opções relacionadas à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em diversas outras normas. A IFRS 18, e as alterações nas demais normas, são vigentes para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, mas a aplicação antecipada é permitida e deve ser divulgada. A IFRS 18 será aplicada retrospectivamente. • CBPS 01 e CBPS 02 – Normas de Divulgação de Sustentabilidade: Emitidas pelo International Sustainability Standards Board (ISSB) traduzidas e emitidas no Brasil pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS) estas normas estabelecem os requisitos gerais para a divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade (CBPS 01) e divulgações específicas sobre o clima (CBPS 02). Seu objetivo é garantir que as entidades forneçam informações úteis aos usuários das demonstrações financeiras sobre riscos e oportunidades de Environmental, Social and Governance (“ESG”). A Companhia monitora o cronograma regulatório vigente para determinar o prazo e a extensão de sua adoção obrigatória. • Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (EC) nº 132/2023 (“Reforma Tributária”), substituindo vários dos atuais “impostos indiretos” (ICMS, ISS e PIS/Cofins) pelo imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Posteriormente, em 16 de janeiro de 2025, o Presidente do Brasil promulgou a Lei Complementar nº 214, que regulamenta esses impostos indiretos e outras matérias, incluindo o estabelecimento de um sistema específico de arrecadação tributária. • Em 13 de janeiro de 2026, foi promulgada a Lei Complementar nº 227, que dispõe sobre o funcionamento do Comitê Gestor – órgão governamental responsável pela supervisão da arrecadação tributária – e trata das alíquotas aplicáveis ao setor financeiro. É importante mencionar que regulamentações futuras disporão sobre a operacionalização das obrigações acessórias, bem como sobre pontos relevantes relativos à tributação do setor financeiro. O sistema de split payment introduz um novo modelo de arrecadação tributária, no qual as instituições de pagamento seriam responsáveis por operacionalizar a cobrança dos tributos sobre o consumo junto aos comerciantes. Algumas salvaguardas foram estabelecidas em favor das instituições de pagamento, como a isenção de responsabilidade tributária no âmbito do sistema de split. Esta Reforma Tributária estará sujeita a uma fase de transição, com duração de 2026 a 2032. Por ora, não é possível prever quando e como as novas regulamentações pendentes serão editadas, nem como as regras serão aplicadas. Eventuais aumentos na carga tributária global aplicável ao nosso negócio poderão resultar em maiores custos para nós e, conseqüentemente, afetar de forma relevante e adversa a nossa rentabilidade. A Empresa está avaliando as alterações que serem realizadas para determinar os impactos em suas demonstrações financeiras.

A movimentação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é demonstrada a seguir:

	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	(14.193)	(16.793)
Adição	(1.681)	(4.434)
Reversão	4.439	7.034
Saldo em 31 de dezembro	(11.435)	(14.193)

7 TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2025	31/12/2024
Impostos e contribuição retido na fonte	4.304	10.359
INSS a recuperar	298	-
Outros	52	-
Total	4.654	10.359

8 PARTES RELACIONADAS

Credor	Tipo de operação	Ativo	
		31/12/2025	31/12/2024
Stoneco Ltd. (“Stone”)	Nota de débito	237	-
Stone Corporate e Holding S.A. (“Stone Corporate”)	Nota de débito	-	3
Buy4 Processamento de Pagamentos S.A. (“Bu4 Brasil”)	Nota de débito	-	486
Linx Saúde Ltda. (“Linx Saúde”)	Nota de débito	4	-
Linx People Ltda. (“Linx People”)	Nota de débito	34	-
Linx Software Participações em Tecnologia S.A. (“Linx Part”)	Nota de débito	17	-
Pagar.me S.A. (“Pagar.me”)	Nota de débito	-	270
Stone Logística Ltda. (“Stone Log”)	Nota de débito	-	14
Stone Sociedade de Crédito Direito S.A. (“Stone SCD”)	Nota de débito	-	3
Stone Franchising Ltda. (“Stone Franquia”)	Nota de débito	-	2
Vitta Corretora de Seguros Ltda. (“Vitta Corretora”)	Nota de débito	-	5
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro (“TAG”)	Nota de débito	-	36
Stone Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“SCFI”)	Nota de débito	-	24
Sponte Educação Ltda. (“Sponte”)	Nota de débito	-	287
Linx Automotivo Ltda. (“Linx Auto”)	Nota de débito	273	1.126
Linx Commerce Ltda. (“Linx Commerce”)	Nota de débito	-	311
Napse S.R.L.	Mútuo	-	5.212
Total de contas a receber		565	7.779

Devedor

	31/12/2025	31/12/2024
Linx Telecomunicações Ltda. (“Telecom”)	196	1.609
Stone Corporate e Holding S.A. (“Stone Corporate”)	-	3
Linx Commerce	19	-
Stone IP	-	1.533
Stone Impulse Ltda. (“Stone Impulse”)	113	221
Linx Saúde	-	17
Linx People	-	93
MNLT S.A. (“MNLT”)	-	1
Vitta Serviços em Saúde Ltda. (“Vitta Saúde”)	-	9
Total de contas a pagar	328	3.486

Em 27 de fevereiro de 2026, foi concluída a transação de venda do Grupo Linx, que deixou de pertencer ao grupo da StoneCo a partir desta data. Conseqüentemente, as entidades listadas sob o controle da Linx deixam de ser qualificadas como partes relacionadas para fins de divulgação em períodos posteriores a fevereiro de 2026. As transações com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios da Empresa e em condições acordadas entre as partes. **8.1. Remuneração do pessoal-chave da administração:** A remuneração total do pessoal-chave da Administração (12 administradores em 2025 e 13 administradores em 2024), relativa aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são resumidas como segue:

	2025	2024
Pró-labore	7.174	8.051
Pagamentos baseados em ações	5.335	4.645
Total	12.509	12.696

8.2. Resultado: No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, existiram despesas compartilhadas no montante de R\$ 32.462 (R\$ 12.908 em 31 de dezembro de 2024) e receitas financeiras referentes a juros de empréstimos e prestação de serviços no período de R\$ 4.845 (R\$ 8.933 em 31 de dezembro de 2024).

9 OUTROS ATIVOS

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento a funcionários, férias e 13º salário	2.706	3.357
Despesas antecipadas (a)	19.403	27.593
Retenções para contingências – Adquiridas (b)	-	2.115
Mútuos Conversíveis	4.177	5.908
Adiantamento para fornecedores	7.384	4.411
Outros	921	760
Total	38.340	47.699
Ativo circulante	29.530	34.304
Ativo não circulante	8.810	13.395

(a) Refere-se despesas de custo de aquisição de clientes e serviços de nuvem.
 (b) Refere-se a parcelas contingentes das empresas CSI, DCG, Softpharma, Millennium, Chaordic, Itec Informática, Único e Hiper, conforme contratos de aquisições. (a)

10 INVESTIMENTOS

10.1. Políticas contábeis: Uma coligada é uma entidade sobre a qual a investidora tenha influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da investida, sem haver, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas. Controlada é uma entidade controlada por outra entidade, denominada controlador, por meio do exercício de poder de destinação e, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a controlada. Os investimentos em coligadas e em controladas da Empresa são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, o investimento em coligadas e controladas é inicialmente reconhecido ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para reconhecer as alterações na participação da Empresa nos ativos líquidos das coligadas e controladas desde a data de aquisição. O ágio relacionado a uma coligada ou controlada é incluído no valor contábil do investimento e não é testado separadamente. A demonstração do resultado reflete a participação da Empresa nos resultados das operações das coligadas e controladas. Qualquer alteração no valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) das coligadas e controladas é apresentada como parte do VJORA da Empresa. Além disso, quando houver uma mudança reconhecida diretamente no patrimônio líquido das coligadas e controladas, a Empresa reconhece a sua participação nas mudanças, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados resultantes de transações entre a Empresa e suas coligadas e controladas são eliminados na extensão da participação na investida. O total da participação da Empresa nos lucros ou prejuízos de coligadas e controladas é demonstrado na demonstração do resultado fora do resultado operacional e representa o lucro ou prejuízo após impostos e participações de não controladoras nas investidas. As demonstrações financeiras das investidas são preparadas para o mesmo período de encerramento da Empresa. Quando necessário, são feitos ajustes para alinhar as políticas contábeis às da Empresa. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Empresa determina se é necessário reconhecer uma perda por redução ao valor recuperável sobre o investimento em sua investida. Em cada data-base, a Empresa determina se existe evidência objetiva de que o investimento na investida possa ter se desvalorizado. Se houver tal evidência, a Empresa determina o montante da redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor participacional da coligada e o seu valor contábil e, em seguida, reconhece a perda por participação nos lucros da investida na demonstração do resultado. Após a perda de controle sobre uma controlada ou perda de influência significativa sobre uma coligada, a Empresa avalia e reconhece o investimento residual pelo seu valor justo. Qualquer diferença entre o valor contábil da investida no momento da perda de influência significativa, o valor justo do investimento residual e o resultado da alienação é reconhecida no resultado. Nenhum dos investimentos em coligadas e controladas apresentou restrições significativas na transferência de recursos na forma de dividendos em dinheiro ou pagamento de obrigações, durante o período reportado.

10.2. Investimentos em controladas diretas

	Neo-mode (a)	Hiper (b)	Napse (c)	Stone Pay (d)	Linx Auto (e)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.239	28.819	69.395	105.954	-	209.407
Equivalência patrimonial	(978)	2.248	7.004	(69.320)	-	(61.046)
Mudança de participação	(338)	-	-	-	-	(338)
Venda de participação	(5.285)	-	-	-	-	(5.285)
Aumento de capital social	1.362	2.500	-	-	-	3.862
Ajuste de conversão	-	-	2.493	-	-	2.493
Efeito da atualização da hiperinflação	-	-	(597)	-	-	(597)
Plano de outorga de ações	-	66	688	-	-	754
Patrimônio Líquido	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	33.633	78.983	36.634	-	149.250
Equivalência patrimonial	-	1.677	14.459	(321)	8.305	24.120
Aumento de capital social	-	-	5.335	-	-	5.335
Ajuste de conversão	-	-	(13.200)	-	-	(13.200)
Efeito da atualização da hiperinflação	-	-	9.166	-	-	9.166
Plano de outorga de ações	-	8	624	-	279	911
Cisão	-	(35.318)	-	-	-	(35.318)
Compra (venda) de participação	-	-	-	(36.313)	66.214	29.901

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	95.247
Composto por:		
Valor patrimonial	-	38.655
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	-	56.592
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	95.247

(a) Em 4 de dezembro de 2024, foi concluído o desinvestimento na Neostore Desenvolvimento de Programas de Computador S.A. (“Neomode”). Sendo assim, desta referida data, a Linx Sistemas não detém mais nenhuma participação societária na Neomode. (b) Em 1 de outubro de 2025, foi concluída a transferência de participação societária detida pela Linx Sistemas na Hiper Software S.A. (“Hiper”). Sendo assim, desde referida data, a Linx Sistemas não detém mais nenhuma participação societária na Hiper. O valor do laudo apresentado na nota explicativa 4 diverge do montante contabilizado, visto que a avaliação pericial refere-se a uma data-base distinta daquela utilizada para o registro contábil. (c) A Linx Sistemas possui participação direta na Napse Uruguay SAS (“Napse Uruguay”) de 99,99%, Napse S.R.L. (“Napse Argentina”) de 98,52% e Synthesis Holding LLC (“Napse Holding”) de 100%. (d) Em 26 de agosto de 2025, foi concluída a venda da participação societária detida pela Linx Sistemas na Stone Pay Meios de Pagamento Ltda. (“Stone Pay”). Sendo assim, desde referida data, a Linx Sistemas não detém mais nenhuma participação societária na Stone Pay. (e) Em 11 de setembro de 2025, foi concluída a compra da participação societária Linx Automotivo Ltda (“Linx Auto”) detida pela STNE Participações para a Linx Sistemas. Sendo assim, desde referida data, a Linx Sistemas detém 100% de participação direta na Linx Auto.

11 IMOBILIZADO

11.1. Políticas contábeis: **11.1.1. Reconhecimento e mensuração:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas na demonstração do resultado. **11.1.2. Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Empresa e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostos por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **11.1.3. Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. O valor residual é a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A depreciação é reconhecida no resultado, baseado-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A tabela a seguir apresenta as vidas úteis estimadas em 31 de dezembro de 2025:

	Vida útil estimada (anos)			
Pin Pads e POS	5			
Equipamentos de informática	3 a 5			
Instalações	10			
Imóveis	25			
Máquinas e equipamentos	5 a 10			
Móveis e utensílios	10			
Veículos	5			

11.2. Composição dos saldos e movimentações: As movimentações nos saldos do ativo imobilizado estão descritas a seguir:

	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025
Custo				
Pin Pads & POS	1.268	-	-	1.268
Equipamentos de informática	74.839	2.235	(2.423)	74.651
Instalações	67.008	1.582	(29.263)	39.327
Máquinas e equipamentos	9.862	813	(5.827)	4.848
Móveis e utensílios	7.887	1	(3.541)	4.347
Veículos	251	-	(251)	-
Direito de uso – Imóveis	56.838	4.410	(3.545)	57.703
Total do custo	217.953	9.041	(44.850)	182.144
Depreciação acumulada				
Pin Pads & POS	(625)	(312)	-	(937)
Equipamentos de informática	(60.477)	(5.908)	2.337	(64.048)
Instalações	(47.136)	(6.163)	22.411	(30.888)
Máquinas e equipamentos	(7.438)	(884)	4.915	(3.407)
Móveis e utensílios	(5.138)	(572)	2.511	(3.199)
Veículos	(385)	-	385	-
Direito de uso – Imóveis	(35.622)	(8.419)	3.575	(40.466)
Total da depreciação acumulada	(156.821)	(22.258)	36.134	(142.945)
Imobilizado, líquido	61.132	(13.217)	(8.716)	39.199

	31/12/2023	Adições	Baixas	rações (a)	31/12/2024
Custo					
Pin Pads & POS	1.268	-	-	-	1.268
Equipamentos de informática	75.550	2.503	(382)	(2.832)	74.839
Instalações	66.853	377	-	(222)	67.008
Máquinas e aparelhos e equipamentos	14.775	9	(4.707)	(215)	9.862
Móveis e utensílios	8.310	45	(140)	(328)	7.887
Veículos	251	-	-	-	251
Direito de uso – Imóveis	57.117	7.686	(7.965)	-	56.838
Total do custo	224.124	10.620	(13.194)	(3.597)	217.953
Depreciação acumulada					
Pin Pads & POS	(225)	(400)	-	-	(625)
Equipamentos de informática	(55.562)	(6.805)	343	1.547	(60.477)
Instalações	(42.006)	(5.209)	-	79	(47.136)
Máquinas e aparelhos e equipamentos	(10.788)	(1.489)	4.697	142	(7.438)
Móveis e utensílios	(4.741)	(696)	111	188	(5.138)
Veículos	(385)	-	-	-	(385)
Direito de uso – Imóveis	(34.445)	(8.797)	7.620	-	(35.622)
Total da depreciação acumulada	(148.152)	(23.396)	12.771	1.956	(156.821)
Imobilizado, líquido	75.972	(12.776)	(423)	(1.641)	61.132

(a) Referem-se aos saldos de imobilizado das empresas Linx Impulse, Sponte Educação, Linx Auto, Linx Commerce, Linx Saúde e Linx People cindidas no exercício de 2024. **11.3. Teste de redução ao valor recuperável de ativos:** Em 31 de dezembro de 2025 não foram identificadas perdas ou indicadores de perdas no valor recuperável nos saldos de imobilizado. Os saldos foram testados a nível de unidade geradora de caixa (“UGC”) em conjunto com os saldos de intangível e investimentos (Nota 12.3.).

4 RESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA

4.1. Cisão parcial Participação societária Hiper e Créditos Neostore: Em 01 de outubro de 2025, foi efetivada a cisão parcial do acervo líquido formado por determinados ativos da Linx Sistemas na data-base de 30 de junho de 2025, os quais foram incorporados pela Stone Corporate. O quadro a seguir demonstra os saldos do acervo líquido cindido:

Ativo	
Ativo circulante	
Contas a receber Neomode	1.689
Total do ativo circulante	1.689
Ativo não circulante	
Participação societária Hiper Software S.A.	11.226
Total do ativo não circulante	11.226
Total do ativo	12.914

A avaliação da parcela cindida da Linx Sistemas foi realizada por uma empresa especializada, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e Código Civil, que emitiu o laudo de avaliação do acervo cindido da Linx Sistemas. A cisão parcial do acervo líquido gerou a redução de capital social Linx Sistemas e o aumento de capital social na Stone Corporate. **4.2. Cisão parcial Agio Hiper:** Em 19 de dezembro de 2025, foi efetivada a cisão parcial do acervo líquido formado por determinado ativo da Linx Sistemas na data-base de 31 de outubro de 2025, o qual foi transferido à Linx Par. O quadro a seguir demonstra o acervo líquido cindido:

LINX SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA.

... continuação

12 INTANGÍVEL

12.1. Políticas contábeis: 12.1.1. Ativos intangíveis: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial.

Table with columns: Incorpo-rações (a), 31/12/2023, Adições, Baixas, 31/12/2024.

(a)Referem-se aos saldos de intangível das empresas Linx Impulse, Sponte Educação, Linx Auto, Linx Commerce, Linx Saúde e Linx People (mais detalhes na Nota 4).

12.1.2. Ágio: O custo do ágio é contabilizado pelo método de redução ao valor justo e o teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente.

13 ARRENDAMENTO A PAGAR

13.1. Políticas contábeis: 13.1.1. Arrendamentos - empresa como arrendatária: 13.1.1.1. Passivo de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Empresa reconhece os passivos de arrendamentos pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Vida útil estimada (anos)

Table with columns: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Software.

13.2. Composição dos saldos e movimentações

Table with columns: Taxa, 31/12/2025, 31/12/2024.

Table with columns: Saldo em 31 de dezembro 2023, Adição, Baixas, Saldo em 31 de dezembro 2024.

Table with columns: Saldo em 31 de dezembro 2025, 31/12/2025, 31/12/2024.

14 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Table with columns: 31/12/2025, 31/12/2024.

15 CONTAS A PAGAR POR AQUISIÇÃO DE CONTROLADAS

15.1. Políticas contábeis: O contas a pagar por aquisição de controladas referem-se aos valores devidos aos seus antigos proprietários quando da aquisição das ações ou quotas representativas do capital social dessas empresas.

15.2. Composição dos saldos e movimentações

Table with columns: 31/12/2025, 31/12/2024.

Do total a pagar em 31 de dezembro de 2025, R\$- é relacionado a contraprestação contingente (RS970 em 31 de dezembro de 2024).

Table with columns: Saldo em 1º de janeiro, 2025, 2024.

16.1. Políticas contábeis: Valores recebidos de clientes relativos a serviços prometidos, mas ainda não prestados, são reconhecidos como receita diferida (passivo) no balanço patrimonial.

Table with columns: 2025, 2024.

16 RECEITA DIFERIDA

16.1. Políticas contábeis: Valores recebidos de clientes relativos a serviços prometidos, mas ainda não prestados, são reconhecidos como receita diferida (passivo) no balanço patrimonial.

Table with columns: 31/12/2025, 31/12/2024.

17.1. Políticas contábeis: 17.1.1. Imposto de renda e contribuição social: 17.1.1.1. Imposto de renda e contribuição social corrente: O ativo e o passivo fiscal correntes são mensurados pelo valor que se espera que seja recuperado ou pago às autoridades fiscais.

17.1.1.2. Imposto de renda e contribuição social diferido: O ativo e o passivo fiscal diferidos são obtidos com base nas diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e o seu valor contábil em cada período.

Table with columns: 2025, 2024.

Table with columns: Despesa total de imposto de renda e contribuição social.

17.3. Tributos diferidos por natureza: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são demonstrados a seguir:

Table with columns: 31/12/2024, Reconhecimento em contrapartida ao resultado, 31/12/2025.

Table with columns: 31/12/2023, Reconhecimento em contrapartida ao resultado, Cisão(a) 31/12/2024.

18 OUTROS PASSIVOS

Table with columns: 31/12/2025, 31/12/2024.

19 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1. Capital social: Em 1 de abril de 2024, foi deliberada a redução do capital social da Empresa, decorrente a cisão parcial da Linx Sistemas com a incorporação da parcela cindida...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/05/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil...



... continuação

LINX SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA.

pela Stone Impulse Ltda. (anteriormente denominada Linx Impulse Ltda.), no montante de R\$ 11.597 que passou de R\$ 1.707.632 para R\$ 1.696.035, mediante a cancelamento de 1.159.681,466 quotas...

Table with columns: Quotista, 31/12/2025 Quotas, %, 31/12/2024 Quotas, %

(a) Stone Corporate e Holding S.A. (anteriormente denominada como Linx S.A.) (b) STNE Par 100% incorporada pela Stone Corporate em 01 de dezembro de 2025.

Table with columns: 31/12/2025, 31/12/2024, Pagamento baseado em ações, Acervo proveniente de cisão

(a) O saldo de R\$ (404) em 31 de dezembro de 2025, divulgado na demonstração das mutações do patrimônio líquido é decorrente do intervalo temporal entre a emissão do laudo de avaliação e o seu respectivo registro contábil.

19.3. Outros resultados abrangentes: Outros Resultados Abrangentes ("ORA"), representa os lucros ou prejuízos não relatados na demonstração de resultados sendo apresentados separadamente nas demonstrações financeiras.

Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado em períodos subsequentes

Table with columns: 31/12/2025, 31/12/2024, Ajustes acumulados de conversão de demonstrações financeiras

Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes

Table with columns: 31/12/2025, 31/12/2024, Efeito da aplicação da hiperinflação

19.4. Dividendos: De acordo com o Contrato Social da Linx Sistemas, os quotistas têm direito de receber como dividendos mínimos obrigatórios, em cada exercício, no mínimo 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício social diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

20. Políticas contábeis: Provisões para demandas judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: (i) a Empresa possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

20.1. Políticas contábeis: Provisões para demandas judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: (i) a Empresa possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

20.2. Composição dos saldos e movimentações: A Empresa é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Table with columns: Trabalhista, Cível, Tributário, Total, Adições, Baixas, Atualização monetária, Pagamentos

20.3. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço patrimonial: A Empresa possui os seguintes litígios cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perda avaliados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para os quais não foi constituída provisão para perdas possíveis estimadas:

Table with columns: 31/12/2025, 31/12/2024, Civil, Trabalhistas, Tributário

A Linx Sistemas é parte em ações judiciais de natureza não semelhante e recorrente, cíveis e trabalhistas, cujos objetos conectam-se com sua operação ordinária. Neste sentido, entende-se que as demandas judiciais cíveis se relacionam à principal frente de atuação da Companhia, qual seja software, no montante de R\$ 34.278 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 28.144 em 31 de dezembro de 2024). No que tange ao passivo contingente, destaca-se ação indenizatória ajuizada por um fornecedor cujo escopo relaciona-se à utilização de determinado software provido e fornecido pelo próprio parceiro, totalizando R\$ 27.956 até 31 de dezembro de 2025 (R\$ 26.835 até 31 de dezembro de 2024).

21 RECEITAS

21.1. Políticas contábeis: 21.1.1. Reconhecimento de contrato com o cliente: A receita é reconhecida quando a Empresa transfere o controle dos serviços para os clientes, em um valor que reflita a contraprestação que a Empresa espera receber em troca desses serviços.

de desempenho é atendida. A receita é reconhecida líquida dos impostos cobrados dos clientes, que são posteriormente recolhidos às autoridades fiscais, das devoluções, abatimentos e dos descontos, quando aplicável. As receitas provenientes de contratos com clientes da Linx Sistemas é apresentada a seguir: • Receitas de assinaturas: São receitas recorrentes oriundas de: (a) receitas recorrentes de assinaturas relacionadas a soluções como automação de negócios, serviços para fornecer ao cliente o direito de uso ao software numa infraestrutura baseada em nuvem, onde o cliente não tem o direito de terminar o contrato e tomar posse do software, e receitas relacionadas a suporte tecnológico, "helpdesk", aluguel de equipamento e serviço de hospedagem de "software"; e (b) serviços não recorrentes, como implementação, personalização, treinamento e outros serviços.

Table with columns: 2025, 2024, Receita recorrente, Receita não recorrente, (-) Impostos sobre vendas, (-) Cancelamentos e abatimentos

22 DEPESAS POR NATUREZA

Table with columns: 2025, 2024, Natureza, Pessoal, Comissões, Depreciação e amortização, Despesas com link

23 RESULTADO FINANCEIRO COMPOSIÇÃO DOS SALDOS

Table with columns: 2025, 2024, Receitas financeiras, Juros ativos, Variação cambial ativa

24 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

24.1. Políticas contábeis: 24.1.1. Mensuração do valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A Empresa mensura o valor justo de instrumentos classificados como subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado em cada data de fechamento do balanço patrimonial.

a comprar ou vender o ativo. 24.2.2. Mensuração subsequente: Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumuladas (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumuladas no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. 24.2.2.1 Ativos financeiros ao custo amortizado: Esta categoria é a mais relevante para a Empresa. A Empresa mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

24.3. Passivos financeiros: 24.3.1. Reconhecimento e mensuração inicial: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

24.3.2. Passivos financeiros ao custo amortizado

24.3.2.1. Passivos financeiros ao custo amortizado: Esta é a categoria mais relevante para a Empresa. Após o reconhecimento inicial, os passivos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

24.3.3. Desreconhecimento

24.3.3.1. Desreconhecimento: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. 24.3.4. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

24.3.5. Ajuste a valor presente

24.3.5.1. Ajuste a valor presente: Os ativos e passivos monetários de curto prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e a melhor estimativa da Administração. 24.3.6. Transações liquidadas com títulos patrimoniais: O custo de transações liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Empresa utiliza um especialista de avaliação externo, o qual utiliza um método de avaliação apropriado. Este custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em outras reservas), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho são cumpridas (período de aquisição ou vesting period). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (vesting date) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da Empresa sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período.

24.3.6. Transações liquidadas com títulos patrimoniais

24.3.6.1. Transações liquidadas com títulos patrimoniais: O custo de transações liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Empresa utiliza um especialista de avaliação externo, o qual utiliza um método de avaliação apropriado. Este custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em outras reservas), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho são cumpridas (período de aquisição ou vesting period). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (vesting date) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da Empresa sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período.

24.3.6. Transações liquidadas com títulos patrimoniais

24.3.6.2. Transações liquidadas com títulos patrimoniais: O custo de transações liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Empresa utiliza um especialista de avaliação externo, o qual utiliza um método de avaliação apropriado. Este custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em outras reservas), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho são cumpridas (período de aquisição ou vesting period). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (vesting date) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da Empresa sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período.

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/05/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

LINX SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA.

modificação que resulta no aumento do valor justo dos acordos com pagamento baseado em ações ou que, de outra forma, beneficie os empregados. Quando uma outorga é cancelada pela entidade ou pela contraparte, qualquer elemento remanescente do valor justo da outorga é reconhecido como despesa imediatamente por meio do resultado. O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído. **24.4. Gestão de riscos financeiros:** A Empresa apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional. **24.4.1. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Empresa caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. A exposição da Empresa ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Empresa estabelece uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento. A Empresa possui uma carteira de clientes muito diversificada com baixo nível de concentração, onde o maior cliente não representa mais que 10% da receita recorrente. A Empresa reconhece perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para contas a receber de clientes (Nota 6.2). A Empresa estabelece uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. Em 31 de dezembro de 2025, a exposição máxima ao risco de crédito está representada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	142.034	82.798
Contas a receber de clientes	118.590	139.575
Créditos com partes relacionadas	565	7.779
Débitos com partes relacionadas	328	3.486
Total	261.517	233.638

24.4.2. Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez são de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas significativas ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Total
Fornecedores	34.575	-	-	34.575
Arrendamento a pagar	-	10.173	20.806	30.979
Contas a pagar por aquisição de controladas	-	-	310	310
Contas - Contraprestação contingente	-	-	154	154
Outros passivos	9.356	154	-	9.510
Total	43.931	10.637	20.806	75.374

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial por arrendamento a pagar. Tipicamente, a Empresa garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. **24.4.3. Risco de mercado:** Risco de taxas de juros e inflação: o risco de taxas de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao IPCA e CDI e aplicações financeiras em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. **24.4.4. Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Empresa é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Empresa. **24.5. Gestão de capital:** A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Empresa define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para seus quotistas.

24.6. Instrumentos financeiros por categoria

	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Contas a receber de clientes	-	118.590	-	139.575
Créditos com partes relacionadas	-	565	-	7.779
Outros créditos	-	38.340	-	47.699
Total dos ativos financeiros	-	157.495	-	195.053
Passivos financeiros				
Fornecedores	-	34.575	-	35.479
Arrendamento a pagar	-	20.408	-	26.796
Contas a pagar por aquisição de controladas	-	310	-	3.272
Débitos com partes relacionadas	-	328	-	3.486
Outros passivos	-	9.510	-	9.682
Total dos passivos financeiros	-	65.131	-	78.715

25 PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

A Empresa possui planos de pagamento baseado em ações, segundo os quais a administração confere a empregados e outros provedores de serviços similares o direito de receber instrumentos patrimoniais (incluindo ações ou opções de ações) da StoneCo (negociadas com a sigla STNE na bolsa americana NASDAQ) como parte de seu plano de incentivo de longo prazo, quando atendidas as condições de aquisição de direito neles especificadas. **25.1. Política contábil: 25.1.1. Transações envolvendo pagamento baseado em ações:** As práticas contábeis utilizadas pela Empresa, no que tange ao reconhecimento dos planos de pagamento baseado em ações, estão de acordo com as normas adotadas no Brasil (CPC 10). O custo dessas transações, as quais são liquidadas em ações, é mensurado pelo valor justo na data da outorga e registrado como despesa, em contrapartida do patrimônio líquido, durante o período do serviço, ou na data da concessão, em caso de serviços passados. O valor justo das Restricted Shares Units ("RSUs") é o valor de mercado do instrumento na data da outorga. Para opções e Performance Shares Units ("PSUs"), o valor justo é calculado utilizando o modelo de precificação Black-Scholes-Merton, considerando os termos e condições dos planos. A condição de desempenho e a quantidade de ações que se espera emitir são mensuradas com base em dados históricos e dados modificados, quando se espera que o futuro seja razoavelmente diferente do passado, entre outros fatores. As duas principais variáveis do modelo foram (i) taxa de juros livre de risco e (ii) volatilidade anual, com base no preço histórico das ações da StoneCo e de players similares. A volatilidade esperada reflete a suposição de que a volatilidade histórica é indicativa de tendências futuras, mas que podem não ser necessariamente o resultado real. **25.1.2. Restricted Shares Units ("RSUs")** A Empresa outorgou RSUs, as quais, em sua maioria, estão condicionadas à permanência (condições de desempenho corporativo são aplicáveis a uma minoria), e habilitam o recebimento seguindo regras de período de aquisição de direito ("vesting period") estabelecidas e aplicadas de acordo com a política interna corporativa. As ações restritas outorgadas em 2025 tem valor justo na data de outorga de R\$ 52,17 a R\$ 80,51 e possuem substancialmente vencimento ("vesting period") em tranches ao longo de um período de até 4 anos. Em 31 de dezembro de 2025 4,749 RSUs estavam pendentes de emissão (31 de dezembro de 2024 não haviam RSUs a serem emitidas para os beneficiários). **25.1.3. Performance Shares Units ("PSUs")** A partir de 2022 a Empresa concedeu prêmios de PSUs, os quais deram aos beneficiários o direito de receber ações se o Grupo atingir níveis mínimos de Retorno Total ao Acionista ("RTA") para um período específico, as quais expiram se a referida condição de desempenho não for atendida. Assim como para RSUs, existem regras específicas de período de aquisição de direito para a habilitação do recebimento. As duas principais entradas do modelo para as PSUs outorgadas em 2025 foram: Taxa de juros livre de risco de 1,1% de acordo com a curva a termo SOFR de 3 meses para um período de 5 anos, e volatilidade anual de 1,1% com base no histórico da StoneCo. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 não haviam PSUs a serem emitidas para os beneficiários. **25.2. Movimentação:** As movimentações ocorridas em 2025 e 2024 de RSUs e PSUs são apresentadas a seguir:

	RSU	PSU	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.092.050	280.083	1.372.133
Outorgadas	191.273	22.939	214.212
Emitidas	(71.148)	-	(71.148)
Transferências entre empresas do grupo (a)	181.654	52.196	233.850
Canceladas	(559.651)	(168.420)	(728.071)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	834.178	186.798	1.020.976
Outorgadas	196.698	16.643	213.341
Emitidas	(211.161)	-	(211.161)
Transferências entre empresas do grupo (a)	(63.690)	(18.680)	(82.370)
Canceladas	(106.804)	(13.180)	(119.984)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	649.221	171.581	820.802

Em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecida provisão na rubrica de despesas de pessoal, incluindo encargos, no valor de R\$ 19.953 (R\$ 17.442) em 31 de dezembro de 2024.

26 EVENTO SUBSEQUENTE

Em 21 de julho de 2025, a Stone Corporate firmou um acordo para a venda de seus Negócios de Software, resultando em sua classificação como ativos mantidos para venda. A transação foi aprovada sem restrições pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 30 de janeiro de 2025 e concluída em 27 de fevereiro de 2026. O valor total recebido foi de R\$ 3.272.193. O principal impacto na Linx Sistemas foi a mudança de controlador de Stone Corporate para sua nota controladora Totvs.

Mateus Scherer Schwening – Diretor
Camila Del Poente – Contadora CRC SP 290.887/O-8

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/05/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal





Linx Software Participações em Tecnologia S.A.

CNPJ/MF nº 62.490.785/0001-85

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras individuais da Linx Software Participações em Tecnologia S.A. ("Empresa") relativa ao período findo de 14 de agosto de 2025 a 31 de dezembro de 2025. Mensagem da Administração: No período de 2025, a Empresa promoveu uma série de reorganizações societárias estratégicas. Tais operações compreenderam

a conferência de participação societária, bem como a cisão e transferência de ativos e passivos entre entidades sob controle comum. O detalhamento técnico e os impactos patrimoniais dessas movimentações encontram-se descritos nas Notas Explicativas que acompanham estas demonstrações. Em 31 de dezembro de 2025, o ativo totalizou R\$ 1.630,0 milhões reflexo da conferência de participação societária e da incorporação da

unidade de negócios Equals. Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$ 1.621,1 milhões, impulsionado pelos mesmos eventos societários. No período findo em 31 de dezembro de 2025, o lucro líquido totalizou R\$ 20,5 milhões proveniente da equivalência patrimonial das empresas controladas.
A Administração.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2025	Passivo	Nota	31/12/2025
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	5.607	Fornecedores		1.632
Contas a receber de clientes	6.2	7.156	Obrigações trabalhistas	10	5.720
Tributos a recuperar		741	Impostos e contribuições a recolher		818
Créditos com partes relacionadas	7	409	Imposto de renda e contribuição social		1.242
Outros ativos		579	Débitos com partes relacionadas	7	277
Total ativo circulante		14.492	Dividendos a pagar		194
			Outros passivos		33
Não circulante			Total do passivo circulante		9.916
Tributos diferidos		418	Total do passivo		9.916
Investimentos	8	1.611.096	Patrimônio líquido		
Imobilizado		611	Capital social	12.1	1.567.212
Intangível	9.2	4.375	Reservas de capital	12.2	32.481
Total do ativo não circulante		1.616.500	Reserva de investimentos		19.325
			Reserva legal		1.028
Total do ativo		1.630.992	Outros resultados abrangentes	12.3	1.030
			Total do patrimônio líquido		1.621.076
			Total do passivo e do patrimônio líquido		1.630.992

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PERÍODO DE 14 DE AGOSTO DE 2025 A 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva Legal	Reserva de Investimentos	Lucro período	Outros resultados abrangentes	Total
Saldo em 14 de agosto de 2025								
Constituição de capital	12.1	1	-	-	-	-	-	1
Aumento de capital	12.1	1.590.769	-	-	-	-	-	1.590.769
Redução de capital – cisão parcial	12.1	(23.558)	-	-	-	-	-	(23.558)
Pagamento baseado em ações	12.2	-	4.819	-	-	-	-	4.819
Acervo proveniente de cisão	12.2	-	27.662	-	-	-	-	27.662
Efeito da aplicação da hiperinflação		-	-	-	-	-	902	902
Ajustes acumulados de conversão de operações em moeda estrangeira		-	-	-	-	-	128	128
Lucro líquido do período						20.547	-	20.547
Distribuição de Lucro:								
Constituição de reservas		-	-	1.028	19.325	(20.353)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(194)	-	(194)
31 de dezembro de 2025		1.567.212	32.481	1.028	19.325	-	1.030	1.621.076

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PERÍODO DE 14 DE AGOSTO DE 2025 A 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

Fundada em 14 de agosto de 2025 e com sede na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 7221, sala 08, Edifício Birmann 21, CEP 05425-902 na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a Linx Software Participações em Tecnologia S.A. ("Linx Par ou Empresa"), é uma sociedade anônima controlada pela Stone Corporate e Holding S.A. ("Stone Corporate"). A Empresa diretamente e por meio de suas controladas, estão envolvidas principalmente no fornecimento de soluções de software de gestão em ERP (Enterprise Resource Planning) e POS (Point of Sale ou Point of Service), soluções de conectividade TEF (Electronic Funds Transfer), e-commerce, CRM (Customer Relationship Management) e OMS (Order Management System), e meios de pagamento, para o setor varejista na América Latina. A Empresa oferece tecnologia inovadora e escalável, com foco e especialização de longo prazo no setor de varejo, um modelo verticalizado de atuação que combina equipes próprias nas áreas comerciais, de implementação, consultoria e suporte por meio do nosso modelo de negócios diferenciado. **1.1. Demonstrações consolidadas:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de forma individual, uma vez que todos os critérios para isenção de obrigatoriedade de apresentação de demonstrações financeiras consolidadas estabelecidos pelo CPC 36 – Demonstrações Consolidadas foram atendidos, quais sejam: • A Empresa é controlada integralmente pela Stone Corporate, a qual não fez objeção à não apresentação das demonstrações consolidadas; • A Empresa não negocia suas ações no mercado de capitais; • A Empresa não está em processo de arquivamento de suas demonstrações contábeis junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") visando negociar suas ações no mercado de capitais; • Sua controladora final StoneCo disponibiliza ao público suas demonstrações consolidadas.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que evidencia todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes às utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no Real ("R\$") como moeda funcional e de apresentação, e estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio de bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e do intangível e de sua recuperabilidade nas operações, recuperabilidade de tributos diferidos, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação e incertezas das transações envolvendo julgamento e premissas dessas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. Estimativas e premissas são revistas pelo menos anualmente pela Empresa. A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 30 de abril de 2026.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis mais relevantes são apresentadas nas correspondentes notas ao longo da demonstração financeira. Demais políticas contábeis, não relacionadas com notas específicas e julgadas como relevantes pela administração são apresentadas a seguir. **3.1. Classificação como circulante e não circulante:** A Empresa apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais passivos são classificados como não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classifi-

cados no ativo e passivo não circulante. **3.2. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação de lucros de curto prazo se a empresa tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **3.2.1. Previdência privada:** A Empresa não mantém planos de previdência privada ou outro plano de aposentadoria para seus funcionários e dirigentes. **3.2.2. Participação nos lucros:** A Empresa possui plano de benefícios a dirigentes e funcionários, na forma de participação nos lucros e planos de bônus. A expectativa é de que a participação nos lucros e planos de bônus seja liquidada em até doze meses e encontram-se apresentados pelo valor que se espera ser quitado. **3.2.3. Benefício pós-emprego – planos de saúde:** A Empresa oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Empresa é co-patrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Empresa são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência. Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes. **3.3. Conversão de moeda estrangeira:** **3.3.1. Demonstrações financeiras em moeda estrangeira:** Para cada controlada, a Empresa determina sua moeda funcional, baseado no principal ambiente econômico de operação. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada controlada são mensurados usando essa moeda funcional. A moeda funcional da maioria das controladas da Empresa também é o real brasileiro, exceto pela Napse S.R.L., Napse Uruguay SAS, Sociedad Ingeneria de Sistemas Napse I.T. de Chile Limitada, Synthesis Holding LLC, Synthesis US LLC, Retail Americas Sociedad de Responsabilidad Limitada de Capital Variable e Synthesis IT de México Sociedad de Responsabilidad Limitada de Capital Variable ("Grupo Napse"). As moedas funcionais das diferentes entidades do Grupo Napse são o dólar norte-americano, o peso argentino, o peso chileno, o peso mexicano, o Novo Sol e o peso uruguaio. As demonstrações financeiras de entidades com moeda funcional diferente do real, são convertidas para reais usando (i) as taxas de câmbio da data de apresentação do Balanço Patrimonial para ativos e passivos, (ii) as taxas de câmbio médias mensais para receitas e despesas, e (iii) a taxa de câmbio na data da transação para transações patrimoniais. Ganhos e perdas cambiais decorrentes da conversão são registrados em Outros Resultados Abrangentes ("ORA"). **3.3.2. Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são inicialmente convertidas e registradas pela Empresa em sua moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio à vista, na data em que a transação se qualifica para o reconhecimento. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio vigente na data de fechamento do balanço. Ganhos e perdas com variação cambial resultantes da liquidação de transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício. Estes surgem principalmente da conversão de instrumentos financeiros da Empresa denominados em moedas estrangeiras. **3.4. Demonstrações financeiras em economia hiperinflacionária:** Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos três anos anteriores na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidência em economia altamente inflacionária (CPC 42) passou a ser requerida sobre a controlada Napse S.R.L., situada na Argentina. De acordo com o CPC 42, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de controladas que operam em economias altamente inflacionárias, devem ser corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços. As demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária, que estejam baseadas na abordagem pelo custo histórico ou na abordagem pelo custo corrente, devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do período. **3.5. Demonstração dos fluxos de caixa:** A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.6. Investimentos em Controladas:** Os investimentos em empresas controladas são avaliados e contabilizados pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP), em conformidade com o CPC 18 (R2). Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e o seu valor contábil é aumentado ou diminuído para refletir a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do período e nas variações das Reservas de Capital da investida, após a data da aquisição. **3.7. Novas normas e alterações de normas e interpretações adotadas:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025: • CPC 02 – Efeitos de mudanças nas taxas de câmbio: em agosto de 2023, o IASB alterou a IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é convertível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio a ser utilizada. Antes dessas alterações, o CPC 02 somente estabelecia a

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PERÍODO DE 14 DE AGOSTO DE 2025 A 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

	Nota	2025
Receita operacional líquida	13.2	13.866
Custo dos serviços prestados	14	(8.082)
Lucro bruto		5.784
Despesas administrativas e gerais	14	(202)
Despesas de vendas	14	(2.510)
Outras receitas (despesas) operacionais	14	(50)
Total de receitas (despesas) operacionais		(2.762)
Resultado de equivalência patrimonial	8.2	19.205
Lucro antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social		22.227
Receitas financeiras	15	9
Despesas financeiras	15	(8)
Resultado financeiro		1
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		22.228
Imposto de renda e contribuição social correntes	11.2	(1.242)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.2	(439)
Lucro líquido do período		20.547

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PERÍODO DE 14 DE AGOSTO DE 2025 A 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

	2025
Lucro líquido do período	20.547
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado em períodos subsequentes	
Ajustes acumulados de conversão de demonstrações financeiras de controladas elaboradas em moeda estrangeira	128
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para o resultado em períodos subsequentes	
Efeito da aplicação da hiperinflação	902
Resultado abrangente total	21.577

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PERÍODO DE 14 DE AGOSTO DE 2025 A 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

	Nota	2025
Atividades operacionais		
Lucro líquido do período		20.547
Ajustes para conciliar o resultado aos fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	9.2	676
Resultado de equivalência patrimonial	8.2	(19.205)
Adição (reversão) de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	6.2	439
Tributos diferidos	11.2	139
Variáveis nos ativos e passivos operacionais		(7.157)
Contas a receber de clientes		(741)
Tributos a recuperar		(985)
Outros ativos e créditos em partes relacionadas		1.632
Fornecedores		206
Obrigações trabalhistas		1.901
Impostos e contribuições a recolher		310
Outros passivos e débitos em partes relacionadas		(732)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.108)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		10.000
Atividades de investimentos		
Aquisição de ativo intangível	4.2	(1.286)
Caixa e equivalente de caixa proveniente de empresas incorporadas		8.714
Fluxo de caixa consumido pelas atividades de investimentos		1.286
Atividades de financiamentos		
Aumento de capital social	12.1	1
Fluxo de caixa consumido pelas atividades de financiamentos		1
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		5.607
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5	-
Saldo final de caixa e equivalente de caixa	5	5.607
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		5.607

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de convertibilidade fosse temporária. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. As alterações acima mencionadas não tiveram qualquer impacto relevante nas demonstrações financeiras da Empresa. **3.8. Novas normas e alterações de normas e interpretações ainda não adotadas:** As normas e interpretações novas e alteradas que foram emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa são apresentadas a seguir. A Empresa pretende adotar essas novas normas e alterações de normas e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor. • CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 – Instrumentos Financeiros Divulgados: Publicado em maio de 2024, as alterações tratam, basicamente, dos seguintes temas: data de reconhecimento e baixa de alguns instrumentos financeiros, e características relevantes na avaliação dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros para classificação e mensuração. Adicionalmente são aprimoradas as divulgações relativas aos instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros vinculados a eventos contingentes. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada, com aplicação retrospectiva. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma. • CPC 26 – Apresentação das demonstrações financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1/CPC 26 – Apresentação das demonstrações financeiras. A norma introduz novos requisitos de apresentação na demonstração de resultados, incluindo totais e subtópicos específicos. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas na demonstração de resultados em uma de cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, imposto sobre o rendimento e operações descontinuadas, sendo as três primeiras novas. Também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela gestão, subtópicos de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements "PFS") e nas notas explicativas. Além disso, foram introduzidas alterações de âmbito restrito à IAS 7/CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, que incluem a alteração do ponto de partida para a determinação dos fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo" para "lucro ou prejuízo operacional" e eliminam as opções em torno da classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Existem ainda alterações consequentes em várias outras normas. As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, mas a aplicação antecipada é permitida e deve ser divulgada. A IFRS 18 será aplicada retrospectivamente. • CBPS

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/05/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



LINX SOFTWARE PARTICIPAÇÕES EM TECNOLOGIA S.A.

... continuação

de 2025, foi deliberado a redução do capital social da Empresa, decorrente a cisão parcial, no montante de R\$ 23.558 que passou de R\$ 1.590.769 para R\$ 1.567.212 mediante o cancelamento de 23.557.705 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital social é representado por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, dividido da seguinte forma:

31/12/2025	
Quotas	%
Stone Corporate e Holding S.A.	100,00%
Total	100,00%
	1.567.211,697
	1.567.211,697

12.2. Reservas de capital: A reserva de capital está constituída da seguinte forma em 31 de dezembro de 2025:

	31/12/2025
Pagamento baseado em ações	4.819
Acervo proveniente de cisão (a)	27.662
Total	32.481

(a) O acervo proveniente de cisão decorre das movimentações ocorridas no intervalo entre a data-base do laudo de avaliação e a data do efetivo registro contábil.

12.3. Outros resultados abrangentes: Outros Resultados Abrangentes ("ORA"), representa os lucros ou prejuízos não relacionados na demonstração de resultados sendo apresentados separadamente nas demonstrações financeiras. Isso inclui transações e operações da Linx Sistemas que não são consideradas ganhos ou perdas realizadas. O quadro apresenta o saldo acumulado de cada categoria de ORA em 31 de dezembro de 2025:

	31/12/2025
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado em períodos subsequentes	
Ajustes acumulados de conversão de demonstrações financeiras de controladas elaboradas em moeda estrangeira	128
Total	902
	1.030

12.4. Dividendos: De acordo com o Estatuto Social da Linx Par, os acionistas têm direito de receber como dividendos mínimos obrigatórios, em cada exercício, no mínimo 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício social diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (a) Importância destinada à constituição de reserva legal; (b) O saldo, se houver após a destinação dos dividendos obrigatórios, poderá ser destinado para reserva de investimentos. Nos períodos findos de 31 de dezembro de 2025, a Empresa apurou dividendos mínimos obrigatórios.

13 RECEITAS

13.1. Políticas contábeis: **13.1.1. Reconhecimento de contrato com o cliente:** A receita é reconhecida quando a Empresa transfere o controle dos serviços para os clientes, em um valor que reflete a contraprestação que a Empresa espera receber em troca desses serviços. A Empresa concluiu que geralmente é a principal em seus acordos de receita, porque controla os serviços antes de transferi-los para o cliente. A Empresa aplica os seguintes cinco passos relativos às receitas: 1. identificação dos contratos com o cliente; 2. identificação das obrigações de desempenho previstas no contrato; 3. determinação do preço da transação; 4. alocação do preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato; e 5. reconhecimento da receita quando o contrato de obrigação de desempenho é atendida. A receita é reconhecida líquida dos impostos cobrados dos clientes, que são posteriormente recolhidos às autoridades fiscais, das devoluções, abatimentos e dos descontos, quando aplicável. As receitas provenientes de contratos com clientes da Linx Sistemas é apresentada a seguir: • Receitas de assinaturas: São receitas recorrentes oriundas de: (a) receitas recorrentes de assinaturas relacionadas a soluções como automação de negócios, serviços para fornecer ao cliente o direito de uso ao software numa infraestrutura baseada em nuvem, onde o cliente não tem o direito de terminar o contrato e tomar posse do software, e receitas relacionadas a suporte tecnológico, "helpdesk", aluguel de equipamento e serviço de hospedagem de "software"; e (b) serviços não recorrentes, como implementação, personalização, treinamento e outros serviços. Os serviços de assinatura da Empresa geralmente consistem em serviços vendidos como parte de um contrato novo ou existente ou vendidos como um serviço separado. Estes serviços de assinatura podem ou não ser considerados distintos com base na natureza dos serviços fornecidos. As taxas de serviço de assinatura são cobradas como uma taxa fixa mensal, e a receita relacionada é reconhecida ao longo do tempo, seja à medida que os serviços de assinatura são executados ou à medida em que os serviços de uma obrigação de desempenho combinada são transferidos para o cliente (ao longo do prazo da transação relacionada e acordado em contrato).

13.1.2. Contratos com múltiplas obrigações de desempenho: Os contratos da Empresa com seus clientes podem consistir em múltiplas obrigações de desempenho e a Empresa contabiliza as obrigações de desempenho individuais separadamente se elas forem distintas (e.g. setup e receitas de assinatura em um mesmo contrato). Quando os equipamentos ou serviços são agrupados em um contrato com um cliente, os componentes são separados usando o preço de venda individual relativo dos componentes que é baseado no preço habitual da Empresa para cada elemento em transações separadas. **13.2. Composição dos saldos:** Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do período:

	2025
Receita recorrente	14.559
Receita não recorrente	943
(1) Impostos sobre vendas	(1.534)
(4) Cancelamentos e abatimentos	(102)
Receita operacional líquida	13.866

A Empresa não possui clientes que representem individualmente mais que 10% da receita dos período findo em 31 de dezembro de 2025.

14 DESPESAS POR NATUREZA

	2025
Natureza	
Aluguéis	(53)
Comissões	(81)
Depreciação e amortização	(676)
Manutenção e conservação	(29)
Pessoal	(7.277)
Propaganda e publicidade	(259)
Serviços de terceiros	(967)
Viagens e estadias	(69)
Despesas com link	(1.310)
Perdas eventuais	(2)
Despesas com Informática	(3)
Outras	(118)
Total das despesas por natureza	(10.844)

Funcão

Administrativas e gerais	(202)
Vendas	(2.510)
Outras receitas (despesas) operacionais	(50)
Total das receitas (despesas) operacionais	(2.762)
Custos dos serviços prestados	(8.082)
Total das despesas por função	(10.844)

15 RESULTADO FINANCEIRO COMPOSIÇÃO DOS SALDOS

	2025
Receitas financeiras	
Juros ativos	9
Total das receitas financeiras	9
Despesas financeiras	
Imposto sobre operações financeiras	(1)
Juros passivos	(3)
Outras despesas	(4)
Total das despesas financeiras	(8)

16 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

16.1. Políticas contábeis: **16.1.1. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A Empresa mensura o valor justo de instrumentos classificados como subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado em cada data de fechamento do balanço patrimonial. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; ou (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou o mercado mais vantajoso deve ser acessível pela Empresa. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado usando as premissas que os participantes do mercado usariam ao precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado atuam no seu melhor interesse econômico. A Empresa utiliza técnicas de avaliação adequadas às circunstâncias e para as quais existem dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou

divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível I – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível II – Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; • Nível III – Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Empresa determinará se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. **16.1.2. Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **16.2. Ativos financeiros:** **16.2.1. Reconhecimento e mensuração inicial:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Empresa para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Empresa tenha aplicado o expediente prático, a Empresa inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios da Empresa para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultam da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. **16.2.2. Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **16.2.2.1 Ativos financeiros ao custo amortizado:** Esta categoria é a mais relevante para a Empresa. A Empresa mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Empresa ao custo amortizado incluem principalmente, contas a receber de clientes e créditos com partes relacionadas. **16.2.2.2 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Esta categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, aos quais a Empresa não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados também são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento. **16.2.3. Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou • A Empresa transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (i) a Empresa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Empresa não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transfere o controle do ativo. Quando a Empresa transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasses, ela avalia se, e em quais medidas, retém os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transfere, nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transfere o controle do ativo, a Empresa continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Empresa também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Empresa. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). **16.2.4. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Empresa reconhece perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para todos os instrumentos de dívida não mensurados pelo valor justo por meio do resultado. As perdas estimadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Empresa espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. Para contas a receber de clientes e ativos de contratos, a Empresa aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Empresa não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa com base em perdas de crédito esperadas vitais em cada data-base. A Empresa estabelece uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. **16.3. Passivos financeiros:** **16.3.1. Reconhecimento e mensuração inicial:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Empresa incluem: Fornecedores e débito com partes relacionadas. **16.3.2. Mensuração subsequente:** A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito a seguir: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. • Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Empresa não designa nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **16.3.2.1. Passivos financeiros ao custo amortizado:** Esta é a categoria mais relevante para a Empresa. Após o reconhecimento inicial, os passivos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a Fornecedores e débito com partes relacionadas. **16.3.2.2. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR):** Os passivos financeiros ao VJR incluem passivos financeiros mantidos para negociação, contraprestação contingente originada em combinações de negócios e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como ao VJR. Passivos financeiros são classificados

como mantidos para negociação se forem incorridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Esta categoria pode também incluir instrumentos financeiros derivativos contratados pela Empresa e suas controladas que não são designados como instrumentos de hedge em relacionamentos de hedge, conforme definido pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos mantidos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. Em 2025 a Empresa não possui instrumentos classificados nesta categoria.

16.3.3. Desreconhecimento: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **16.3.4. Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **16.3.5. Ajuste a valor presente:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração. **16.3.6. Transações liquidadas com títulos patrimoniais:** O custo de transações liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Empresa utiliza um especialista de avaliação externo, o qual utiliza um método de avaliação apropriado. Este custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em outras reservas), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho são cumpridas (período de aquisição ou vesting period). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (vesting date) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da Empresa sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período. Quando os termos de uma transação liquidada com títulos patrimoniais são modificados (por exemplo, por modificações no plano), a despesa mínima reconhecida é o valor justo na data de outorga, desde que estejam satisfeitas condições originais de aquisição do direito. Uma despesa adicional, mensurada na data da modificação, é reconhecida para qualquer modificação que resulta no aumento do valor justo dos acordos com pagamento baseado em ações ou que, de outra forma, beneficie os empregados. Quando uma outorga é cancelada pela entidade ou pela contraparte, qualquer elemento remanescente do valor justo da outorga é reconhecido como despesa imediatamente por meio do resultado. O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído. **16.4. Gestão de riscos financeiros:** A Empresa apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional. **16.4.1. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Empresa caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. A exposição da Empresa ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Empresa estabelece uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento. A Empresa possui uma carteira de clientes muito diversificada com baixo nível de concentração, onde o maior cliente não representa mais que 10% da receita recorrente. A Empresa reconhece perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para contas a receber de clientes (Nota 6.2). A Empresa estabelece uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. Em 31 de dezembro de 2025, a exposição máxima ao risco de crédito está representada a seguir:

	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa	5.607
Contas a receber de clientes	7.156
Créditos com partes relacionadas	409
Débitos com partes relacionadas	277
Total	13.449

16.4.2. Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez são de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas significativas ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	Até 1 ano
Fornecedores	1.632
Outros passivos	33
Total	1.665

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para arrendamento a pagar. Tipicamente, a Empresa garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. **16.4.3. Risco de mercado:** Risco de taxas de juros e inflação: o risco de taxas de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao IPCA e CDI e aplicações financeiras em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. **16.4.4. Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Empresa é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Empresa. **16.5. Gestão de capital:** A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Empresa define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para seus quotistas.

16.6. Instrumentos financeiros por categoria

	31/12/2025
Ativos financeiros	
Contas a receber de clientes	7.156
Créditos com partes relacionadas	409
Outros créditos	579
Total dos ativos financeiros	8.144
Passivos financeiros	
Fornecedores	1.632
Débitos com partes relacionadas	277
Outros passivos	33
Total dos passivos financeiros	1.942

17 EVENTO SUBSEQUENTE

Em 21 de julho de 2025, a Stone Corporate firmou um acordo para a venda de seus Negócios de Software, resultando em sua classificação como ativos mantidos para venda. A transação foi aprovada sem restrições pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 30 de janeiro de 2026 e concluída em 27 de fevereiro de 2026. O valor total recebido foi de R\$ 3.272.193. O principal impacto na Linx Par foi a mudança de controlador de Stone Corporate para Totvs.

Sandro de Oliveira Bassili – Diretor
Camila Del Poente – Contadora CRC SP 290.887/O-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas da Linx Software Participações em Tecnologia S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Linx Software Participações em Tecnologia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 14 de agosto de 2025 (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam

adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 14 de agosto de 2025 a 31 de dezembro de 2025 findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios

continua ...



... continuação

LINX SOFTWARE PARTICIPAÇÕES EM TECNOLOGIA S.A.

éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria

pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos

controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2026.

Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.

CRC-SP - 034.519/O

Wanderley Fernandes de Carvalho Neto
Contador CRC-SP 300.534/O



Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA São Paulo
MERCANTIL

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/05/2026



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal





Stone Corporate e Holding S.A.

(anteriormente denominada Linx S.A.)

CNPJ/MF nº 06.948.969/0001-75

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Stone Corporate e Holding S.A. ("Companhia") relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Mensagem da Administração. Ao longo do exercício de 2025, a Companhia promoveu uma série de reorganizações societárias estratégicas. Tais operações compreenderam a incorporação de sua controladora, bem como a cisão e transferência de ativos e passivos entre entidades sob controle comum. O detalhamento técnico e os impactos patrimoniais dessas movimentações encontram-se descritos nas Notas Explicativas que acompanham estas demonstrações. Em 31 de dezembro de 2025, os ativos individuais e consolidados da

Companhia totalizaram R\$ 3.833,2 milhões e R\$ 4.782,6 milhões, respectivamente, apresentando aumento de 144,6% e 133,7% em relação ao total de ativos em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 1.566,8 milhões e R\$ 2.046,5 milhões, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$ 3.546,5 milhões, representando um aumento de R\$ 1.984,3 milhões em relação ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o lucro das operações continuadas nos âmbitos individual e consolidado, totalizaram R\$ 7,8 milhões e R\$ 9,8 milhões, respectivamente. Em perspectiva comparativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 tais resultados que totalizam R\$ 31,5 milhões e R\$ (35,5) milhões. A Administração.

Balanco Patrimonial - Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado		
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	312.657	3.840	348.800	106.623
Aplicações financeiras	6.2	-	200.758	-	208.523
Contas a receber de clientes	7.2	-	-	29.692	173.007
Contas a receber de partes relacionadas	18	1.848	-	2.234	2.281
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	9	6.909	-	6.909	-
Impostos a recuperar	13.720	13.720	3.506	15.556	25.896
Despesas antecipadas	50	-	-	94	-
Instrumentos financeiros derivativos	26.5	-	-	1.897	-
Outros ativos	8	36.396	71	37.352	43.761
Ativos classificados como mantidos para venda	1.1.2	3.231.196	-	4.022.823	-
		3.602.776	208.175	4.465.357	560.091
Ativo não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.4	-	18.000	220	-
Contas a receber de clientes	7.2	-	-	3	7.888
Impostos a recuperar	8	-	-	-	66
Outros ativos	8	14.439	-	14.441	43.516
Despesas antecipadas	24	-	-	24	-
Investimentos	11.2	199.102	1.340.652	4.816	-
Imobilizado	12.9	313	-	8.288	78.341
Intangível	13.3	16.498	-	289.422	1.356.604
		230.376	1.358.652	317.214	1.486.415
Total do ativo		3.833.152	1.566.827	4.782.571	2.046.506
Passivo e Patrimônio líquido					
Passivo circulante					
Fornecedores	14	743	96	4.861	55.228
Contas a pagar a partes relacionadas	18	2.339	19	2.339	5.766
Arrendamentos a pagar	15	189	-	1.247	7.980
Salários e encargos sociais	16	-	6	11.692	83.552
Impostos a recolher	148	4.150	4.883	31.854	-
Dividendos a pagar	9	267.389	396	279.889	396
Outros passivos	17	2.624	26	25.605	28.816
		273.432	4.693	330.516	213.592
Passivos associados a ativos mantidos para venda	1.1.2	3.315	-	793.006	-
		276.747	4.693	1.123.522	213.592
Passivo não circulante					
Arrendamentos a pagar	15	-	-	1.359	21.285
Salários e encargos sociais	16	413	-	423	2.420
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.4	1.389	-	16.551	112.766
Provisão para contingências	19.3	3.551	10	49.481	8.352
Outros passivos	17	4.591	-	5.020	2.081
		9.944	10	72.834	146.904
Patrimônio líquido					
Capital social	20.1	2.859.077	817.245	2.859.077	817.245
Reserva legal	7.037	7.037	7.037	7.037	7.037
Reserva de capital	20.2	893.274	884.860	893.274	884.860
Outros resultados abrangentes	20.3	(43.108)	(22.832)	(43.108)	(22.832)
Prejuízos acumulados	(169.819)	(169.819)	(169.820)	(169.820)	(124.186)
Participação dos não controladores	3.546.461	1.562.124	3.546.460	1.562.124	-
Total do patrimônio líquido		3.546.461	1.562.124	3.586.215	1.686.011
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.833.152	1.566.827	4.782.571	2.046.507

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Resultados Abrangentes Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	7.789	31.543	9.839	(35.527)
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados para o resultado em períodos para o resultado em períodos subsequentes	(23.775)	2.284	(24.899)	2.972
Mudança na participação relativa a controladas	-	-	(11.845)	-
Diferenças cambiais na conversão de operações no exterior	-	2.284	(13.054)	2.972
Reflexo de equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de controladas	(23.775)	-	-	-
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para o resultado em períodos para o resultado em períodos subsequentes	3.499	(363)	4.184	(397)
Impactos em economias hiperinflacionárias	-	183	-	200
Reflexo de equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de controladas	-	(546)	8.907	(597)
Movimentação proveniente de incorporação	8.222	-	(4.723)	-
Total do resultado abrangente do exercício	(12.487)	33.464	(10.876)	(32.952)
Total do resultado abrangente atribuível a:				
Acionistas da controladora	(12.487)	33.464	(12.487)	33.464
Participação dos não controladores	(12.487)	33.464	(10.876)	33.976

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	7.789	31.543	9.839	(35.527)
Ajustes para conciliar o resultado aos fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais				
Depreciação e amortização	536	-	76.218	93.343
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.947	(18.000)	19.512	(11.689)
Perda (ganho) com investimentos em controladas e coligadas	(85.769)	19.958	(130)	978
Resultado financeiro, líquido	(652)	(10.322)	5.945	825
Provisão para contingências	19.3	669	10	(1.205)
Pagamento baseado em ações	33	-	20.718	16.316
Perda esperada com crédito de liquidação duvidosa	-	-	(2.349)	(2.233)
Perda (ganho) na baixa e alienação de bens	-	-	16.910	10.305
Perda com impairment de ativos	11.2	157.991	-	-
Perda na venda da subsidiária	-	-	-	74.060
Valor justo de derivativos	-	-	(774)	-
Efeito da aplicação de hiperinflação	-	-	8.985	(597)
Variáveis nos ativos e passivos operacionais				
Contas a receber de partes relacionadas	3.177	-	4.466	-
Impostos a recuperar	4.190	12.056	18.309	33.357
Despesas antecipadas	(6)	-	(13.505)	-
Contas a receber e outros ativos	63	51	62.746	35.189
Contas a pagar a partes relacionadas	(546)	-	(7.186)	-
Pagamento de contingências	-	-	(1.288)	(4.999)
Impostos a recolher	(10.916)	(4.612)	15.295	(4.038)
Salários e encargos sociais	(521)	6	6.473	4.032
Dividendos	5.475	-	(6.909)	-
Fornecedores e outros passivos	(380)	(118)	21.222	(38.527)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.509)	(3.420)	(17.986)	(14.091)
Contas a receber de emissores de cartões Juros pagos	-	-	(2.423)	3.043
Fluxo de caixa líquido originado pelas atividades operacionais	19.337	7.194	165.469	207.865
Aquisições de ativo imobilizado	(127)	-	(5.043)	(8.068)
Aquisições de ativo intangível	(1.351)	-	(4.289)	(118.192)
Caixa e equivalente de caixa referente a cisão	-	-	-	(19.785)
Caixa e equivalente de caixa referente a incorporação	112	-	154.764	-
Resgate (aquisição) de aplicações financeiras, líquido	290.846	(186.137)	208.523	(192.249)
Aquisição de participação em controladas e coligadas	-	-	(5.957)	(37.270)
Venda de subsidiária, líquido de caixa baixado	-	-	7.204	-
Cisão de subsidiária, líquido de caixa	-	5.042	-	-
Aumento de capital em controladas e coligadas	-	(19.791)	-	6.346
Fluxo de caixa gerado (consumido) pelas atividades de investimento	289.480	(200.886)	347.998	(376.422)
Pagamentos de arrendamentos	15	-	(10.328)	(14.690)
Transação com participações não controladoras	-	-	-	(11.845)
Pagamento de dividendos de acionistas não controladores	-	-	-	(7.858)
Aporte de capital social em controladas	-	190.000	-	190.000
Fluxo de caixa gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	-	190.000	(30.031)	175.310
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa	-	-	(10.616)	2.231
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido	308.817	(3.692)	472.820	8.984
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3.840	7.532	106.623	97.639
Saldo final de caixa e equivalente de caixa	5/1.12	312.657	3.840	579.443
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido	308.817	(3.692)	472.820	8.984

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Resultados - Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado		
	Nota	2025	2024	2025	2024
Receita líquida de serviços	22.6	-	45.311	30.659	-
Custos dos serviços prestados	23	(31)	-	(182)	-
Lucro bruto de operações continuadas	(31)	40.164	(30.477)	(20.737)	-
Despesas administrativas	23	(2.022)	(708)	(25.615)	(5.690)
Despesas de vendas	23	(16)	(9)	(10.105)	(5.690)
Outras despesas (despesas) operacionais líquidas	23	(76)	6.284	(1.177)	(63.846)
Receitas (despesas) operacionais de operações continuadas	(2.114)	5.567	(36.897)	(90.323)	-
Resultado de equivalência patrimonial	11.2	1.475	-	130	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e tributos de operações continuadas	(670)	5.567	3.397	(59.846)	-
Receitas financeiras	27.730	12.047	29.852	15.221	-
Despesas financeiras	(783)	(4)	(5.080)	(4.407)	-
Resultado financeiro de operações continuadas	24	26.947	12.043	24.772	10.814
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social de operações continuadas	26.277	17.610	28.169	(49.032)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais)

	Nota	Atribuível aos acionistas da controladora		Participação dos não controladores		Total
		Capital legal	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Lucro (prejuízo) acumulado	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	782.577	7.037	878.529	(24.753)	1.507.619	1.642.136
Aumento de capital	-	190.000	-	-	190.000	196.346
Redução de capital via cisão	-	(155.332)	-	-	(155.332)	-
Mudança participação relativa controladas	-	-	71	-	71	201
Confireração de ações	-	-	14.944	-	14.944	16.316
Movimentação proveniente de cisão controladas	-	-	-	(8.684)	-	(8.684)
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	1.921	-	1.921
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	11.585	11.585
Saldos em 31 de dezembro de 2024	817.245	7.037	884.860	(22.832)	(124.186)	1.562.124
Aumento de capital	20.1	12.914	-	-	12.914	12.914
Redução de capital	20.1	(1.669.125)	1.673.848	(4.723)	-	-
Aumento de capital proveniente de incorporação	20.1	3.698.043	(1.678.569)	-	19.812	2.039.286
Pagamento baseado em ações	-	-	13.650	-	13.650	14.485
Transação de capital com participações não controladoras	-	-	-	-	-	835
Movimentação proveniente de acervo de cisão controladas	-	-	(913)	-	(913)	(129.947)
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	(7.858)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(15.553)	-	

... continuação

	Controladora	Consolidado		
	31/12/2025	31/12/2025		
Passivo				
Fornecedores	-	54.954		
Empréstimos e financiamentos	-	21.369		
Salários e encargos sociais	-	115.923		
Impostos a recolher	-	38.957		
Dividendos a pagar	-	50		
Outros passivos	-	30.583		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.315	434.903		
Provisão para contingências	-	96.267		
Total de passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda	3.315	793.006		
Os saldos acumulados de outros resultados abrangentes reconhecidos no patrimônio líquido associados aos ativos mantidos para venda são apresentados a seguir:				
	Controladora	Consolidado		
	31/12/2025	31/12/2025		
Valores incluídos no DRA acumulado a serem reconhecidos na receita na alienação dos negócios				
Posição monetária líquida em economias hiperinflacionárias	20.578	20.578		
Diferenças cambiais na conversão de operações no exterior	(52.548)	(52.548)		
Total associados a ativos mantidos para venda	(31.970)	(31.970)		
Os efeitos das operações descontinuidas na demonstração do resultado dos exercícios são apresentados a seguir:				
	Controladora	Consolidado		
	2025	2024		
Receita líquida de serviços	-	1.045.576	1.072.885	
Custos dos serviços prestados	-	(482.960)	(480.242)	
Lucro bruto de operações descontinuadas	-	562.616	592.643	
Despesas administrativas	-	(127.367)	(232.075)	
Despesas de vendas	-	(248.143)	(242.940)	
Perda por impairment do ativo do negócio de software	(157.991)	-	(157.991)	
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(1.559)	(40.749)	(31.932)	
Receitas (despesas) operacionais de operações descontinuadas	(159.550)	(574.250)	(506.947)	
Resultado de equivalência patrimonial	84.293	(19.958)	(978)	
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e tributos de operações descontinuadas	(75.257)	(19.958)	(11.634)	84.718
Receitas financeiras	-	-	6.101	10.411
Despesas financeiras	-	-	(23.856)	(29.095)
Resultado financeiro de operações descontinuadas	-	-	(17.755)	(18.684)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social de operações descontinuadas	(75.257)	(19.958)	(29.389)	66.034
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	(36.865)	(18.631)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.023	-	(1.160)	(2.206)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício de operações descontinuadas	(73.234)	(19.958)	(67.414)	45.197
As operações descontinuadas na demonstração dos fluxos de caixa dos períodos são apresentadas a seguir:				
	Consolidado	Consolidado		
	31/12/2025	31/12/2024		
Fluxo de caixa líquido originado pelas atividades operacionais	190.079	193.387		
Fluxo de caixa líquido originado pelas atividades de investimento	(169.463)	(213.410)		
Fluxo de caixa líquido originado pelas atividades de financiamento	(7.829)	(206.938)		
Varição cambial de caixa e equivalentes de caixa	(12.163)	2.231		
Mudança de caixa e equivalentes de caixa	624	(224.730)		

2.1. Controladas: As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem as seguintes controladas:				
Nome da empresa	Principais atividades	Participação societária do Grupo %	31/12/2025	31/12/2024
Stone Pay Meios de Pagamento Ltda. ("Stone Pay") ^(a)	Serviços de meios de pagamento	-	100,00	-
Linx Software Participações em Tecnologia S.A. ("Linx Par") ^(b)	Seguros	100,00	-	-
MLabs Software S.A. ("MLabs")	Serviços de mídias sociais	51,50	-	-
Stone Seguros S.A. ("Stone Seguros") ^(c)	Serviços de seguros	-	-	100,00
APP Sistemas S.A. ("APP")	Serviços de tecnologia	45,96	-	-
Hiper Software S.A. ("Hiper")	Serviços de tecnologia	100,00	-	-
Hubcount Tecnologia S.A. ("Hubcount")	Serviços de tecnologia	75,60	-	-
Linx Automotivo Ltda. ("Linx Auto")	Serviços de tecnologia	100,00	-	-
Linx Commerce Ltda. ("Linx Commerce")	Serviços de tecnologia	100,00	-	-
Linx Enterprise Ltda. ("Linx Enterprise") ^(d)	Serviços de tecnologia	-	-	100,00
Linx People Ltda. ("Linx People")	Serviços de tecnologia	100,00	-	-
Linx Saúde Ltda. ("Linx Saúde")	Serviços de tecnologia	100,00	-	-
Linx Sistemas e Consultoria Ltda. ("Linx Sistemas")	Serviços de tecnologia	100,00	-	-
Linx Telecomunicações Ltda. ("Linx Telecom")	Serviços de tecnologia	100,00	-	-
Napse IT Peru S.R.L. ("Grupo Napse")	Serviços de tecnologia	100,00	-	-
Napse S.R.L. ("Grupo Napse")	Serviços de tecnologia	100,00	-	-
Napse Uruguay SAS ("Grupo Napse")	Serviços de tecnologia	100,00	-	-
Questor Sistemas S.A. ("Questor")	Serviços de tecnologia	50,00	-	-
Retail Americas Sociedad de Responsabilidad Limitada de Capital Variable ("Grupo Napse")	Serviços de tecnologia	100,00	-	-
Sociedad Ingeniería de Sistemas Napse I.T. de Chile Limitada ("Grupo Napse")	Serviços de tecnologia	100,00	-	-
Sponte Educação Ltda. ("Sponte Educação")	Serviços de tecnologia	100,00	-	-
Stone Impulse Ltda. ("Stone Impulse")	Serviços de tecnologia	100,00	-	-
Synthesis Holding LLC ("Grupo Napse")	Serviços de tecnologia	100,00	-	-
Synthesis IT de México Sociedad de Responsabilidad Limitada de Capital Variable ("Grupo Napse")	Serviços de tecnologia	100,00	-	-
Synthesis US LLC ("Grupo Napse")	Serviços de tecnologia	100,00	-	-
Trinks Serviços de Internet S.A. ("Trinks")	Serviços de tecnologia	100,00	-	-
VHSYS Sistema de Gestão S.A. ("VHSYS")	Serviços de tecnologia	50,00	-	-

3.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras do Grupo foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, com as alterações das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Financial Standards Board ("IASB") e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). O Grupo adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas				
---	--	--	--	--

Stone Corporate e Holding S.A. (anteriormente denominada Linx S.A.)

pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2025. A preparação das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados referentes a receitas, despesas, ativos e passivos na data das demonstrações financeiras. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. Os julgamentos, estimativas e premissas são revisados frequentemente, e quaisquer efeitos são reconhecidos no período de revisão e em quaisquer períodos futuros afetados. O objetivo dessas revisões é mitigar o risco de diferenças materiais entre resultados estimados e reais no futuro.

3.2. Base de consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando o Grupo: • tem poder sobre a investida (ou seja, os direitos existentes que lhe dão a capacidade atual de dirigir as atividades relevantes da investida); • está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. Geralmente, há uma presunção de que a maioria dos direitos de voto resulta em controle. Para suportar esta presunção e quando o Grupo tem menos do que a maioria dos direitos de voto ou similares de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias relevantes ao avaliar se tem poder sobre uma investida, incluindo: • o(s) acordo(s) contratual(is) com os outros detentores de votos da investida; • direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • os direitos de voto do Grupo e os potenciais direitos de voto. O Grupo reavalia se controla ou não uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada começa quando o Grupo obtém o controle sobre a controlada e termina quando perde o controle sobre a controlada. Ativos, passivos, receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o ano são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtém o controle até a data em que deixa de controlar a subsidiária. Lucros ou prejuízos e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas da controladora e aos acionistas minoritários, mesmo que isso resulte em um saldo deficitário da participação dos não controladores. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Uma alteração na participação acionária de uma controlada, sem perda de controle, é contabilizada como uma transação de patrimônio, na reserva para "Transações entre acionistas".

3.3. Conversão de moeda estrangeira: 3.3.1. **Demonstrações financeiras em moeda estrangeira:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (RS), que é a moeda funcional do Grupo e, também, a sua moeda de apresentação. Para cada entidade, o Grupo determina sua moeda funcional. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada entidade são mensurados usando essa moeda funcional. A moeda funcional da maioria das controladas da Companhia também é o real brasileiro, exceto pelo Grupo Napse. As moedas funcionais das diferentes entidades do Grupo Napse são o dólar norte-americano, o peso argentino, o peso chileno, o peso mexicano, o Nuevo Sol e o peso uruguayo. As demonstrações financeiras de entidades com moeda funcional diferente do real, tem suas demonstrações financeiras convertidas para reais utilizando (i) as taxas de câmbio na data de apresentação para ativos e passivos, (ii) taxas de câmbio médias mensais para lucro ou prejuízo, e (iii) a taxa de câmbio na data da transação para transações patrimoniais. Ganhos e perdas cambiais decorrentes da conversão são registrados em Outros Resultados Abrangentes ("ORA").

3.3.2. **Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas pelas entidades do Grupo em sua moeda funcional pela taxa de câmbio à vista na data em que a transação se qualifica para o reconhecimento. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio vigente na data de fechamento do balanço. Ganhos e perdas com variação cambial resultantes da liquidação de transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício. Estes surgem principalmente de transações realizadas por clientes com cartões de crédito e débito emitidos por emissores de cartão estrangeiros e da conversão de instrumentos financeiros do Grupo denominados em moedas estrangeiras.

3.4. **Classificação como circulante e não circulante:** O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando: • espera-se realizá-lo ou pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • for mantido principalmente para negociação; • espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • é caixa ou equivalente de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou utilização para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como circulante quando: • espera-se liquidá-lo no ciclo operacional normal; • for mantido principalmente para negociação; • deve ser liquidado dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais passivos são classificados como não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

3.5. **Demonstrações financeiras em economias hiperinflacionárias:** Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos três anos anteriores na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciado em economia altamente inflacionária (IAS 29/CPC 42) passou a ser requerida sobre a controlada Napse S.R.L., situada na Argentina. De acordo com o IAS 29/CPC 42, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de controladas que operam em economias altamente inflacionárias devem ser corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços. As demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária, que estejam baseadas na abordagem pelo custo histórico ou na abordagem pelo custo corrente, devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do período.

3.6. **Novas normas e alterações de normas e interpretações:** 3.6.1. **Novas normas e alterações de normas e interpretações adotadas:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025: • CPC 02/IAS 21 - Efeitos de mudanças nas taxas de câmbio: em agosto de 2023 o IASB aprovou alterações ao IAS 21 (aprovadas pelo CPC em julho de 2024), adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o CPC 02 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. As alterações acima mencionadas não tiveram qualquer impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.

3.6.2. **Novas normas e alterações de normas e interpretações ainda não adotadas:** As normas e interpretações novas e alteradas que foram emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo são apresentadas a seguir. O Grupo pretende adotar essas novas normas e alterações de normas e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor: • CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros Divulgados: Publicado em maio de 2024 pelo IASB e em junho de 2024 pelo CPC, as alterações tratam, basicamente, dos seguintes temas: data de reconhecimento e baixa de alguns instrumentos financeiros; e características relevantes na avaliação dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros para classificação e mensuração. Adicionalmente são aprimoradas as divulgações relativas aos instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros vinculados a eventos contingentes. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada, com aplicação retrospectiva. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma. • CPC 51/IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das demonstrações financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18, que substitui a IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos requisitos de apresentação na demonstração do resultado, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades deverão classificar todas as receitas e despesas na demonstração do resultado em cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, tributos sobre o lucro e operações descontinuadas, sendo que as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs), certas medidas de desempenho de lucro ou prejuízo, e inclui novos requisitos para agregação e desagregação de informações financeiras com base nos "papéis" identificados das demonstrações financeiras principais (PFS) e das notas explicativas. Adicionalmente, foram feitas alterações de escopo restrito na IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das atividades operacionais pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo" para "lucro ou prejuízo operacional", além da remoção das opções relacionadas à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em diversas outras normas. A IFRS 18, e as alterações nas demais normas, são vigentes para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, mas a aplicação antecipada é permitida e deve ser divulgada. A IFRS 18 será aplicada retrospectivamente. O Grupo está avaliando a norma para identificar os impactos nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas, incluindo a reapresentação de informação comparativa. • CBPS 01 e CBPS 02 - Normas de Divulgação de Sustentabilidade: Emitidas pelo International Sustainability Standards Board (ISSB) traduzidas e emitidas no Brasil pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS) estas normas estabelecem os requisitos gerais para a divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade (CBPS 01) e divulgações específicas sobre o clima (CBPS 02). Seu objetivo é garantir que as entidades forneçam informações úteis aos usuários das demonstrações financeiras sobre riscos e oportunidades de Environmental, Social and Governance ("ESG"). A Companhia monitora o cronograma regulatório vigente para determinar o prazo e a extensão de sua adoção obrigatória. O Grupo está avaliando as alterações às serem realizadas para determinar os impactos em suas demonstrações financeiras. **3.6.3. Pilar 2 no Brasil:** Em outubro de 2024, foi publicada a Medida Provisória ("MP") nº 1.262/2024, como parte da proposta do governo brasileiro para adoção parcial das regras do Pilar 2. Ela impõe uma sobretaxa sobre o imposto de renda corporativo (CSLL Adicional) destinada a funcionar como o QDMTT ("Qualified Domestic Minimum Top-up Tax") do Brasil, a partir de 1º de janeiro de 2025. De acordo com a regra, empresas multinacionais com receita anual mínima de € 750 milhões devem aplicar uma alíquota efetiva mínima de 15% sobre o lucro ajustado, apurado segundo as regras do Pilar 2. Com base na análise das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo dos últimos três anos, o Grupo entende que atende a esse limite de receita. A CSLL Adicional será aplicada aos lucros excedentes apurados segundo as normas contábeis brasileiras e aos ajustes consistentes com as regras globais do Pilar 2. Somente o lucro das entidades brasileiras será considerado para determinar o QDMTT, portanto, não afeta as entidades do Grupo em outras jurisdições. Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro

de 2025, 2024 e 2023 (Em milhares de reais brasileiros, salvo indicação em contrário) O texto da MP foi incluído em projeto de lei que foi posteriormente aprovado pelo Congresso e sancionado pelo Presidente na Lei 15.079/2024, adaptando a legislação tributária brasileira às Regras Globais de Erosão da Base Tributária ("Regras GloBE") da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico ("OCDE"). Após a promulgação e entrada em vigor da QDMTT, foi realizada uma avaliação de acordo com as regras do Pilar 2 da OCDE e a legislação brasileira. Com base nessa análise, as entidades brasileiras da StoneCo atendem aos requisitos transitórios aplicáveis de porto seguro, uma vez que a alíquota efetiva de imposto jurisdicional se enquadra nos limites estabelecidos, permitindo, assim, a utilização do porto seguro e a isenção do cálculo integral das Regras GloBE para o ano de 2025. **3.7. Julgamentos, estimativas e premissas significativas:** A preparação das demonstrações financeiras do Grupo requer que a Companhia e suas controladas façam julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos na data-base das demonstrações financeiras. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. Os julgamentos, estimativas e premissas são revisados frequentemente, e quaisquer efeitos são reconhecidos no período de revisão e em quaisquer períodos futuros afetados. O objetivo dessas revisões é mitigar o risco de diferenças significativas entre os resultados estimados e efetivos no futuro. Premissas significativas sobre fontes de incerteza em estimativas futuras e outras fontes significativas na data-base das demonstrações financeiras estão descritas ao longo das demonstrações financeiras.

4. REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA

Em 01 de outubro de 2025, foi efetivada a conferência de participação societária formada por determinados ativos da Stone Corporate os quais foram transferidos para Linx Par.

Ativo	
Ativo não circulante	
Participação Linx Sistemas	1.297.236
Participação Linx Telecom	30.852
Participação Linx Commerce	20.195
Participação Linx People	4.042
Participação Linx Saúde	2.123
Total do ativo	1.354.448

A avaliação da conferência de participação da Stone Corporate foi realizada por uma empresa especializada, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e Código Civil, que emitiu o laudo de avaliação do patrimônio líquido da sociedade. A conferência de participação societária, não acarretou em redução de capital na Stone Corporate. **4.1.1. Cisão participação societária Hiper e Contas a receber Neomode:** Em 01 de outubro de 2025, foi efetivada a cisão parcial do ativo líquido formado por determinados ativos da Linx Sistemas na data-base de 30 de junho de 2025, os quais foram incorporados pela Stone Corporate. O quadro a seguir demonstra o ativo líquido cindido:

Ativo	
Ativo circulante	
Contas a receber Neomode ^(a)	1.689
Ativo não circulante	
Participação societária Hiper Software S.A.	11.226
Total do ativo	12.915

(a) Refere-se a prestação de serviços da Linx Sistemas para Neomode. A avaliação da parcela cindida da Linx Sistemas foi realizada por uma empresa especializada, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, que emitiu o laudo de avaliação do patrimônio líquido da sociedade. A cisão parcial do ativo líquido, acarretou em redução de capital na Linx Sistemas e o aumento de capital da Stone Corporate. **4.1.2. Incorporação STNE Participações S.A.:** Em 28 de novembro de 2025, foi efetivada a incorporação do ativo líquido STNE Participações S.A., na base-base de 31 de outubro de 2025, o qual foi transferido à Stone Corporate, com a consequente extinção da STNE Participações. O quadro a seguir demonstra o valor contábil em 31 de outubro de 2025 do ativo líquido da STNE Par:

Ativo		Passivo	
Ativo circulante		Passivo não circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	386	Fornecedores	503
Aplicações Financeiras	92.005	Empréstimos e financiamentos	223
Contas a receber de clientes	2.694	Obrigações tributárias	13.076
Impostos a recuperar	14.231	Dividendos a pagar	267.389
Despesas antecipadas	49	Outros passivos	879
Outros ativos	154.549	Total do passivo	282.070
Total do ativo	354.900	Passivo não circulante	
		Contas a pagar a partes relacionadas	2.622
Ativo não circulante		Passivos fiscais diferidos	6.050
Contas a receber de partes relacionadas	4.027	Provisão para contingências	2.873
Ativos fiscais diferidos	9.764	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	480
Despesas antecipadas	29	Outros passivos	7.630
Outros ativos	10.178	Total do passivo	19.655
Investimentos	3.780.834	Patrimônio líquido	
Imobilizável	267	Capital social	2.768.885
Intangível	49.760	Reserva de Capital	4.451.557
Total do ativo	3.854.859	Outros resultados abrangentes	(4.509)
		Lucros (Prejuízos) acumulados	(3.517.890)
		Total do patrimônio líquido	3.698.043
Total do ativo	3.999.768	Total do patrimônio líquido	3.999.768

4.1.3. Incorporação ágio Hiper: Em 19 de dezembro de 2025, foi efetivada a cisão parcial do ativo líquido formado por determinado ativos da Linx Sistemas na data-base de 31 de outubro de 2025, o qual foi transferido à Stone Corporate. O quadro a seguir demonstra o ativo líquido cindido:

Ativo	
Ativo não circulante	
Participação Stef S.A.	1.459
Participação Stone Seguros S.A.	1.032
Total do ativo	2.491

A avaliação da parcela cindida da Stone Corporate foi realizada por uma empresa especializada, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, que emitiu o laudo de avaliação do patrimônio líquido da sociedade. A cisão parcial do ativo líquido, não acarretou em redução de capital na Stone Corporate. **4.2. Combinação de negócios:** 4.2.1. **Políticas contábeis:** Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pelo valor justo total da contraprestação transferida na data da combinação de negócios compreendendo ativos transferidos, instrumentos patrimoniais emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da transação. Adicionalmente, é considerado o valor de quaisquer participações de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócios, o Grupo escolhe mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor ou com base na proporção da participação de não controladores sobre os ativos líquidos identificáveis da adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesas quando incorridos. Os ativos adquiridos e passivos assumidos são mensurados ao valor justo, classificados e alocados de acordo com os termos contratuais, circunstâncias econômicas e condições relevantes à data de aquisição. O Grupo identifica e mensura os ativos adquiridos e os passivos assumidos pelo valor obtido em avaliações preliminares na data de aquisição. O Grupo tem até 12 meses após cada uma das aquisições para concluir as avaliações e contrata uma consultoria especializada independente para realizar estes trabalhos. Quando os trabalhos são concluídos pela consultoria independente, a Companhia reconhece a diferença entre os valores preliminares e os valores finais relativos à aquisição em seu balanço patrimonial e demonstração do resultado, conforme apropriado. Após o reconhecimento inicial dos ativos imobilizados e intangíveis identificados, a Companhia contabiliza as depreciações e amortizações pelo método e vidas úteis definidas no reconhecimento inicial com base nas avaliações preliminares até que as avaliações finais estejam disponíveis. Passivos contingentes reconhecidos na data de aquisição são mensurados ao valor justo. Subsequentemente, até que os passivos sejam liquidados, cancelados ou exprem, eles são reconhecidos pelo maior valor entre o valor inicialmente reconhecido e o valor que seria reconhecido de acordo com o CPC 25. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pelo adquirente é reconhecida pelo valor justo na data de aquisição. Mudanças subsequentes no valor da contraprestação contingente devem ser reconhecidas no resultado. Para avaliar a contraprestação contingente, o Grupo considera diferentes probabilidades de cenários e fluxos de caixa contratuais futuros descontados às taxas de juros disponíveis no mercado para instrumentos financeiros similares. O ágio compreende o excesso entre (i) a soma dos valores de contraprestação transferida, participações de não controladores e qualquer participação anterior detida ("contraprestação agregada transferida") e (ii) o valor justo dos ativos líquidos adquiridos. Se o valor justo dos ativos líquidos adquiridos for superior à contraprestação agregada transferida, o Grupo reavalia se identificou corretamente todos os ativos adquiridos e todos os passivos assumidos e revisa os procedimentos utilizados para mensurar os valores a serem reconhecidos na data de aquisição. Se a reavaliação ainda resultar em um excesso do valor justo dos ativos líquidos adquiridos sobre a contraprestação agregada transferida, o ganho por compra vantajosa resultante da transação é reconhecido no resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo menos quaisquer

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/05/2026

ICP Brasil logo and QR code with text: Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

... continuação

perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. O ágio é testado para redução ao valor recuperável pelo menos anualmente, até 31 de dezembro de cada exercício contábil, ou sempre que houver indicação de que o ágio possa ter se desvalorizado (veja Nota 13.4 para mais detalhes). 4.2.2. Aquisição APP Sistemas: Em 4 de abril de 2025, após adquirir ações de acionistas vendedores com poder de voto significativo, o Grupo obteve o controle da APP com uma participação acionária de 45,96%. A APP era anteriormente uma coligada e contabilizada pelo método da equivalência patrimonial. Imediatamente antes da aquisição, o Grupo detinha uma participação acionária de 19,70% na APP, adquirida em 20 de agosto de 2021. A APP é uma empresa de capital fechado, sediada no Estado de São Paulo, Brasil, que desenvolve uma solução integrada de gestão, focada principalmente no segmento de hotelaria. 4.2.3. Informações financeiras dos negócios adquiridos: Os ativos líquidos adquiridos na data da combinação de negócios, mensurados a valor justo, e o valor do ágio originado na transação são apresentados a seguir:

Table with columns: Valor justo (04 de abril de 2025), and rows for various assets like Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, etc.

(a) A identificação e a mensuração dos ativos adquiridos, dos passivos assumidos, da contraprestação transferida e do ágio são definitivas. (b) O Grupo realizou uma avaliação final do valor justo dos ativos adquiridos na combinação de negócios, conforme especificado nos itens (a) acima, tendo identificado o relacionamento com o cliente e o software como ativos intangíveis. 4.2.4. Contraprestação transferida: A contraprestação transferida na combinação de negócios é composta pela soma dos seguintes valores, se houver: (a) contraprestação transferida, (b) participação de não controladores na adquirida e (c) valor justo da participação societária anteriormente detida pela adquirente na adquirida adquirida. A contraprestação paga nas avaliações preliminares é apresentada a seguir.

Table showing contraprestação paga em caixa aos acionistas vendedores, participação acionária detida anteriormente na aquisição, etc.

(a) Refere-se à participação acionária na APP anteriormente detida pelo Grupo. Como resultado da aquisição em etapas, o Grupo reconheceu um ganho de R\$ 1.986 pela reavaliação da participação acionária anteriormente detida de 19,70% na APP ao valor justo de R\$ 4.300, em comparação com seu valor contábil de R\$ 2.314.

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

5.1. Políticas contábeis: Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo (com vencimento, na data da aquisição, igual ou inferior a 3 meses), que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, e são prontamente convertíveis em dinheiro.

Table for 5.2. Composição dos saldos, showing Controladora and Consolidado for 31/12/2025 and 31/12/2024, with rows for Depósitos bancários denominados em R\$, etc.

6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

6.1. Políticas contábeis: As aplicações financeiras são classificadas com base no modelo de negócios da Companhia e nas características de seus fluxos de caixa contratuais, sendo mensuradas pelo custo amortizado, pelo valor justo por meio do resultado (VJR) ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). Atualmente, a Companhia detém investimentos em títulos públicos classificados como custo amortizado. Tais ativos são registrados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos de transação, e subsequentemente atualizados pelo Método de Juros Efetivos (MJE). Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado apenas em situações de desreconhecimento, modificação contratual ou redução ao valor recuperável.

Table for 6.2. Composição dos saldos, showing Controladora and Consolidado for 31/12/2025 and 31/12/2024, with rows for Títulos públicos.

(a) Saldo composto por LFTs (Letras Financeiras do Tesouro) com o vencimento junho 2026 indexador CDI + 0,75%.

7 CONTAS A RECEBER

7.1. Políticas contábeis: 7.1.1. Mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas: As taxas de provisão são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perdas semelhantes (por exemplo, por tipo de produto ou tipo de cliente). A provisão é inicialmente baseada nas taxas históricas de inadimplência observadas pelo Grupo. O Grupo calibra-se para ajustar a experiência histórica de perda de crédito com informações prospectivas todos os anos. A avaliação da correlação entre taxas de inadimplência históricas observadas, condições econômicas previstas e perdas de crédito esperadas é uma estimativa significativa. O montante de perdas de crédito esperada é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito do Grupo e a previsão de condições econômicas também podem não ser representativas do real nível de inadimplência do cliente no futuro. 7.1.2. Contas a receber de clientes classificadas como mensuradas ao custo amortizado: Os ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características contratuais do fluxo de caixa do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para gerência.

Table for 7.2. Composição dos saldos, showing Controladora and Consolidado for 31/12/2025 and 31/12/2024, with rows for Contas a receber de clientes, Perda esperada com crédito de liquidação duvidosa, etc.

8 OUTROS ATIVOS

Table for 8. Outros Ativos, showing Controladora and Consolidado for 31/12/2025 and 31/12/2024, with rows for Ativos financeiros, Ativos não financeiros, etc.

9 DIVIDENDOS

Conforme previsto no estatuto social ou contrato social de cada uma das respectivas subsidiárias, após a constituição da reserva legal nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o dividendo mínimo obrigatório é apurado de acordo com o percentual estabelecido individualmente em cada estatuto, uma vez que este difere entre as subsidiárias.

Stone Corporate e Holding S.A. (anteriormente denominada Linx S.A.)

9.1. Composição dos saldos

Table for 9.1. Composição dos saldos, showing Dividendos a receber, Dividendos a pagar, and Imposto de renda e contribuição social.

(a) O montante de dividendos a pagar no valor total de R\$ 267.389, originário da incorporação da STNE Par.

10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

10.1. Políticas contábeis: 10.1.1. Imposto de renda e contribuição social correntes: O ativo e o passivo fiscal correntes são mensurados pelo valor que se espera que seja recuperado ou pago às autoridades fiscais. As regras fiscais utilizadas para determinar os ativos e passivos fiscais são as que estão em vigor à data do balanço nos países onde a Companhia e suas controladas operam e geram lucro tributável. A alíquota combinada aplicada a todas as entidades no Brasil é de 34%, compreendendo o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sobre o lucro tributável de cada pessoa jurídica brasileira (não em base consolidada). A Companhia e suas controladas reconhecem o IRPJ e a CSLL pelo regime de competência. De acordo com as regras fiscais brasileiras, as empresas podem compensar o valor nominal histórico de prejuízos fiscais apurados em anos anteriores com resultados de anos subsequentes a qualquer momento (ou seja, sem limitações com relação a períodos), desde que tal compensação não exceda a 30% do lucro tributável anual do exercício em que os prejuízos fiscais são utilizados. Os pagamentos são efetuados mensalmente como antecipação do valor total devido até o final do ano. 10.1.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O ativo e o passivo fiscal diferidos são obtidos com base nas diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e o seu valor contábil em cada período. Ativos fiscais diferidos também podem ser reconhecidos sobre prejuízos fiscais não utilizados. Impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja provável que a Companhia e suas controladas gerem lucros tributáveis futuros que permitam sua recuperação. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos está fundamentada em estudos técnicos elaborados pela Companhia e suas controladas que demonstram a expectativa de lucros tributáveis futuros de acordo com as projeções da administração. A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração do resultado na rubrica Imposto de renda e contribuição social, exceto quando se refere a itens reconhecidos em outros resultados abrangentes, ocasião em que os respectivos impostos diferidos ativos ou passivos também são reconhecidos em contrapartida a outros resultados abrangentes. Neste caso, a Companhia e suas controladas apresentam estas rubricas na Demonstração do resultado abrangente em base líquida. A administração avalia periodicamente as situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e constitui provisões, quando apropriado. Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos no Balanço patrimonial quando existe o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos impostos correntes, geralmente quando relacionados à mesma entidade legal e à mesma jurisdição. Assim, os ativos e passivos fiscais diferidos em diferentes entidades ou em diferentes países são geralmente apresentados separadamente e não em uma base líquida. 10.2. Julgamentos, estimativas e premissas significativas: 10.2.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos: Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Um julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base na época provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal. 10.3. Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

Table for 10.3. Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social, showing Controladora and Consolidado for 2025 and 2024.

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social 26.277 17.610 28.169 (49.032) Alíquota de imposto de renda e contribuição social 34% 34% 34% 34% Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34% (8.934) (5.987) (9.577) 16.671 Efeitos de receitas (despesas) não tributáveis (dedutíveis) para fins fiscais 13.361 - 13.361 (23.063) Reconhecimento de tributos diferidos não reconhecidos em períodos anteriores (17.543) 18.000 (17.519) 18.000 Juros sobre o capital próprio (120) - - (118) Utilização PF/BNCSLL não ativada (4.585) 1.616 (4.585) - Diferencial de alíquota - - - 3.012 Resultado de equivalência patrimonial 276 - - (417) - Incentivos fiscais - - - 5.545 Outras diferenças permanentes (943) - 304 (6.660) Receita (despesa) total de imposto de renda e contribuição social (18.488) 13.933 (18.791) 13.505 Taxa de alíquota efetiva 70% (79%) 67% 28% Impostos correntes 482 (4.067) 22 (4.495) Impostos diferidos (18.970) 18.000 (18.352) 18.000 Imposto de renda e contribuição social (18.488) 13.933 (18.330) 13.505

11 INVESTIMENTOS

11.1. Políticas contábeis: Uma coligada é uma entidade sobre a qual a investidora tenha influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da investida, sem haver, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas. Controlada é uma entidade controlada por outra entidade, denominada controlador, por meio do exercício de poder deste e exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a controlada. Os investimentos em coligada e em controlada (nas demonstrações contábeis individuais) do Grupo são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, o investimento em coligadas e controladas (nas demonstrações contábeis individuais) é inicialmente reconhecido ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para reconhecer as alterações na participação do Grupo nos ativos líquidos das coligadas e controladas (nas demonstrações contábeis individuais) desde a data de aquisição. O ágio relacionado a uma coligada ou controlada (nas demonstrações contábeis individuais) é incluído no valor contábil do investimento e não é testado separadamente. A demonstração do resultado reflete a participação do Grupo nos resultados das operações das coligadas e controladas (nas demonstrações contábeis individuais). Qualquer alteração no VJORA das coligadas e controladas (nas demonstrações contábeis individuais) é apresentada como parte do VJORA do Grupo. Além disso, quando houver uma mudança reconhecida diretamente no patrimônio líquido das coligadas e controladas (nas demonstrações contábeis individuais), o Grupo reconhece a sua participação nas mudanças, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados resultantes de transações entre a Companhia e suas coligadas e controladas (nas demonstrações contábeis individuais) são eliminados na extensão da participação na investida. O total da participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de coligadas e controladas (nas demonstrações contábeis individuais) é demonstrado na demonstração do resultado fora do resultado operacional e representa o lucro ou prejuízo após impostos e participações de não controladoras nas investidas. As demonstrações financeiras das investidas são preparadas para o mesmo período de encerramento do Grupo. Quando necessário, são feitos ajustes para alinhar as políticas contábeis às do Grupo. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Grupo determina se é necessário reconhecer uma perda por redução ao valor recuperável sobre o investimento em sua investida. Em cada data-base, o Grupo determina se existe evidência objetiva de que o investimento na investida possa ter se desvalorizado. Se houver tal evidência, o Grupo determina o montante da redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o seu valor contábil e, em seguida, reconhece a perda por participação nos lucros da investida na demonstração do resultado. Após a perda de controle sobre uma controlada (nas demonstrações contábeis individuais) ou perda de influência significativa sobre uma coligada, o Grupo avalia e reconhece o investimento residual pelo seu valor justo. Qualquer diferença entre o valor contábil da investida no momento da perda de influência significativa, o valor justo do investimento residual e o resultado da alienação é reconhecida no resultado. Nenhum dos investimentos em coligadas e controladas (nas demonstrações contábeis individuais) apresentou restrições significativas na transferência de recursos na forma de dividendos em dinheiro ou pagamento de obrigações, durante o período reportado.

11.2. Movimentação dos investimentos

Table for 11.2. Movimentação dos investimentos, showing Controladora and Consolidado for 31/12/2024, with rows for Incorporação, Dividendos e JSCP distribuídos, etc.

(a) O saldo de incorporação reportado refere-se à data-base de 28 de novembro de 2025, ocasião em que a contabilização foi efetuada. Ressalte-se que o saldo apresentado na nota 4 foi apurado em data-base precedente, com o objetivo de viabilizar a elaboração do laudo de avaliação, a referida operação não alterou a natureza dessas participações, que permanecem classificadas como coligadas. (b) As cisões realizadas ao longo do exercício estão detalhadas na Nota 4. (c) Os saldos das coligadas correspondem ao valor da proporção do patrimônio líquido que a Companhia possui e o valor adicional pago pela participação.

Table for 11.2. Movimentação dos investimentos (continued), showing Controladora and Consolidado for 31/12/2023 and 31/12/2024, with rows for Aportes e resgates de ações, Movimentação acervo de cisão devido a transferência, etc.

10.4. Impostos diferidos: As variações líquidas do imposto de renda e contribuição social diferidos estão relacionadas ao seguinte:

Table for 10.4. Impostos diferidos, showing Controladora and Consolidado for 31/12/2024, with rows for Ativos intangíveis e imobilizados originados em combinação de negócios, etc.

Prejuízo fiscal/Base negativa

Table for Prejuízo fiscal/Base negativa, showing Controladora and Consolidado for 31/12/2023 and 31/12/2024.

Ativos intangíveis e imobilizados originados em combinação de negócios

Table for Ativos intangíveis e imobilizados originados em combinação de negócios, showing Controladora and Consolidado for 31/12/2023 and 31/12/2024.

Diferenças temporárias

Table for Diferenças temporárias, showing Controladora and Consolidado for 31/12/2023 and 31/12/2024.

Prejuízo fiscal/Base negativa

Table for Prejuízo fiscal/Base negativa, showing Controladora and Consolidado for 31/12/2023 and 31/12/2024.

Segundo a legislação tributária brasileira, diferenças temporárias e prejuízos fiscais podem ser mantidos como créditos fiscais indefinidamente. No entanto, o prejuízo fiscal pode ser utilizado apenas para compensar até 30% do lucro tributável do exercício.

11.2. Movimentação dos investimentos

Table for 11.2. Movimentação dos investimentos, showing Controladora and Consolidado for 31/12/2024, with rows for Incorporação, Dividendos e JSCP distribuídos, etc.

Ativos intangíveis e imobilizados originados em combinação de negócios

Table for Ativos intangíveis e imobilizados originados em combinação de negócios, showing Controladora and Consolidado for 31/12/2023 and 31/12/2024.

Diferenças temporárias

Table for Diferenças temporárias, showing Controladora and Consolidado for 31/12/2023 and 31/12/2024.

Prejuízo fiscal/Base negativa

Table for Prejuízo fiscal/Base negativa, showing Controladora and Consolidado for 31/12/2023 and 31/12/2024.

Segundo a legislação tributária brasileira, diferenças temporárias e prejuízos fiscais podem ser mantidos como créditos fiscais indefinidamente. No entanto, o prejuízo fiscal pode ser utilizado apenas para compensar até 30% do lucro tributável do exercício.



... continuação

Stone Corporate e Holding S.A. (anteriormente denominada Linx S.A.)

Abaixo é apresentada a abertura entre ágio, mais valia e valor patrimonial da participação da Companhia no valor contábil do patrimônio líquido das investidas:

	31/12/2025		Valor de participação no patrimônio líquido contábil	Mantido para venda	Total
	Ágio	Mais valia			
Linx Sistemas	52.413	1.136.768	-	(1.215.167)	(25.986)
Linx Telecomunicações	363.788	-	-	(363.788)	-
Linx Impulse	-	-	5.770	6.148	11.918
Linx Participações	-	-	1.649.724	(1.654.476)	(4.752)
STNE Investimentos	-	1.921	-	-	1.921
VHSYS	22.863	8.493	1.747	-	33.103
Trinks	45.787	6.809	7.486	-	60.082
Mlabs	35.929	-	4.170	-	40.099
Questor	16.726	9.623	9.523	-	35.872
Grupo Napse	(29.896)	-	-	29.896	-
Hiper	30.684	-	12.504	-	43.188
App Sistemas	-	-	1.288	-	1.288
Dental Office	-	-	414	-	414
Alpha Logo	-	-	1.955	-	1.955
Total	538.294	1.163.614	1.694.581	(3.197.387)	199.102

12 IMOBILIZADO

12.1. Políticas contábeis: Todos os itens do ativo imobilizado são mensurados ao custo histórico, menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, se houver. O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e, se aplicável, líquido de créditos de impostos. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item fluirão ao Grupo e que o custo do item seja relevante e possa ser mensurado com confiabilidade. Todos os outros gastos com reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período em que são incorridos. A depreciação é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos, conforme demonstrado a seguir:

	Vida útil estimada (anos)
Pin Pads e POS	5
Equipamentos de informática	3-5
Instalações	10
Máquinas e equipamentos	5-10
Móveis e utensílios	10
Veículos	5-10

Os valores residuais, as vidas úteis e os métodos de depreciação dos ativos são revisados a cada data-base e ajustados de forma prospectiva, quando apropriado. Ganhos e perdas em alienações ou baixas são determinados pela comparação do valor obtido na venda (se houver) com o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. O Grupo também desreconhece Pin Pads e POS de clientes que não estejam sendo utilizadas nos últimos 180 ou 360 dias, dependendo da categoria de cliente. Em 2025 a vida útil foi revisada e não houve alteração. **12.2. Arrendamentos:** A determinação se um contrato é, ou contém, um arrendamento baseia-se na substância do contrato na data de início do contrato. Caso o cumprimento do contrato dependa do uso de ativos específicos ou o contrato transfira o direito de uso do ativo, tais ativos são definidos como uma transação de arrendamento. **12.3. Grupo como arrendatário:** O Grupo aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor para os quais é adotada a opção de isenção de reconhecimento. O Grupo reconhece passivos de arrendamento, que representam a obrigação de realizar pagamentos ao arrendador, em contrapartida a ativos de direito de uso, que representam o direito de usar os ativos subjacentes disponibilizados pelo arrendador. **12.4. Ativos de direito de uso:** O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início da locação (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo deduzidos subsequentemente por depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados (aumentados ou reduzidos) por qualquer remensuração de passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, dos custos diretos iniciais incorridos e de pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados pelo método linear pelo menor entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos de direito de uso, conforme segue:

	Vida útil estimada (anos)
Imóveis	3-10
Máquinas e equipamentos	5 a 10
Softwares	1-3

Se a propriedade do bem arrendado for transferida para o Grupo ao final do prazo do arrendamento ou o custo refletir o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada com base na vida útil estimada do bem. O ativo de direito de uso está também sujeito à redução ao valor recuperável. **12.5. Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece na rubrica de Empréstimos e financiamentos os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em essência) menos qualquer incentivo de arrendamento recebido e valores que se espera que sejam pagos como garantias de valor residual. Os pagamentos do arrendamento também incluem o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multa pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescisão. Os pagamentos variáveis do arrendamento são reconhecidos como despesa no período em que ocorre o evento ou a condição que resulta na obrigação de pagamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a taxa incremental sobre empréstimo na data de início do arrendamento se a taxa de juros implícita no arrendamento não for prontamente determinável. Após a data de início, o valor do passivo do arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é reavaliado se houver uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos fixos em essência do arrendamento ou uma mudança na avaliação de compra do ativo subjacente. **12.6. Arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor:** O Grupo aplica a isenção de reconhecimento aos seus arrendamentos de curto prazo de imóveis, softwares, veículos e outros equipamentos (contratos com prazo igual ou inferior a 12 meses e que não contém uma opção de compra). O Grupo também aplica a isenção de reconhecimento a arrendamentos de equipamentos de escritório que são considerados de baixo valor (abaixo de cinco mil dólares norte-americanos). Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear durante o prazo do arrendamento. **12.7. Grupo como arrendador:** Os arrendamentos nos quais o Grupo não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são classificados como arrendamentos operacionais. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e organização de um arrendamento operacional são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos durante o prazo do arrendamento na mesma base da receita de aluguel. Os alugueis contingentes são reconhecidos como receita no período em que são auferidos. O Grupo possui contratos de locação mensais canceláveis de Pin Pads e POS junto aos seus clientes, os quais são classificados como arrendamentos operacionais. Os bens arrendados estão incluídos na rubrica "Imobilizado" na demonstração da posição financeira consolidada e são depreciados ao longo da vida útil esperada de forma linear. A receita de aluguel de Pin Pads e POS, líquida de quaisquer incentivos concedidos ao arrendatário, é reconhecida linearmente pelo prazo do arrendamento e é incluída na receita de serviços na demonstração do resultado. **12.8. Estimativa da taxa incremental sobre empréstimo em arrendamentos:** O Grupo não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a taxa de incremental sobre empréstimo para mensurar os passivos do arrendamento. Esta taxa representa a taxa de juros que o Grupo teria que pagar ao pedir empréstimo, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como, por exemplo, para controladas que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional de uma controlada). O Grupo estima a taxa incremental sobre empréstimo usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e é obrigado a fazer certas estimativas específicas relacionadas ao Grupo (como o rating de crédito individual da controlada). **12.9. Composição dos saldos**

	Consolidado					
	31/12/2024	Adições	Baixas	Transfere-ncias	Efeitos das alterações nas taxas de câmbio	Efeitos da hiperinflação
Pin Pad e POS	1.268	1.741	-	-	-	(3.009)
Equipamentos de informática	99.993	17.275	(1.719)	(262)	(74)	(90)
Instalações	73.469	1.564	(28.773)	(53)	(1)	-
Máquinas e aparelhos e equipamentos	16.621	1.069	(7.144)	(6)	(160)	-
Móveis e utensílios	11.228	13	(4.143)	(40)	4	-
Imobilizado em andamento	-	1.581	-	-	-	-
Veículos	475	-	(204)	-	(2)	(96)
Direito de uso - Imóveis	68.158	7.013	(8.615)	-	(478)	-
Custo	271.212	30.256	(50.598)	(361)	(711)	(186)
Pin Pad e POS	(626)	(2.505)	-	-	-	3.009
Equipamentos de informática	(86.371)	(2.834)	1.091	262	12	-
Instalações	(47.278)	(5.648)	21.787	52	1	-
Máquinas e aparelhos e equipamentos	(8.536)	(1.549)	5.092	7	95	-
Móveis e utensílios	(5.436)	(528)	2.065	40	(3)	-
Veículos	(466)	(8)	185	-	6	-
Direito de uso - Imóveis	(44.158)	(2.032)	2.817	-	151	-
Depreciação acumulada	(192.871)	(15.104)	33.037	361	262	(11.634)
Imobilizado	78.341	15.152	(17.561)	-	(449)	(186)

Consolidado

	Efeitos das alterações nas taxas de câmbio				Cisão	31/12/2024
	31/12/2023	Adições	Baixas	Transfere-ncias		
Pin Pad e POS	1.268	-	-	-	-	1.268
Equipamentos de informática	119.279	7.372	(28.165)	48	(2.541)	99.993
Instalações	67.441	377	(1.28)	1	(222)	67.469
Máquinas e aparelhos e equipamentos	15.075	214	(4.878)	2	(215)	10.198
Móveis e utensílios	8.753	60	(267)	10	(328)	8.228
Imobilizado em andamento	2.743	-	(2.743)	-	-	-
Veículos	438	45	(12)	4	-	475
Direito de uso - Imóveis	61.607	9.302	(9.806)	78	-	61.181
Custo	276.604	17.370	(45.999)	143	(3.306)	244.812
Pin Pad e POS	(626)	(2.505)	-	-	(626)	-
Equipamentos de informática	(77.816)	(17.968)	27.915	(49)	1.547	(66.371)
Instalações	(42.240)	(5.209)	93	(1)	79	(47.278)
Máquinas e aparelhos e equipamentos	(11.088)	(2.413)	4.825	(2)	142	(8.536)
Móveis e utensílios	(5.063)	(700)	150	(11)	188	(5.436)
Veículos	(479)	(6)	10	-	-	(489)
Direito de uso - Imóveis	(36.256)	(9.978)	8.549	(50)	-	(37.735)
Depreciação acumulada	(173.168)	(36.674)	41.542	(127)	1.956	(166.471)
Imobilizado	103.436	(19.304)	(4.457)	16	(1.350)	78.341

12.10. Despesas de depreciação e amortização: A despesa de depreciação e amortização foi lançada nas seguintes rubricas da demonstração do resultado:

	Controladora				Consolidado			
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Custo dos serviços	(21)	-	(31)	-	(1.833)	-	(1.833)	-
Despesas gerais e administrativas	(515)	-	(4.633)	-	(2.158)	-	(2.158)	-
Despesas de vendas	-	-	(174)	-	-	-	(174)	-
Despesas de depreciação e amortização de operações contínuas	(536)	-	(4.838)	-	(3.991)	-	(3.991)	-
Despesas de depreciação e amortização de operações descontinuadas	-	-	(44.769)	-	(89.352)	-	(89.352)	-
Despesas de depreciação e amortização	(536)	-	(49.607)	-	(93.343)	-	(93.343)	-
Despesa de depreciação	(19)	-	(15.104)	-	(36.674)	-	(36.674)	-
Despesa de amortização (Nota 13.3)	(517)	-	(34.503)	-	(56.669)	-	(56.669)	-
Despesas de depreciação e amortização	(536)	-	(49.607)	-	(93.343)	-	(93.343)	-

13 INTANGÍVEL

13.1. Políticas contábeis: **13.1.1. Reconhecimento inicial:** Certos custos diretos de desenvolvimento associados a software desenvolvido internamente e aprimoramentos de software da plataforma de tecnologia do Grupo são capitalizados. Os custos capitalizados, que ocorrem após a determinação pela administração da viabilidade técnica, incluem serviços externos e custos internos de folha de pagamento. Esses custos são registrados como ativos intangíveis ao longo da fase de desenvolvimento. Os custos de pesquisa e desenvolvimento de pré-viabilidade, bem como os custos de manutenção e treinamento, são debitados ao resultado quando incorridos. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao seu valor justo na data da aquisição. **13.1.2. Reconhecimento subsequente:** A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo detém apenas marcas e patentes e ágio como ativos intangíveis de vida indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil estimada pelo método linear. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. Em ambos os casos o ativo intangível é submetido a teste de redução ao valor recuperável ("teste de impairment") sempre que houver indícios de que o seu valor contábil pode não ser recuperado. Para ativos intangíveis com vida útil indefinida, o teste de impairment é obrigatório anualmente. O valor contábil de um ativo intangível é composto pelo seu custo líquido de amortizações acumuladas e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas. A vida útil e o método de amortização para ativos intangíveis com vida definida são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social ou quando identificada mudança no padrão de uso do ativo. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos são consideradas para modificar o período ou método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças de estimativas contábeis, com efeitos prospectivos. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida no resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. As vidas úteis dos ativos intangíveis são demonstradas abaixo:

	Vida útil estimada (anos)
Softwares	3-5
Relacionamento com clientes	2-3
Marcas e patentes	7-20
Acordo de não-concorrência	5
Licença de uso	3-5

Ganhos e perdas resultantes da alienação ou baixa de ativos intangíveis são mensurados como a diferença entre o valor líquido da alienação (se houver) e seu valor contábil e são reconhecidos no resultado. **13.1.3. Teste de impairment:** O Grupo efetua o teste de impairment dos ativos no escopo da CPC 01 (R1) quando (i) observa indícios de que um ativo pode ter se desvalorizado ou (ii) anualmente, sempre que a Grupo possuir ativos não prontos para uso ou ágio. Os ativos do Grupo sujeitos à CPC 01 (R1) são ativos intangíveis (incluindo ágio), ativos imobilizados e investimentos em coligadas. Os ativos são testados individualmente, sempre que possível, ou alocados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs") ou grupos de UGCs. Para fins de teste de impairment do ágio, o ágio é alocado a UGCs ou a grupos de UGCs, que se espera que se beneficiem das sinergias da combinação de negócios, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas UGCs ou grupos de UGCs. O teste de impairment consiste na comparação entre (i) o valor contábil do ativo, UGC ou grupo de UGCs e (ii) o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo, UGC ou grupo de UGCs é o maior entre (i) seu valor justo líquido de despesas de venda e (ii) o seu valor em uso. Se o valor contábil exceder o valor recuperável, uma perda por redução ao valor recuperável ("perda por impairment") é reconhecida. Na determinação do valor justo líquido de despesas de venda, são consideradas as transações recentes de mercado. Se nenhuma dessas transações puder ser identificada, um modelo de avaliação apropriado é usado. Esses cálculos são corroborados por múltiplos de avaliação, preços de ações cotadas para empresas de capital aberto e outros indicadores de valor justo disponíveis. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Perdas por impairment de operações continuadas são reconhecidas na demonstração do resultado em categorias de despesa consistentes com a função do ativo com redução ao valor recuperável. As perdas por impairment podem ser revertidas em períodos futuros, exceto as perdas sobre ágio. Vide Nota 13.4. para detalhes do modelo e principais premissas adotadas no teste anual de impairment do ágio. **13.2. Julgamentos, estimativas e premissas significativas:** **13.2.1. Vida útil do Imobilizado e Intangível:** A mensuração do ativo imobilizado e do ativo intangível inclui a preparação de estimativas para determinar a vida útil destes ativos para fins de depreciação e amortização. A determinação da vida útil requer estimativas em relação aos avanços tecnológicos esperados e a natureza dos ativos. Há um elemento significativo de julgamento envolvido em fazer suposições sobre o desenvolvimento tecnológico, uma vez que é difícil prever o momento e a natureza dos futuros avanços tecnológicos. O Grupo avaliou a vida útil estimada e o valor residual estimado dos ativos imobilizado e intangível e concluiu não ser necessária nenhuma alteração nas estimativas relativas ao ativo imobilizado para o período findo em 31 de dezembro de 2025. **13.2.2. Cálculo do valor em uso no teste de impairment:** O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado ("FCD"). Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos (ou prazo maior, se apropriado) e não incluem atividades de reestruturação com as quais o Grupo ainda não esteja comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão o desempenho dos ativos da UGC submetida ao teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto usada para o modelo de FCD, bem como aos fluxos de caixa esperados e à taxa de crescimento usada para fins de extrapolação. Essas estimativas são mais relevantes para o ágio reconhecido pelo Grupo. **13.2.3. Combinação de negócios:** O processo de contabilização de uma combinação de negócios inclui o uso de (i) técnicas de avaliação para determinar os valores dos ativos intangíveis identificados, (ii) estimativas para determinar sua vida útil, e (iii) técnicas de avaliação para estimar a contraprestação contingente incluída na contraprestação total paga para adquirir as controladas. Para mais detalhes sobre a aplicação destas técnicas e estimativas nas combinações de negócios consulte a Nota 4.2. **13.3. Composição dos saldos**

	Consolidado				31/12/2025
	31/12/2024	Adições	Baixas	Efeitos das alterações nas taxas de câmbio	
Ágio	811.401	596.968	-	-	(1.240.070)
Relacionamento com clientes	192.950	1.264.987	-	-	(1.612.416)
Marcas e Patentes	46.213	204.455	-	-	(221.437)
Software	837.614	369.326	-	(922)	(1.106.158)
Acordo de não concorrência	-	24.365	-	-	(24.365)
Intangível em andamento	17.171	-	-	-	(17.171)
Direito de uso	986	(880)	-	-	106
Custo	1.906.335	2.460.101	(880)	(922)	(4.221.617)
Relacionamento com clientes	(162.603)	(85.329)	-	-	293.848
Marcas e Patentes	(6.892)	-	-	-	3.522
Software	(379.386)	50.930	-	629	411.772
Licença de uso	(850)	(104)	436	-	21.522
Direito de uso	17.171	-	-	-	(512)
Amortização acumulada	(549.731)	(34.503)	436	629	730.152
Intangível	1.356.604	2.425.598	(444)	(293)	(3.491.465)

Consolidado

	Efeitos das alterações nas taxas de câmbio				Cisão	31/12/2024
	31/12/2023	Adições	Baixas	Transfere-ncias		
Ágio	917.686	-	(40.084)	-	(66.201)	811.401
Relacionamento com clientes	252.692	2.070	(44.398)	-	(17.414)	192.950
Marcas e Patentes	64.687	-	(11.829)	-	(6.645)	46.213
Software	962.501	119.083	(152.347)	1.884	(93.507)	837.614
Intangível em andamento	17.171	-	-	-	-	17.171
Direito de uso	986	-	-	-	-	986
Custo	2.215.723	121.153	(248.658)	1.884	(183.767)	1.906.335
Relacionamento com clientes	(174.325)	(15.105)	22.719	-	4.108	(162.603)
Marcas e Patentes	(16.163)	(287)	9.546	-	12	(6.892)
Software	(510.300)	(40.948)	143.608	(882)	29.136	(379.386)
Direito de uso	(621)	(329)	-	-	-	(950)
Amortização acumulada	(701.309)	(56.669)	175.873	(882)	33.256	(549.731)
Intangível	1.514.414	64.484	(72.785)	1.002	(150.511)	1.356.604

13.4. Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis: O Grupo possui registrado saldos de ágio e ativos intangíveis de vida indefinida. Estes saldos, sujeitos ao teste de recuperabilidade de ativos, foram testados pela StoneCo (controladora final do Grupo) dado que é o nível em que a administração monitora os saldos de ágio. Em 2024, o Grupo representava uma UGC (Unidades Geradoras de Caixa). Em 2025, em decorrência da classificação dos negócios de Software como ativos mantidos para venda (Nota 1.1.2.), esses negócios passaram a ser tratados como uma unidade separada, resultando em um total de duas UGCs na qual os saldos do Grupo foram alocados, conforme apresentado abaixo:

UGC	Ágio alocado (em 31 de outubro de 2025)	Ativos intangíveis de vida útil indefinida alocados (em 31 de outubro de 2025)	Ágio alocado (em 31 de outubro de 2024)	Ativos intangíveis de vida útil indefinida alocados (em 31 de outubro de 2024)	Descrição
UGC - Empresas de software	171.176	27.258	162.327	27.255	

... continuação

14 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais	743	96	4.861	50.457
Fornecedores estrangeiros	-	-	-	4.771
Total	743	96	4.861	55.228

15 ARRENDAMENTOS A PAGAR

	Taxa média anual de juros %	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Arrendamentos (a)	110,6% - 111,6% do CDI	Jan/26 - Ago/26	189	-	1.247	7.980
Circulante			189	-	1.247	7.980
Arrendamentos (a)	110,6% - 111,6% do CDI	Jan/26 - Ago/26	-	-	1.359	21.285
Não circulante			-	-	1.359	21.285
Total			189	-	2.606	29.265

(a) O Grupo possui contratos de arrendamento de imóveis. As obrigações do Grupo sob seus arrendamentos são garantidas pela titularidade dos ativos arrendados. Geralmente, o Grupo está impedido de atribuir e sublocar os ativos arrendados. O movimento dos arrendamentos é o seguinte:

	Consolidado								
	31/12/2024	Adições	Incorporação	Pagamentos	Baixas	Varição Cambial	Juros	Mantido para venda	31/12/2025
Arrendamentos	29.265	4.743	-	2.728	(12.751)	(2.205)	2.424	(21.369)	2.606
Circulante	29.265	4.743	-	2.728	(12.751)	(2.205)	2.424	(21.369)	2.606
Não circulante	7.980	-	-	-	-	-	-	-	1.247
	21.285	-	-	-	-	-	-	-	1.359

16 SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Salários e encargos sociais	413	-	8.329	26.689
Férias, bônus e encargos sociais	-	6	3.786	59.293
Circulante	413	6	12.115	85.972
Não circulante	-	-	423	2.420

17 OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas a Pagar	3	26	13.941	6.881
Adiantamentos de Clientes	-	-	8.312	5.762
Contraprestações Contingentes	7.212	-	7.214	3.508
Recargas diferidas	-	-	-	13.371
Outros	-	-	1.157	1.375
Circulante	7.215	26	30.624	30.897
Não circulante	4.91	26	25.605	28.816

18 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas compreendem as empresas controladoras e coligadas, acionistas, pessoal-chave da administração e quaisquer negócios que são controlados, direta ou indiretamente, pelos acionistas e conselheiros sobre os quais exercem influência significativa. As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das transações, levando-se em consideração a redução de risco. Os saldos em aberto no encerramento do período não têm garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Os saldos a receber e a pagar e impactos em resultado por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
DLP Cap	1.496	-	1.496	-
Buy4 Processamento de Pagamentos S.A. ("Buy4")	-	-	408	486
Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Stone Pagamentos")	-	-	237	13
StoneCo	92	-	91	-
Linx Software Participações em Tecnologia S.A. ("Linx Participações")	260	-	2	-
Pagar.me S.A. ("Pagar.me")	-	-	-	270
Sponte Educação Ltda. ("Sponte Educação")	-	-	-	287
Stone Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Stone SCFI")	-	-	-	24
Linx Automotivo	-	-	-	1.142
Stone Franchising Ltda. ("Franchising")	-	-	-	2
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. ("TAG")	-	-	-	36
Stone Logística Ltda. ("Stone Log")	-	-	-	14
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Stone SCD")	-	-	-	3
Vitta Corretora de Seguros Ltda. ("Vitta Group")	-	-	-	4
Contas a receber de partes relacionadas	1.848	-	2.234	2.281
Passivo	2.339	15	2.339	5.524
Stone Pagamentos	-	-	-	222
Stone Impulse Ltda. ("Stone Impulse")	-	-	-	4
MNLT S.A. ("MNLT")	-	-	-	4
Linx Sistemas	-	-	-	10
Vitta Group	-	-	-	6
Stone Par	-	-	-	6
Contas a pagar de partes relacionadas	2.339	19	2.339	5.766

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, existiram despesas compartilhadas e de faturamento no montante de R\$ 22 (R\$ 12.594 em 31 de dezembro de 2024) e receitas financeiras referentes a juros de mútuo e prestação de serviços no montante de R\$ 42,470 (R\$ 3.162 em 31 de dezembro de 2024). As receitas foram registradas nas rubricas "Receita líquida de serviços" e "Receitas financeiras" da demonstração do resultado da Controladora e referem-se principalmente a serviços prestados a APP, Buy4, Stone IP, Stone Log e Questor. As principais operações com partes relacionadas foram: Contas a receber de partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2025, referem-se substancialmente a empréstimos feitos ao pessoal chave da administração, faturamento e saldos de reembolsos, originados principalmente pelo rateio de despesas devidas. Contas a pagar a partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2025, o saldo está composto substancialmente por saldo de reembolso, originados por rateios de despesas devidas para empresas do mesmo grupo. Os administradores da Companhia também são administradores de todo o Grupo StoneCo, fazendo jus a remuneração através da empresa em que estão registrados para fins trabalhistas. Desta forma, a informação sobre a remuneração dos administradores da Stone Corporate não refletiria a melhor informação relativa aos negócios da Companhia.

19 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

19.1. Políticas contábeis: Algumas entidades do Grupo são parte em processos trabalhistas, cíveis e tributários em andamento, os quais estão sendo tratados nas esferas administrativa e judicial. Provisões para demandas judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: (i) o Grupo possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com confiabilidade. Se houver uma série de obrigações semelhantes, a probabilidade de uma saída de caixa ser necessária para liquidação é determinada considerando a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de uma saída de caixa em relação a qualquer item incluído na mesma classe de obrigações seja baixa. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa antes dos impostos que reflete avaliações de mercado atuais sobre o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos da obrigação. O aumento da provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a uma provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **19.2. Julgamentos, estimativas e premissas significativas:** Provisões trabalhistas e cíveis - Os valores das contingências são provisionados de acordo com os critérios de provisão do Grupo respeitando a separação de processos massificados e não massificados. Na primeira hipótese, a provisão seguirá o ticket médio. No segundo caso, considera-se o valor potencial de perda de cada ação judicial, com base em parâmetros como a fase em que o processo se encontra e o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos. Provisões fiscais - Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida, parecer interno, bem assim

Stone Corporate e Holding S.A. (anteriormente denominada Linx S.A.)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais	743	96	4.861	50.457
Fornecedores estrangeiros	-	-	-	4.771
Total	743	96	4.861	55.228

	Taxa média anual de juros %	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Arrendamentos (a)	110,6% - 111,6% do CDI	Jan/26 - Ago/26	189	-	1.247	7.980
Circulante			189	-	1.247	7.980
Arrendamentos (a)	110,6% - 111,6% do CDI	Jan/26 - Ago/26	-	-	1.359	21.285
Não circulante			-	-	1.359	21.285
Total			189	-	2.606	29.265

(a) O Grupo possui contratos de arrendamento de imóveis. As obrigações do Grupo sob seus arrendamentos são garantidas pela titularidade dos ativos arrendados. Geralmente, o Grupo está impedido de atribuir e sublocar os ativos arrendados. O movimento dos arrendamentos é o seguinte:

	Consolidado								
	31/12/2024	Adições	Incorporação	Pagamentos	Baixas	Varição Cambial	Juros	Mantido para venda	31/12/2025
Arrendamentos	29.265	4.743	-	2.728	(12.751)	(2.205)	2.424	(21.369)	2.606
Circulante	29.265	4.743	-	2.728	(12.751)	(2.205)	2.424	(21.369)	2.606
Não circulante	7.980	-	-	-	-	-	-	-	1.247
	21.285	-	-	-	-	-	-	-	1.359

o parecer de consultores jurídicos externos. **19.3. Perdas prováveis, provisionadas no balanço patrimonial:** As provisões para perdas prováveis decorrentes destes litígios são estimadas e ajustadas periodicamente pela administração, amparada na opinião de seus assessores jurídicos externos. O montante, a natureza e o movimento dos passivos estão resumidos como segue:

	Civil	Trabalhistas	Tributários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.292	4.767	2.371	10.430
Adições	3.578	2.717	-	6.295
Reversões	(2.586)	-	(2.583)	(5.169)
Juros	306	1.277	1.795	3.378
Pagamentos	(2.110)	(2.889)	-	(4.999)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.480	5.872	8.352	16.704
Adições	1.281	6.383	-	7.664
Reversões	(1.314)	(7.499)	(56)	(8.869)
Juros	431	1.080	2.285	3.796
Pagamentos	(1.050)	(213)	(25)	(1.288)
Incorporação	123	36	135.932	136.091
Transfêrencia para passivos associados a ativos mantidos para venda	-	-	(96.266)	(96.266)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.951	5.659	41.870	49.481

A Companhia é parte em diversas ações judiciais, cíveis e trabalhistas, cujos objetos conectam-se com sua operação ordinária. Neste sentido, as demandas judiciais de natureza cível se relacionam à principal frente de atuação da Companhia, qual seja, Software, sendo o principal montante referente a processos relacionados a essa atividade, totalizando R\$ 1.705 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 2.221 em 31 de dezembro de 2024). No que tange às demandas judiciais de natureza Trabalhista, a Companhia é acionada majoritariamente em duas hipóteses: (i) ações de ex-empregados e (ii) ações de ex-empregados de empresas terceirizadas, contratadas pela Companhia. Nessas respectivas ações são encontrados dois pedidos recorrentes: enquadramento em categoria de trabalho diversa e pagamento de horas extras. **19.4. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço patrimonial:** O Grupo possui os seguintes litígios cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perda avaliados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para os quais não foi constituída provisão para perdas possíveis estimadas:

	Civil	Trabalhistas	Tributários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.292	4.767	2.371	10.430
Adições	3.578	2.717	-	6.295
Reversões	(2.586)	-	(2.583)	(5.169)
Juros	306	1.277	1.795	3.378
Pagamentos	(2.110)	(2.889)	-	(4.999)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.480	5.872	8.352	16.704
Adições	1.281	6.383	-	7.664
Reversões	(1.314)	(7.499)	(56)	(8.869)
Juros	431	1.080	2.285	3.796
Pagamentos	(1.050)	(213)	(25)	(1.288)
Incorporação	123	36	135.932	136.091
Transfêrencia para passivos associados a ativos mantidos para venda	-	-	(96.266)	(96.266)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.951	5.659	41.870	49.481

20 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia era de R\$ 2.859.077 (R\$ 817.245 em 31 de dezembro de 2024), dividido em 808.545.180 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas na forma da tabela abaixo:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Participação (%)	Ações	Participação (%)	Ações
Acionistas				
DLP Capital LLC ("DLP Capital")	99,99 %	808.545.179	-	-
DLP Par Participações S.A. ("DLP Par")	0,01 %	1	-	-
STNE Participações	-	-	100,00 %	326.538.960
Total de ações do Capital Social	100,00 %	808.545.180	100,00 %	326.538.960

Em 01 de outubro de 2025, foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, mediante a incorporação de parcela cindida da Linx Sistemas (Hiper - investimento e Neomede - créditos) no montante de R\$ 12.914, totalmente subscrito e integralizado, correspondente a 2.829.499 novas ações. Em 28 de novembro de 2025, foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, mediante a incorporação do acervo líquido da Stone Par no montante de R\$ 3.698.043, totalmente subscrito e integralizado, correspondente a 808.545.180 novas ações. Considerando que a Stone Par é detentora da totalidade de ações emitidas pela Companhia, em virtude da incorporação, o patrimônio líquido será integralmente absorvido pela Companhia, todas as ações de emissão da Companhia que eram de titularidade da Stone Par correspondente a 364.036.068 ações ordinárias foram integralmente canceladas. Em 30 de dezembro de 2025, foi deliberado a redução do capital social da Companhia no montante de R\$ 1.669.125, com a finalidade de observar os valores negativos registrados no patrimônio líquido da Companhia. Devido à natureza da movimentação não houve cancelamento de ações e restituição de valores para os acionistas Companhia. **20.2. Reserva de capital:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui reserva de capital de R\$ 893.274 (R\$ 884.860 em 31 de dezembro de 2024). **20.3. Outros resultados abrangentes:** Outros Resultados Abrangentes ("OCI"), representa os lucros ou prejuízos não relacionados na demonstração de resultados sendo apresentados separadamente nas demonstrações financeiras. Isso inclui transações e operações da Companhia que não são consideradas ganhos ou perdas realizadas. O quadro apresenta o saldo acumulado de cada categoria de OCI em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes				
Ajustes acumulados de conversão de operações em moeda estrangeira	-	-	(28.828)	(16.898)
Mudança na participação relativa controladas	-	-	157	12.002
Adoção inicial de normas contábeis	(39.557)	(39.557)	(39.557)	(39.557)
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes				
Movimentação proveniente a incorporação	(4.723)	-	(4.723)	-
Efeito da aplicação da hiperinflação	-	-	29.843	21.621
Reflexo de equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de controladas	1.172	16.725	-	-
Total	(43.108)	(22.832)	(43.108)	(22.832)

21 PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

A Companhia possui planos de pagamento baseado em ações, segundo os quais a administração confere a empregados e outros provedores de serviços similares o direito de receber instrumentos patrimoniais (incluindo ações ou opções de ações) da StoneCo (negociadas com a sigla STNE na bolsa americana NASDAQ) como parte de seu plano de incentivo de longo prazo, quando atendidas as condições de aquisição de direito neles especificadas. **21.1. Políticas contábeis:** As práticas contábeis utilizadas pela Companhia, no que tange ao reconhecimento dos planos de pagamento baseado em ações, estão de acordo com as normas adotadas no Brasil (CPC 10). O custo dessas transações, as quais são liquidadas em ações, é mensurado pelo valor justo na data da outorga e registrado como despesa, em contrapartida do patrimônio líquido, durante o período do serviço, ou na data da concessão,

em caso de serviços passados. O valor justo das Restricted Shares Units ("RSUs") é o valor de mercado do instrumento na data da outorga. Para opções e Performance Shares Units ("PSUs"), o valor justo é calculado utilizando o modelo de precificação Black-Scholes-Merton, considerando os termos e condições dos planos. A condição de desempenho e a quantidade de ações que se espera emitir são mensuradas com base em dados históricos e dados modificados, quando se espera que o futuro seja razoavelmente diferente do passado, entre outros fatores. As duas principais variáveis do modelo foram (i) taxa de juros livre de risco e (ii) volatilidade anual, com base no preço histórico das ações da StoneCo e de players similares. A volatilidade esperada reflete a suposição de que a volatilidade histórica é indicativa de tendências futuras, mas que podem não ser necessariamente o resultado real. **a) Restricted Shares Units:** A Companhia outorgou RSUs, as quais, em sua maioria, estão condicionadas à permanência (condições de desempenho corporativo são aplicáveis a uma minoria), e habilitam o recebimento seguindo regras de período de aquisição de direito ("vesting period") estabelecidas e aplicadas de acordo com a política interna corporativa. As ações restritas outorgadas em 2025 têm valor justo na data de outorga de R\$ 52,17 a R\$ 80,51 e possuem vencimento ("vesting period") em tranches ao longo de um período de 2 a 4 anos. Em 2025, foram outorgadas 230.650 novas UARs, com preço médio de R\$ 55,72. Em 31 de dezembro de 2025 não havia RSUs a serem emitidas para os beneficiários. **b) Performance Share Units:** A partir de 2022 a Companhia concedeu prêmios de PSUs, os quais deram aos beneficiários o direito de receber ações

... continuação

23 COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	Reapresentado 2025	2024	Reapresentado 2025	2024
Despesas com pessoal (Nota 25.5)	(44)	(221)	(21.660)	(13.216)
Despesas com instalações	–	–	(374)	(1.284)
Depreciação e amortização (Nota 12.10)	(536)	–	(4.838)	(3.991)
Custos de transação e serviços ao cliente	(258)	26	(3.304)	(1.109)
Serviços de terceiros	(1.251)	(471)	(3.152)	(1.961)
Despesas de marketing e comissões de vendas	(9)	–	(5.608)	(4.556)
Gastos com viagens	(6)	–	(180)	(176)
Outras receitas (despesas) operacionais (a)	(41)	6.233	(2.928)	(64.212)
Total	(2.145)	5.567	(42.044)	(90.505)
Despesas administrativas	(2.022)	(708)	(25.615)	(20.787)
Despesas de vendas	(16)	(9)	(10.105)	(5.690)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(76)	6.284	(1.177)	(63.846)
Total das receitas (despesas operacionais)	(2.114)	5.567	(36.897)	(90.323)
Custos dos serviços prestados	(31)	–	(5.147)	(182)
Total das despesas por função	(2.145)	5.567	(42.044)	(90.505)

(a) Inclui, principalmente, perdas com alienação de investimentos, avaliação de valor justo do earnout e dividendos de outros investimentos. (a)

24 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	Reapresentado 2025	2024	Reapresentado 2025	2024
Juros recebidos sobre investimentos	–	10.322	291	10.343
Juros ativos	29.118	–	31.008	2.880
Descontos obtidos	–	–	132	109
Ganho variação cambial	–	1.725	–	1.744
Impostos sobre receitas financeiras	(1.388)	–	(1.579)	–
Outros	–	–	–	145
Total das receitas financeiras	27.730	12.047	29.852	15.221
Descontos concedidos	–	–	(3.328)	(3.335)
Juros sobre empréstimos	–	–	(232)	(104)
Juros provisão contingência	(735)	–	(855)	–
Perda com variação cambial	–	–	–	(28)
Juros contas a pagar adquiridas	(51)	–	(51)	–
Despesas Bancárias	–	(4)	–	(210)
Outros	3	–	(616)	(730)
Total das despesas financeiras	(783)	(4)	(5.080)	(4.407)
Resultado financeiro	26.947	12.043	24.772	10.814

25 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

25.1. Políticas contábeis: 25.2. **Obrigações de curto prazo:** Os passivos relacionados a benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são contabilizados como despesa conforme o serviço relacionado é fornecido. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bônus em dinheiro ou participação nos resultados de curto prazo se o Grupo tiver uma obrigação legal ou não formalizada de pagar este valor devido aos serviços passados prestados pelos empregados e a obrigação puder ser estimada de forma confiável. 25.3. **Remuneração com base em ações:** O Grupo possui planos de pagamento baseado em ações, segundo os quais a Administração se compromete a entregar ações para empregados e não empregados em troca de serviços conforme mencionado na Nota 21. O custo de transações liquidadas em ações com funcionários é mensurado pelo valor justo na data da outorga. O custo é registrado como despesa juntamente com um aumento correspondente no patrimônio líquido durante o período em que o serviço é executado e, quando aplicável, as condições de desempenho são cumpridas (período de aquisição de direito). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com ações em cada data de reporte até a data de aquisição de direito reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa do Grupo sobre o número de instrumentos outorgados que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período. Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios outorgados, porém a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa do Grupo sobre o número de instrumentos outorgados que serão adquiridos. Condições de desempenho de mercado são refletidas no valor justo na data da outorga. Quaisquer outras condições associadas a um prêmio, mas que não possuam uma exigência de serviço a elas associada, são consideradas condições de não aquisição de direito. 25.4. **Participação nos lucros e gratificações anuais:** O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos lucros e bônus anuais com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas do Grupo após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha criado uma obrigação não formalizada.

25.5. **Composição dos saldos**

	Controladora		Consolidado	
	Reapresentado 2025	2024	Reapresentado 2025	2024
Salários	(11)	(221)	(18.044)	(11.015)
Custos previdenciários	–	–	(3.003)	(2.037)
Remuneração baseada em ações	(33)	–	(33)	–
Participação nos lucros e bônus anuais	–	–	(580)	(164)
Total	(44)	(221)	(21.660)	(13.216)

O Grupo oferece um pacote de benefícios padrão a todos os funcionários, consistindo principalmente em planos de assistência médica, seguro de vida em grupo, vale-refeição e alimentação e vale-transporte. Todos os valores relacionados são registrados no resultado de cada exercício.

26 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

26.1. Políticas contábeis: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. 26.2. **Ativos financeiros:** 26.2.1. **Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. Exceto para contas a receber que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro que não é a VJR. Contas a receber que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático são mensuradas ao preço de transação determinado de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou VJORA, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "somente pagamentos de principal e juros" ("SPPJ") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é chamada de teste de SPPJ e é executada a nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam SPPJ são classificados e mensurados ao VJR, independentemente do modelo de negócios. O modelo de negócios do Grupo se refere a como seus ativos financeiros são gerenciados para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, enquanto os ativos financeiros classificados e mensurados ao VJORA são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é de ambos, receber fluxos de caixa contratuais e de venda de ativos financeiros. Ativos financeiros ao VJR incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados ao VJR no reconhecimento inicial, caso isso elimine ou reduza significativamente um descasamento contábil. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo definido pela regulamentação ou prática de mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. 26.2.2. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, ativos financeiros são classificados em quatro categorias, conforme descrito a seguir: 26.2.3. **Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívidas)** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou reduzido ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao custo amortizado incluem principalmente Dividendos e juros sobre capital próprio a receber, contas a receber de clientes, outros ativos e contas a receber de partes relacionadas. 26.2.4. **Ativos financeiros a VJORA com reciclagem dos ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívidas)** Para os instrumentos de dívida ao VJORA, a receita de juros, variação cambial e as perdas ou reversões por redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado, de forma semelhante aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As alterações restantes no justo valor são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento da baixa, a variação do valor justo acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para o resultado

Stone Corporate e Holding S.A. (anteriormente denominada Linx S.A.)

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo não possui ativos financeiros classificados nesta categoria. 26.2.5. **Ativos financeiros ao VJORA sem reciclagem dos ganhos e perdas acumulados (instrumentos patrimoniais)** Após o reconhecimento inicial, o Grupo pode optar por classificar irrevogavelmente seus investimentos em ações como instrumentos patrimoniais designados ao VJORA quando eles satisfazem a definição de patrimônio nos termos do CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação e não são mantidos para negociação. A classificação é determinada com base em cada instrumento patrimonial. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para o resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando o direito de pagamento é estabelecido, exceto quando o Grupo se beneficia de tais resultados como uma recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que esses ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao VJORA não são sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável. Em 2024 a Companhia não possui instrumentos classificados nesta categoria. 26.2.6. **Ativos financeiros ao VJR:** Ativos financeiros ao VJR são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. O Grupo optou por classificar alguns de seus investimentos patrimoniais nesta categoria, incluindo em aplicações financeiras. 26.2.7. **Baixa:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo tiverem expirado; ou • O Grupo transferir seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação contratual de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso relevante a um terceiro nos termos de um contrato de repasse; e (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (iii) o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando o Grupo transfere seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Neste caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo. O envolvimento contínuo sob a forma de direitos sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre o valor contábil original do ativo e o valor máximo da contraprestação recebida que o Grupo pode ser obrigado a restituir. 26.2.8. **Perda por redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos financeiros:** O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não mantidos ao VJR. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa que se aproxime da taxa efetiva de juros original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. O Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas, portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, em uma matriz de provisão e em dias de atraso, em cada data-base. O Grupo aplica a abordagem simplificada para as Contas a receber de clientes. 26.3.

Passivos financeiros: 26.3.1. **Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao VJR, custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme o caso. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo e, no caso de custo amortizado, líquidos dos custos de transação que lhes são diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros do Grupo incluem principalmente fornecedores, empréstimos e financiamentos, contas a pagar a partes relacionadas, dividendos a pagar e outros passivos. 26.3.2. **Mensuração subsequente:** A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito a seguir: 26.3.3. **Passivos financeiros ao VJR:** Os passivos financeiros ao VJR incluem passivos financeiros mantidos para negociação, contraprestação contingente originada em combinações de negócios e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como ao VJR. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de hedge em relacionamentos de hedge, conforme definido pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos. Ganhos ou perdas em passivos mantidos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. Esta categoria inclui contraprestação contingente incluída em Outros passivos. 26.3.4. **Passivos financeiros ao custo amortizado:** Após o reconhecimento inicial, passivos financeiros classificados nesta categoria são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Os juros calculados pelo método da taxa efetiva de juros são reconhecidos como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria inclui principalmente Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Contas a pagar a partes relacionadas, Dividendos a pagar e outros passivos. 26.3.5. **Baixa:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como a baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. 26.3.6. **Valor justo de instrumentos financeiros:** O Grupo mensura instrumentos financeiros, tais como derivativos, a valor justo a cada data-base. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorre: • No mercado primário do ativo ou passivo; ou • Na ausência de um mercado primário, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. O mercado principal ou o mercado mais vantajoso deve ser acessível pelo Grupo. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado usando as premissas que os participantes do mercado usariam ao precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado atuem no seu melhor interesse econômico. O Grupo utiliza técnicas de avaliação adequadas às circunstâncias e para as quais dados observáveis são suficientes para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são classificados na hierarquia de valor justo, descrita a seguir, com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo: O Grupo utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: • Nível I: preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível II: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e • Nível III: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, o Grupo determina se houve transferências entre níveis na hierarquia reavaliando a categorização (com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo) a cada data-base. 26.3.7. **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal atualmente exequível de compensação dos valores reconhecidos e houver a intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Grupo não possui instrumentos financeiros que tenham alcançado as condições para reconhecimento em bases líquidas. 26.3.8. **Instrumentos financeiros derivativos:** Ocasionalmente, o Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar seus riscos de moeda estrangeira e de taxa de juros. Instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. Derivativos são considerados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Certos contratos de compra e venda de ações celebrados pela Companhia para a aquisição de controladas e coligadas incluem opções de compra para aquisição de participações adicionais nas investidas, as quais são classificadas como derivativos embutidos. Cada uma das opções é mensurada a VJR de acordo com fórmulas pré-determinadas e registradas no balanço patrimonial consolidado como um ativo na rubrica Instrumentos financeiros derivativos. 26.3.9. **Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros:** Quando os valores justos de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não puderem ser mensurados com base em preços cotados em mercados ativos, seu valor justo é mensurado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo FCD. As informações aplicáveis a esses modelos são extrair de mercado observáveis sempre que possível, mas quando não praticável, um julgamento é requerido na determinação do valor justo. Os julgamentos incluem considerações de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Alterações nas premissas relacionadas a esses fatores podem afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. 26.4. **Gestão de riscos:** As atividades do Grupo a expõem a diversos riscos financeiros; a saber: risco de crédito, risco de mercado (incluindo risco de variação cambial, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com uma taxa de juros, e risco de preço), risco de liquidez e risco de fraude. O programa de gestão de risco global do Grupo StoneCo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. A gestão de risco financeiro é realizada pelo departamento de tesouraria global do Grupo StoneCo ("Tesouraria Global") no nível de Grupo, preparado pelo time de gerenciamento de riscos e aprovado pelo Conselho de Administração. A Tesouraria Global identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros em cooperação com suas unidades operacionais. No nível específico do Grupo, o departamento local de tesouraria ("Tesouraria Local") executa e gerencia os instrumentos financeiros sob as políticas específicas, respeitando a estratégia do Grupo StoneCo. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco

global, bem como para áreas específicas, como de risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, risco de fraude, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. 26.4.1. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a empresa incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco de crédito decorre da exposição do Grupo a terceiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de suas atividades operacionais, principalmente relacionadas a contas a receber. O valor contábil dos ativos financeiros representa a máxima exposição de crédito.

26.4.2. **Risco de liquidez**

	Controladora		
	Menos de um ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos
Em 31 de dezembro de 2025			
Fornecedores	743	–	–
Contas a pagar a partes relacionadas	–	2.339	–
Dividendos a pagar	267.389	–	–
Outros passivos	2.624	–	4.593

	Controladora		
	Menos de um ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos
Em 31 de dezembro de 2024			
Fornecedores	96	–	–
Contas a pagar a partes relacionadas	19	–	–
Dividendos a pagar	396	–	–
Outros passivos	26	–	–

	Consolidado		
	Menos de um ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos
Em 31 de dezembro de 2025			
Fornecedores	4.861	–	–
Empréstimos e financiamentos	–	–	–
Contas a pagar a partes relacionadas	–	2.339	–
Dividendos a pagar	279.889	–	–
Outros passivos	25.605	–	5.017

	Consolidado		
	Menos de um ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos
Em 31 de dezembro de 2024			
Fornecedores	55.228	–	–
Empréstimos e financiamentos	10.094	8.656	16.588
Contas a pagar a partes relacionadas	5.766	–	–
Dividendos a pagar	396	–	–
Outros passivos	28.816	–	2.080

26.5. **Instrumentos financeiros por categoria:** 26.5.1. **Ativos conforme o balanço patrimonial**

	Custo amortizado	Controladora	
		VJR	Total
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	6.909	–	6.909
Contas a receber de partes relacionadas	1.848	–	1.848
Outros ativos	50.866	–	50.866
Total	59.623	–	59.623

	Custo amortizado	Controladora	
		VJR	Total
Em 31 de dezembro de 2024			
Aplicações financeiras	–	200.758	200.758
Outros ativos	71	–	71
Total	71	200.758	200.829

	Custo amortizado	Controladora	
		VJR	Total
Em 31 de dezembro de 2025			
Contas a receber de clientes	29.692	–	29.692
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	6.909	–	6.909
Contas a receber de partes relacionadas	2.234	–	2.234
Instrumentos financeiros derivativos	–	1.897	1.897
Outros ativos	51.793	–	51.793
Total	90.628	1.897	92.525

	Custo amortizado	Controladora	
		VJR	Total
Em 31 de dezembro de 2024			
Aplicações financeiras	–	207.242	207.242
Contas a receber de clientes	173.007	–	173.007
Contas a receber de partes relacionadas	2.281	–	2.281
Outros ativos	87.277	–	87.277
Total	262.565	207.242	469.807

26.5.2. **Passivos conforme o balanço patrimonial**

	Custo amortizado	Controladora	
		VJR	Total
Em 31 de dezembro de 2025			
Fornecedores	743	–	743
Empréstimos e financiamentos	189	–	189
Dividendos a pagar	267.389	–	267.389
Contas a pagar a partes relacionadas	2.339	–	2.339
Outros passivos	3	7.212	7.215
Total	270.663	7.212	277.875

	Custo amortizado	Controladora	
		VJR	Total
Em 31 de dezembro de 2024			
Fornecedores	96	–	96
Dividendos a pagar	396	–	396
Contas a pagar a partes relacionadas	19	–	19
Outros passivos	26	–	26
Total	537	–	537

	Custo amortizado	Controladora	
		VJR	Total
Em 31 de dezembro de 2025			
Fornecedores	4.861	–	4.861
Empréstimos e financiamentos	2.606	–	2.606
Dividendos a pagar	279.889	–	279.889
Contas a pagar a partes relacionadas	2.339	–	

... continuação

Stone Corporate e Holding S.A. (anteriormente denominada Linx S.A.)				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	312.657	3.840	348.800	106.623
Aplicações financeiras	-	200.758	-	208.523
Caixa ajustado	312.657	204.598	348.800	315.146
Contas a pagar clientes	2.339	19	2.339	-
Arrendamentos a pagar	(189)	-	(2.606)	(29.265)
Dívida ajustada	2.150	19	(267)	(29.265)
	314.807	204.617	348.533	285.881

Mateus Scherer Schwening – Diretor

Camila Del Poente – Contadora – CRC 1SP 290.887/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas da **Stone Corporate e Holding S.A.** (anteriormente denominada "Linx S.A.")

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Stone Corporate e Holding S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP 034.519/O

Fabrizio Aparecido Pimenta
Contador
CRC-1SP 241.659/O-9

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/05/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



stone

Pagar.me S.A.

CNPJ/MF nº 18.727.053/0001-74

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Mensagem da Administração: A Pagar.me S.A., sociedade anônima de capital fechado e integrante do Grupo StoneCo constituída em 18 de julho de 2013, tem como objeto principal o fornecimento de soluções de tecnologia financeira e a operação de subadiquirência, que compreende a prestação de serviços em suas vendas por intermédio da internet e meios físicos, podendo efetuar o pré-pagamento se for requerida por estes comerciantes. Nas seções a seguir, fornecemos alguns detalhes sobre a evolução de nossos negócios. **Total de Ativos:** Em 31 de dezembro de 2025, os ativos da companhia totalizaram R\$ 9.774 milhões, apresentando uma redução de 58,0% em relação ao total de ativos em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 23.274 milhões. Essa redução foi ocasionada principalmente pela diminuição das obrigações vinculadas à sub-rogação, devido à transferência dos clientes da Pagar.me para a Stone Pagamentos. **Total de Passivos:** Em 31 de dezembro de 2025, os passivos da companhia totalizaram R\$ 7.976 milhões, apresentando uma redução de 65,6% em relação ao total dos passivos em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 23.162 milhões. Essa redução

foi ocasionada principalmente pelo resgate das aplicações financeiras do FIDC Tapso. **Patrimônio líquido:** Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido totalizou R\$ 1.798,5 milhões, representando um aumento de R\$ 1.686,8 milhões em relação ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 111,7 milhões. Destacamos abaixo as principais movimentações no patrimônio líquido: a) Aumento de capital de R\$ 1.600,0 milhões; **Resultado:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a companhia totalizou um prejuízo de R\$ 29,9 milhões, representando uma redução significativa de R\$ 118,484 milhões em relação ao lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que foi de R\$ 88,633 milhões. A redução observada no período é explicada, substancialmente, pela queda nas receitas, que passaram de R\$ 1.227,0 milhões em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 236,7 milhões em 31 de dezembro de 2025. Adicionalmente, destacamos a redução no resultado financeiro quando comparado ao exercício anterior, contribuindo para a variação negativa no período.

A Administração

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)	Passivo	Nota	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	160.189	388.652	Depósitos de clientes bancários	5,5	548.481	641.185
Aplicações financeiras	5,3	4.327.235	14.611.419	Contas a pagar a estabelecimentos	5,6	3.460.829	3.680.469
Ativos financeiros de soluções bancárias	5,5	548.481	641.185	Contas a pagar	10	270.000	11.014
Contas a receber	5,4	4.370.936	6.413.831	Obrigações vinculadas a sub-rogação	10	3.533.649	18.669.106
Despesas antecipadas	6	40.899	127.925	Empréstimo e financiamentos		28.127	21
Tributos a recuperar		35	1.384	Fornecedores		29.608	65.513
Outros créditos		112	775	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		12.679	10.963
Total do ativo circulante		9.447.887	22.185.171	Obrigações tributárias	11	3.674	36.687
Ativo não circulante				Adiantamento de clientes		6.826	6.716
Contas a receber	5,4	3.658	111.571	Dividendos a pagar	13,5	-	842
Outros créditos		6.082	4.845	Total do passivo circulante		7.893.873	23.122.516
Despesas antecipadas	6	112	7.128				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	160.242	195.180	Passivo não circulante			
Imobilizado	8	131.818	743.728	Contas a pagar a estabelecimentos	5,6	48.603	13.944
Intangível	9	24.526	26.276	Contas a pagar	10	15	12.683
Total do ativo não circulante		326.438	1.088.728	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		7.876	4.524
Total do ativo		9.774.325	23.273.899	Provisão para contingências	12	23.665	6.307
				Outros Passivos		1.787	2.223

Demonstração do Resultado Abrangente - Exercícios findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	2025 (Reapresentado)	2024 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	(29.851)	88.633
Itens que serão reclassificados para o resultado	111.487	49.840
Variação no contábil a receber de credenciadores e partes relacionadas a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	168.921	75.515
Efeito tributário sobre item acima	(57.434)	(25.675)
Total do resultado abrangente do exercício	81.636	138.473

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Outros Resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	134.276	27.259	6.878	64.591	(173.730)	-	52.274
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Pagamento baseado em ações	-	14.477	-	-	-	-	14.477
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(49.840)	(49.840)	(49.840)
Lucro líquido	-	-	-	-	-	88.633	88.633
Destinações do lucro líquido do exercício:							
Constituição da Reserva legal	-	-	4.432	-	-	(4.432)	-
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(842)	(842)
Constituição de reserva de investimento	-	-	-	83.359	-	(83.359)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	134.276	41.736	11.310	147.950	(223.570)	-	111.702
Aumento de Capital	1.600.000	-	-	-	-	1.600.000	1.600.000
Pagamento baseado em ações	-	5.168	-	-	-	5.168	5.168
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	111.487	-	111.487
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(29.851)	(29.851)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.734.276	46.904	11.310	118.099	(112.083)	-	1.798.506

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Pagar.me S.A. ("Companhia" ou "Pagar.me"), sociedade anônima de capital fechado constituída em 18 de julho de 2013, possui sede na Avenida Rebouças, nº 2880, 2º andar, sala 1, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05402-500. A Companhia é controlada diretamente pela Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Stone Pagamentos"), e tem como controladora final a StoneCo Ltd ("Grupo StoneCo"), companhia aberta com ações negociadas na NASDAQ sob o código STNE e sede nas ilhas Cayman. A Companhia tem como objeto principal o fornecimento de soluções de tecnologia financeira e a operação de subadiquirência, que compreende a prestação de serviços em suas vendas por intermédio da internet e meios físicos. A Companhia também pode efetuar o pré-pagamento se for requerida por estes comerciantes. Logo, as principais receitas provêm do licenciamento da tecnologia, das taxas de desconto cobradas dos comerciantes e prestadores de serviço sobre as suas transações de venda, bem como das taxas de pré-pagamento. A Companhia analisa a situação patrimonial com base nos resultados consolidados do Grupo StoneCo, uma vez que as operações mais relevantes são entre partes relacionadas, classificadas em "Contas a pagar" no passivo (Nota 10). Como exemplo, pode-se mencionar as operações realizadas com o FIDC TAPSO, o qual compõe o Contas a pagar da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, o Contas a receber de R\$ 4.374.593 (R\$ 6.525.402 em 31 de dezembro de 2024) estava maior em 67% em relação ao Contas a pagar a estabelecimentos de R\$ 3.509.432 (R\$ 3.694.413 em 31 de dezembro de 2024), mostrando liquidez nas operações. A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada em Reunião de Diretoria em 18 de março de 2026.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, com as alterações das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e em conformidade com as normas contábeis ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis" IFRS), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A Companhia adotou, quando aplicável, todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2025. A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor justo de instrumentos financeiros e pagamentos baseado em ações, determinação da vida útil dos ativos imobilizado e intangível, teste de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, provisões para contingências e impostos diferidos. A realização dos saldos baseados em estimativas poderá ocorrer em valores diferentes dos estimados. Visando assegurar a melhor mensuração possível, a Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente, utilizando todas as informações pertinentes disponíveis na data de preparação das demonstrações financeiras. **2.1. Reapresentação:** As rubricas das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão sendo reapresentadas para refletir o reconhecimento do ajuste a valor justo sobre as contas a receber, reconhecido em outros resultados abrangentes, bem como os correspondentes efeitos tributários diferidos decorrentes desse ajuste, com reflexos nas rubricas de contas a receber, impostos diferidos e outros resultados abrangentes. Essa alteração visa adequar a apresentação contábil aos critérios de mensuração e comparabilidade adotados pela Companhia, permitindo a correta análise em relação às demonstrações do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Balanco Patrimonial	Publicado	Reapresentação	Reapresentado
Contas a receber	6.723.996	6.413.831	310.165
Imposto de renda e contribuição social diferidos	89.724	195.180	(105.456)
Outros resultados abrangentes - Ajuste valor justo contas a receber	(56.705)	(338.743)	(282.038)
Outros resultados abrangentes - Imposto diferido sobre o contábil a receber	37.844	115.173	77.329
Demonstração dos fluxos de caixa	Publicado	Reapresentação	Reapresentado
Contas a receber	(533.466)	(505.339)	28.127
Tributos a recuperar	66.639	(38.817)	(105.456)
Obrigações tributárias	49.879	127.208	77.329

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis mais relevantes são apresentadas nas correspondentes notas ao longo da demonstração financeira. Demais políticas contábeis, não relacionadas com notas específicas e julgadas como relevantes pela administração são apresentadas a seguir. Ressalta-se, ainda, que as práticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente. **3.1. Conversão em moeda estrangeira:** As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, e, também, a sua

moeda de apresentação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio vigente na data de fechamento do balanço. Ganhos e perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício. Estes surgem principalmente da conversão de instrumentos financeiros da Companhia denominados em moedas estrangeiras. **3.2. Classificação circulante versus não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando: • espera-se realizá-lo ou pretenda-se vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • for mantido principalmente para negociação; • espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; • e caixa ou equivalente de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou utilização para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como circulante quando: • espera-se liquidá-lo no ciclo operacional normal; • for mantido principalmente para negociação; • deve ser liquidado dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **3.3. Novas normas e alterações de normas e interpretações:** 3.3.1. Novas normas e alterações de normas e interpretações adotadas: As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025: • CPC 02 - Efeitos de mudanças nas taxas de câmbio: em agosto de 2023, o IASB alterou a IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio a vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o CPC 02 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. As alterações acima mencionadas não tiveram qualquer impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia. **3.3.2. Novas normas e alterações de normas e interpretações ainda não adotadas:** As normas e interpretações novas e alteradas que foram emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas e alterações de normas e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor. • CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 40 - Instrumentos Financeiros Divulgados: Publicado em maio de 2024, as alterações tratam, basicamente, dos seguintes temas: data de reconhecimento e baixa de alguns instrumentos financeiros, e características relevantes na avaliação dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros para classificação e mensuração. Adicionalmente são aprimoradas as divulgações relativas aos instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros vinculados a eventos contingentes. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada, com aplicação retrospectiva. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma. • CPC 26 - Apresentação das demonstrações financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substituiu o IAS 1/CPC 26 - Apresentação das demonstrações financeiras. A norma introduz novos requisitos de apresentação na demonstração de resultados, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas na demonstração de resultados sob uma de cinco categorias: operacionais, investimentos, financiamento, imposto sobre a renda e operações descontinuidas, sendo as três primeiras novas. Também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela gestão recentemente definidas, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias ("DFP") e nas notas explicativas. Além disso, foram introduzidas alterações de âmbito restrito à IAS 7/CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, que incluem a alteração do ponto de partida para a determinação dos fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo" para "lucro ou prejuízo operacional" e eliminando as opções em torno da classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, existem alterações consequentes em várias outras normas. As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, mas a aplicação antecipada é permitida e deve ser divulgada. A IFRS 18 será aplicada retrospectivamente. A Companhia está avaliando as alterações a serem realizadas para determinar os impactos em suas demonstrações financeiras. **3.4. Julgamentos, estimativas e premissas significativas:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos na data-base das demonstrações financeiras. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. Os julgamentos, estimativas e premissas são revisados frequentemente, e quaisquer efeitos são reconhecidos no período de revisão e em quaisquer períodos futuros afetados. O objetivo dessas revisões é mitigar o risco de diferenças significativas entre os resultados estimados e efetivos no futuro. Premissas significativas sobre fontes de incerteza em estimativas futuras e outras fontes significativas na data-base das demonstrações estão descritas a seguir: **3.4.1. Vida útil do imobilizado e intangível:** A mensuração do ativo imobilizado e do ativo intangível inclui a preparação de estimativas para determinar a vida útil destes ativos para fins de depre-

Demonstração do Resultado - Exercícios findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	2025 (Reapresentado)	2024 (Reapresentado)
Receita líquida de serviços	14	236.714	1.227.033
Custo dos serviços prestados	15	(452.046)	(905.038)
Lucro bruto	(215.332)	321.995	321.995
Despesas gerais e administrativas	15	(26.202)	(67.981)
Despesas com vendas	15	(111.141)	(431.360)
Outras receitas (despesas) operacionais	15	(32.523)	(56.959)
Total de receitas (despesas) operacionais	(169.866)	(556.300)	(556.300)
Lucro (prejuízo) operacional	(385.198)	(234.305)	(234.305)
Receitas financeiras		757.927	(431.360)
Despesas financeiras		(433.642)	(1.451.404)
Resultado financeiro	16	324.285	353.332
Outras receitas (despesas) não operacionais	7.469	(1.732)	(1.732)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(53.444)	117.295	117.295
Imposto de renda e contribuição social correntes	7	1.097	(33.905)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	22.496	5.243
Lucro líquido do exercício	(29.851)	88.633	88.633

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	2025 (Reapresentado)	2024 (Reapresentado)
Atividades operacionais			
Prejuízo/Lucro do exercício		(29.851)	88.633
Ajustes para conciliar o resultado aos fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	8/9	150.284	299.277
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	(22.496)	(51.366)
Receitas financeiras, líquidas		(751.357)	(1.804.534)
Provisão para contingências	12	17.194	6.397
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	5,4	26.652	32.093
Ganho na baixa e alienação de bens		1.023.247	143.708
Pagamento baseado em ações	17	9.708	14.477
Variáveis nos ativos e passivos		453.232	(1.359.948)
Contas a receber		2.307.020	(505.339)
Tributos a recuperar		33.537	(38.817)
Outros créditos		(574)	1.259
Contas a receber de partes relacionadas		294.906	2.000.963
Contas a pagar a estabelecimentos		74.005	281.439
Despesas antecipadas		94.042	(39.091)
Fornecedores		(36.107)	13.752
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		5.068	(38.701)
Obrigações tributárias		(56.215)	127.208
Adiantamento de clientes		110	(97)
Pagamento de contingências		(6.204)	(7.220)
Contas a pagar a partes relacionadas	(15.148.125)	2.392.830	
Outros passivos		27.669	(486)
Juros pagos, líquidos		(423.562)	(1.450.183)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(13.526)	(6.497)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	(12.424.575)	1.459.705	1.459.705
Atividades de investimento			
Alienação (aportes) em aplicações financeiras, líquido	5,3	11.078.064	(1.006.803)
Aquisição de imobilizado	8	(573.814)	(415.940)
Venda de imobilizado		-	112.039
Aquisição de ativos intangíveis	9	-	(58.309)
Caixa consumido pelas atividades de investimento	10.504.250	(1.359.013)	(1.359.013)
Atividades de financiamento			
Dividendos pagos		(842)	(13.391)
Aumento de capital		1.600.000	-
Caixa gerado (consumido) pelas atividades de investimento	1.599.158	(13.391)	(13.391)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(321.167)	77.301	77.301
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	1.029.837	952.536
Saldo de caixa e equivalentes de caixa oriundo da incorporação		-	-
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	708.670	1.029.837
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(321.167)	77.301	77.301

ciação e amortização. A determinação da vida útil requer estimativas em relação aos avanços tecnológicos esperados e usos alternativos de ativos. Há um elemento significativo de julgamento envolvido em fazer suposições sobre o desenvolvimento tecnológico, uma vez que é difícil prever o momento e a natureza dos futuros avanços tecnológicos. A Companhia avaliou a vida útil estimada e o valor residual estimado dos ativos imobilizado e intangível e concluiu não ser necessária nenhuma alteração nas estimativas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **3.4.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Um julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base na época provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal. **3.4.3. Expectativa de vida útil dos clientes:** A Companhia estima a expectativa de vida de duas classes diferentes de estabelecimentos comerciais para reconhecer a amortização dos custos de obtenção e cumprimento de contratos com esses estabelecimentos. A estimativa é revista anualmente, e está relacionada com o tempo médio que se espera que os estabelecimentos efetuem transações com a Companhia, através da experiência observada no ciclo de vida dos clientes. O prazo de amortização dos custos de obtenção é de 15 meses.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

4.1. Políticas contábeis: Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e aplicações financeiras, que são investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e com prazo de vencimento, na data da aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

4.2. Composição dos saldos

Balanco	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta corrente - moeda nacional	160.189	388.652
Total	160.189	388.652

5 INSTRUMENTOS FINANCIEROS

5.1. Políticas contábeis: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **5.1.1. Ativos Financeiros:** **5.1.1.1. Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados, ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Exceto para contas a receber que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro que não é a VJORA. Contas a receber que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas ao preço de transação determinado de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou VJORA, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "somente pagamentos de principal e juros" ("SPJ") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é chamada de teste de SPJ e é executada a nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam SPJ são classificados e mensurados ao VJR, independentemente do modelo de negócios. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se

continua ...

... continuação

Pagar.me S.A.

os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, enquanto os ativos financeiros classificados e mensurados ao VJORA são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é de ambos, receber fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros. Ativos financeiros ao VJR incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados ao VJR no reconhecimento inicial, caso isso elimine ou reduza significativamente um descausamento contábil. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo definido pela regulamentação ou prática de mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. **5.1.1.2. Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao VJORA com reclassificação de ganhos e perdas acumuladas (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao VJORA sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento da sua baixa (instrumentos patrimoniais); ou • Ativos financeiros ao VJR. **5.1.1.2.1. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem os outros ativos. **5.1.1.2.2. Ativos financeiros ao VJORA (instrumentos de dívida):** Para os instrumentos de dívida ao VJORA, a receita de juros, variação cambial e as perdas ou reversões por redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado, de forma semelhante aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento da baixa, a variação do valor justo acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para o resultado. Os instrumentos de dívida da Companhia no VJORA incluem Contas a receber de credenciadores. **5.1.1.2.3. Ativos financeiros ao VJORA (instrumentos patrimoniais):** Após o reconhecimento inicial, a Companhia pode optar por classificar irrevogavelmente seus investimentos em ações como instrumentos patrimoniais designados ao VJORA quando eles satisfazem a definição de patrimônio nos termos do CPC 39/IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação e não são mantidos para negociação. A classificação é determinada com base em cada instrumento. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para o resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando o direito de pagamento é estabelecido, exceto quando a Companhia se beneficia de tais resultados como uma recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que esses ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao VJORA não são sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável. A Companhia não possui investimentos classificados nesta categoria. **5.1.1.2.4. Ativos financeiros ao VJR:** Ativos financeiros ao VJR são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Esta categoria inclui Aplicações financeiras que não são equivalentes de caixa. **5.1.1.3. Baixa:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado (ou seja, retirado do balanço patrimonial da Companhia) quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo tiverem expirado; ou • A Companhia transferiu seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação contratual de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre o valor contábil original do ativo e o valor máximo da contraprestação recebida que a Companhia pode ser obrigada a restituir. **5.1.1.4. Perda por redução ao valor recuperável ("Impairment") de ativos financeiros:** A Companhia reconhece perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa para todos os instrumentos de dívida não mantidos ao VJR. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa que se aproxime da taxa efetiva de juros original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. A Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas, portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, em uma matriz de provisão e em dias de atraso, em cada data-base. A Companhia aplica a abordagem simplificada para Contas a receber de clientes e partes relacionadas. Contas a receber são considerados ativos contratuais. **5.1.2. Passivos financeiros: 5.1.2.1. Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao VJR, custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme o caso. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, no caso de custo amortizado, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros da Companhia incluem Contas a pagar a estabelecimentos, Fornecedores, Adiantamento de clientes, e contas a pagar. **5.1.2.2. Mensuração subsequente:** A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: **5.1.2.2.1. Passivos financeiros ao VJR:** Os passivos financeiros ao VJR incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como ao VJR. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge em relacionamentos de hedge, conforme definido pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos mantidos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. Essa categoria inclui outros passivos. **5.1.2.2.2. Passivos financeiros ao custo amortizado:** Após o reconhecimento inicial, passivos financeiros classificados nesta categoria são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. A amortização pelo método da taxa efetiva de juros é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria inclui Contas a pagar a estabelecimentos, Fornecedores, Adiantamento de clientes e Contas a pagar a partes relacionadas. **5.1.2.3. Baixa:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como a baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. A taxa de desconto cobrada pela antecipação aos clientes de seus recebíveis parcelados é mensurada pela diferença entre o valor original devido ao cliente, líquido de comissões e taxas cobradas, e o valor antecipado. A receita financeira é reconhecida uma vez que o cliente tenha escolhido o recebimento como sendo antecipado. **5.1.3. Valor justo de instrumentos financeiros:** A Companhia mensura instrumentos financeiros tais como derivativos, a valor justo a cada data-base. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorre: • No mercado principal do ativo ou passivo; ou • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. O mercado principal ou o mercado mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado usando as premissas que os participantes do mercado usariam ao precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado atuem no seu melhor interesse econômico. A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas às circunstâncias e para as quais existem dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são classificados na hierarquia de valor justo, descrita a seguir, com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo: A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: • **Nível I** – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • **Nível II** – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e • **Nível III** – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferências entre níveis na hierarquia reavaliando a categorização (com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo) a cada data-base. **5.1.4. Classificação**

de instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente exequível de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **5.2. Julgamentos, estimativas e premissas significativas: 5.2.1. Mensuração das estimativas de perda de crédito esperada: 5.2.1.1. Contas a receber de emissores de cartões:** Os valores a receber de adquirentes decorrem das transações realizadas pelos titulares de cartões de débito e crédito emitidos por instituições financeiras. Tais recebíveis são liquidados de acordo com regras específicas de cada produto, como transações de débito, crédito à vista ou crédito parcelado. Transações a débito e a crédito à vista são recebidas em alguns dias, ao passo que transações de crédito parcelado são recebidas ao longo do prazo de parcelamento. Um recebível representa o direito da Empresa a um valor de contraprestação incondicional, sendo necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja realizado pela contraparte. No caso de uma subadiquirante, seu recebível advém de uma adquirente/credenciadora, que recebe os valores das transações diretamente dos emissores de cartões e os repassa à subadiquirante. **5.2.1.2. Contas a receber de clientes:** Para Contas a receber de clientes, as taxas de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa utilizadas pela Companhia são baseadas em dias de atraso para grupos de vários segmentos de clientes que possuem padrões de perda semelhantes (por exemplo, agrupamentos por tipo de produto, tipo de cliente e classificação e cobertura por cartas de crédito e outras formas de seguro de crédito). As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são inicialmente baseadas nas taxas históricas de inadimplência observadas pela Companhia. A Companhia faz uma calibração entre a experiência histórica de perda de crédito e as informações prospectivas a cada ano. Por exemplo, se há previsão de deterioração das condições econômicas previstas (por exemplo, redução do Produto Interno Bruto – PIB) no próximo ano, o que pode levar a um aumento da inadimplência, as taxas históricas de inadimplência são ajustadas. A cada data-base, o histórico das taxas de inadimplência observadas é atualizado e as alterações nas estimativas futuras são analisadas. A avaliação da correlação entre taxas de inadimplência históricas observadas, condições econômicas previstas e perdas de crédito esperadas é uma estimativa significativa. O montante de perdas de crédito esperada é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão de condições econômicas também podem não ser representativas do real nível de inadimplência do cliente no futuro. As informações sobre as provisões para perdas de crédito esperadas de Contas a receber de emissores de cartão e Contas a receber de clientes são divulgadas na nota 5.4. **5.2.2. Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros:** Quando os valores justos de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não puderem ser mensurados com base em preços cotados em mercados ativos, seu valor justo é mensurado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo FCD. As informações aplicáveis a esses modelos são extraídas de mercado observáveis sempre que possível, mas quando não praticável, um julgamento é requerido na determinação do valor justo. Os julgamentos incluem considerações de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Alterações nas premissas relacionadas a esses fatores podem afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. **5.3. Aplicações Financeiras**

	31/12/2025	31/12/2024
Cotas FIDC TAPSO	4.327.235	14.611.419
Total	4.327.235	14.611.419

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC") denominado FIDC TAPSO iniciou suas atividades em 29 de dezembro de 2016, com o objetivo de antecipar a carteira de recebíveis provenientes das transações a crédito realizadas pelos estabelecimentos comerciais. A movimentação das aplicações financeiras segue a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 1º de janeiro	14.611.419	11.734.778
Aporte	1.300.000	1.006.802
Resgate de cotas	(12.378.063)	-
Ganho com valorização das cotas do FIDC TAPSO	793.879	1.869.839
Saldo em 31 de dezembro	4.327.235	14.611.419

O FIDC TAPSO pertence 100% ao Grupo StoneCo e suas controladoras (99,9% em 31 de dezembro de 2024), sendo que em 31 de dezembro de 2025, Pagar.me detém 11,8% e as outras controladas possuem 88,2%. O FIDC deve manter, após 90 dias do início das atividades, no mínimo 50% de seu patrimônio líquido na aquisição de direitos creditórios elegíveis. As práticas contábeis utilizadas pela Companhia no que tange ao reconhecimento do investimento sobre as cotas está de acordo com as normas adotadas no Brasil. O FIDC possui um prazo de vigência total de 20 anos. Entretanto, devido às amortizações das cotas serem realizadas dentro de um período de até 12 meses, o investimento é classificado como ativo circulante.

taxa de juros CDI. **Risco cambial:** É o risco de perdas atrelado a variações na taxa de câmbio. Pelo fato de a Companhia ter todas suas operações denominadas em reais, não há exposição significativa ao risco cambial. **Análise de sensibilidade:** O gerenciamento de riscos de mercado é realizado para o Grupo StoneCo, considerando métricas calculadas de forma consolidada para todas as entidades. Deste modo, a exposição a riscos de mercado não é gerida de maneira segregada por entidade. **5.7.3. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de a instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descausamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela equipe de Finanças. Essa equipe monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, mantendo margem suficiente em suas linhas de crédito compromissadas e não utilizadas em todos os momentos, para que a Companhia possa cumprir com suas obrigações e empréstimos perante terceiros. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento de dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas restritivas, cumprimento dos objetivos de índices do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais – por exemplo, restrições de moeda. O excedente de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital de giro, é gerido pela equipe de tesouraria, que investe o excedente de caixa em instrumentos financeiros de alta liquidez e baixo risco, conforme determinado pelas previsões de risco mencionadas. Na data do balanço, a Companhia mantinha aplicações financeiras de R\$ 160.189 que devem gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano		Entre 1 e 2 anos
Em 31 de dezembro de 2025			
Depósitos de clientes bancários	548.481	-	-
Contas a pagar a estabelecimentos	3.460.829	-	48.603
Contas a pagar	270.000	-	15
Empréstimos e financiamentos	28.127	-	-
Fornecedores	29.608	-	-
Adiantamento de clientes	6.826	-	-
Outros passivos	-	-	1.787
Total	4.343.871		50.405
Em 31 de dezembro de 2024			
Depósitos de clientes bancários	641.185	-	-
Contas a pagar a estabelecimentos	3.680.469	-	13.944
Contas a pagar	11.014	-	12.683
Empréstimos e financiamentos	21	-	-
Fornecedores	65.513	-	-
Adiantamento de clientes	6.716	-	-
Dividendos a pagar	842	-	-
Outros passivos	-	-	2.224
Total	4.405.760		28.851

5.8. Instrumentos financeiros por categoria: 5.8.1. Ativos conforme o balanço patrimonial

	Custo amortizado			Total
	VJR	VJORA		
Em 31 de dezembro de 2025				
Aplicações financeiras	-	4.327.235	-	4.327.235
Contas a receber	-	-	4.374.594	4.374.594
Outros créditos	6.194	-	-	6.194
Total	6.194	4.327.235	4.374.594	8.708.023
Em 31 de dezembro de 2024				
Aplicações financeiras	-	14.611.419	-	14.611.419
Ativos financeiros de soluções bancárias	-	-	-	-
Contas a receber	-	-	6.835.567	6.835.567
Outros créditos	5.620	-	-	5.620
Total	5.620	14.611.419	6.835.567	21.452.606

5.8.2. Passivos conforme o balanço patrimonial

	Custo amortizado			Total
	VJR			
Em 31 de dezembro de 2025				
Depósitos de clientes bancários	548.481	-	-	548.481
Contas a pagar a estabelecimentos	3.509.432	-	-	3.509.432
Contas a pagar	270.015	-	-	270.015
Empréstimos e financiamentos	28.127	-	-	28.127
Fornecedores	29.608	-	-	29.608
Adiantamento de clientes	6.826	-	-	6.826
Dividendos a pagar	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	-	1.787
Total	4.392.489	1.787		4.394.276
Em 31 de dezembro de 2024				
Depósitos de clientes bancários	641.185	-	-	641.185
Contas a pagar a estabelecimentos	3.694.413	-	-	3.694.413
Contas a pagar	23.697	-	-	23.697
Empréstimos e financiamentos	21	-	-	21
Fornecedores	65.513	-	-	65.513
Adiantamento de clientes	6.716	-	-	6.716
Dividendos a pagar	842	-	-	842
Outros passivos	-	-	-	2.224
Total	4.432.387	2.224		4.434.611

5.9. Estimativa do valor justo: Apresentamos a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia das quais instrumentos financeiros cujo valor contábil é razoavelmente diferente de seu valor justo:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Passivos financeiros				
Contas a pagar a estabelecimentos	3.509.432	3.042.888	3.694.413	3.398.912
Total	3.509.432	3.042.888	3.694.413	3.398.912

Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta uma análise dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo por nível de hierarquia de valor justo:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor Justo	Nível de Hierarquia	Valor Justo	Nível de Hierarquia
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras ^(a)	4.327.235	II	14.611.419	I
Contas a receber ^(b)	4.374.593	II	6.835.567	II
Total	8.701.828		21.446.986	
Passivos financeiros				
Outros Passivos ^(c)	1.787	III	2.224	III
Total	1.787		2.224	

(a) As aplicações financeiras são classificadas como nível I, determinando valor justo por meio de técnicas de avaliação, as quais utilizam dados observáveis do mercado. (b) Para o contas a receber, o valor justo é estimado descontando os fluxos de caixa futuros utilizando taxas de mercado para itens similares. (c) Para o valor de outros passivos mensurados como valor justo, são classificados como nível III, uma vez que não há dados de mercado para mensuração. **5.10. Compensação de instrumentos financeiros:** Os saldos de ativos e passivos financeiros são compensados (ou seja, apresentados no balanço patrimonial pelo seu valor líquido) somente se a Companhia atualmente possuir o direito de compensar os valores reconhecidos e pretende liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui instrumentos financeiros que atendam às condições de reconhecimento em base líquida.

continua...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/05/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Pagarme S.A.		31/12/2025	31/12/2024		
Passivos					
Tapso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios		(3.533.649)	(18.670.120)		
Stone Instituição de Pagamento S.A. (controlador direto)		-	-		
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlador direto)		(270.000)	(10.000)		
Stone Logística Ltda. (controlador final comum)		-	(10.690)		
MNT S.A. (controlador direto comum)		-	(220)		
Link Sistemas e Consultoria Ltda. (controlador final comum)		-	(270)		
BUV4 Processamento de Pagamento S.A. (controlador final comum)		-	(136)		
Stone Corporate e Holding S.A. (controlador final comum)		-	(1.339)		
Obvio Brasil Software e Serviços S.A. (controlador final comum)		-	-		
Tag Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. (controlador final comum)		-	-		
Vitta Corretora de Seguros Ltda. (controlador final comum)		-	(2)		
Vitta Serviços em Saúde Ltda. (controlador final comum)		(15)	(26)		
Contas a pagar		(3.803.664)	(18.692.803)		
Stone Instituição de Pagamento S.A. (controlador direto)		-	842		
Dividendos a pagar		-	842		
Recitas		31/12/2025	31/12/2024		
Stone Sociedade de Crédito Direto SA. (controlador final comum)		-	11		
Recitas		-	11		
Despesas		31/12/2024	31/12/2024		
Stone Instituição de Pagamento S.A. (controlador direto)		(423.562)	(1.560.834)		
Stone Corporate e Holding S.A. (controlador final comum)		-	(9.659)		
Despesas		(423.562)	(1.570.493)		
<p>Os saldos a receber e a pagar e impactos em resultado por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir: As principais operações com partes relacionadas foram: • Caixa e equivalentes de caixa: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos referem-se a depósitos em conta de pagamento de livre movimentação na Stone. • Contas a receber: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos referem-se substancialmente a direitos originados em transações com cartões de débito e crédito, que foram processados através da Stone Pagamentos. • A atividade da Stone Pagamentos consiste na prestação de serviço de adquirencia e aluguel de equipamentos a estabelecimentos comerciais e é o principal credenciador utilizado pela Pagarme. • Contas a pagar: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo está composto substancialmente pelas operações de antecipações realizadas com o FIDC TAPSO. • Despesas: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os montantes estão compostos substancialmente pela taxa cobrada pela Stone para antecipação de recebíveis. Além disso, a Stone cobra uma taxa de desconto sobre as transações de cartão de débito e crédito, que é considerada como um redutor da receita de vendas da Companhia. Os administradores da Companhia também são administradores de todo o Grupo StoneCo, fazendo jus à remuneração através da empresa em que estão registrados para fins trabalhistas. Desta forma, a informação sobre a remuneração dos administradores da Pagarme não refletiria a melhor informação relativa aos negócios da Companhia.</p>					
11 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS					
		31/12/2025	31/12/2024		
Pis e Cofins		2.250	20.389		
IRPJ e CSLL		-	13.526		
Impostos de terceiros retidos na fonte		1.006	976		
ISS		418	1.796		
Total		3.674	36.687		
12 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS					
<p>12.1. Políticas contábeis: As provisões para contingências (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando, e apenas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita, em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Caso existam várias obrigações semelhantes, a probabilidade de uma saída de recursos para liquidação é determinada considerando-se a classe de obrigações como um todo, mesmo que a probabilidade de saída para um item específico incluído na mesma classe possa ser pequena. Portanto, uma provisão é reconhecida ainda que a probabilidade de saída de recursos em relação a qualquer item individual seja baixa. As provisões são mensuradas pela melhor estimativa de desembolso necessário para liquidar a obrigação presente ao final do período de reporte e são registradas ao valor presente, utilizando uma taxa antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado sobre o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos da obrigação, sempre que o efeito do valor do dinheiro no tempo for relevante. O aumento da provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como Despesas financeiras líquidas. Quando a Companhia espera que parte ou a totalidade de uma provisão seja reembolsada, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando a probabilidade de recebimento seja significativamente alta. A despesa relativa à provisão é apresentada na demonstração do resultado líquida de qualquer reembolso, se aplicável. 12.2. Julgamentos, estimativas e premissas significativas: As perdas possíveis são baseadas nos custos históricos reais em suas respectivas instâncias judiciais para casos semelhantes. Em geral, após a decisão final, as perdas reais representam uma fração do valor total pleiteado. Para perdas prováveis, processos individualmente materiais de natureza semelhante, como uma carteira ou portfólio, são mensurados e agrupados, sendo constituída provisão para cobrir as perdas com base na média de perdas dos últimos 12 meses para esses tipos de ações. Para perdas individualmente materiais ou de natureza não repetitiva, a companhia continua a avaliar a probabilidade e o montante das perdas consideradas prováveis caso a caso. 12.3. Movimentações: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Com base na avaliação de seus assessores jurídicos, a Companhia constitui provisão para contingências relativas a riscos cíveis, tributários e trabalhistas, como segue:</p>					
		Cível	Tributário	Trabalhista	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		4.853	2.039	238	7.130
Adições		11.032	-	807	11.839
Reversões		(3.740)	(2.088)	(382)	(6.210)
Juros		573	174	21	768
Pagamentos		(7.220)	-	-	(7.220)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		5.498	125	684	6.307
Adições		9.768	11.116	1.717	22.601
Reversões		(4.317)	(586)	(504)	(5,407)
Juros		772	5.439	157	6.368
Pagamentos		(6.119)	-	(85)	(6.204)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		5.602	16.094	1.969	23.665
<p>A Pagarme é parte em diversas ações judiciais, cíveis, tributárias e trabalhistas, cujos objetos conectam-se com sua operação ordinária. Neste sentido, as demandas judiciais de natureza cível se relacionam substancialmente às principais frentes de atuação da Pagarme, quais sejam (i) adquirencia, no montante de R\$ 4.909 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 4.652 em 31 de dezembro de 2024) e (ii) banking, no montante de R\$ 672 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 826 em 31 de dezembro de 2024). No que tange às demandas judiciais de natureza trabalhista, o Pagarme é constantemente acionada em duas hipóteses: (i) ações de ex-empregados e (ii) ações de ex-empregados de empresas terceirizadas, contratadas pelo Pagarme. Nessas respectivas ações são encontrados dois perfis recorrentes: enquadramento em categoria de trabalho diversa e pagamento de horas extras. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço: A Companhia possui ações de natureza cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificadas pela administração e seus consultores jurídicos como possível, para os quais não há provisão constituída, como a seguir apresentado:</p>					
		31/12/2025	31/12/2024		
Cíveis		757	1.967		
Tributárias		21.847	21.528		
Total		22.604	23.495		
<p>A Pagarme é parte em ações judiciais de natureza não semelhante e recorrente, cíveis e tributárias, cujos objetos conectam-se com sua operação ordinária. Entende-se que as demandas judiciais cíveis se relacionam à principal frente de atuação do Pagarme, qual seja adquirencia, no montante de R\$ 8 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 429 em 31 de dezembro de 2024). Durante o exercício de 2022, a Companhia é parte em autos de infração emitidos por autoridades fiscais e federais relativos a pagamentos alegadamente insuficientes de tributos. Em 31 de dezembro de 2025 o valor atualizado das ações é de R\$ 21.847 (R\$ 21.528 em 31 de dezembro de 2024). Os processos, classificados como perdas possíveis, estão sendo contestados na esfera administrativa e judicial.</p>					
13 PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
<p>13.1. Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 1.734.276 representado por 890.531.248 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 29 de setembro de 2025, foi aprovado o aumento de capital social no montante total de R\$ 1.600.000, aumentando o capital social para R\$ 1.734.276. Esse aumento foi realizado mediante a emissão de 768.528.748 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. 13.2. Reserva de capital: No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Pagarme constituiu uma reserva adicional no montante de R\$ 5.168 (R\$ 14.477 em 2024) para a distribuição de remuneração baseada em ações (Nota 17). 13.3. Reserva legal: Nos termos do artigo 193 da Lei da S.A. e do Estatuto Social da Companhia, a Pagarme deve destinar para a reserva legal o montante equivalente a 5% do lucro líquido. Esta reserva não pode exceder a 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido do montante da reserva de capital, exceder a 30% do capital social, a destinação do lucro líquido para reserva legal não será obrigatória. Em 31 de dezembro de 2025, a Pagarme não constituiu reserva legal (R\$ 4.432 em 2024). 13.4. Reserva de Investimentos: A reserva de investimentos foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e alterações com o objetivo de garantir recursos para pagamento de dividendos, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2025, a Pagarme não constituiu reserva de lucro (R\$ 83.359 em 2024). 13.5. Dividendos: O Estatuto Social da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a, no mínimo,</p>					
		31/12/2025	31/12/2024		
Stone Instituição de Pagamento S.A. (controlador direto)		-	1.026.427		
Caixa e equivalentes de caixa		4.189.164	6.263.577		
Stone Instituição de Pagamento S.A. (controlador direto)		3.605	-		
Stone Logística Ltda. (controlador final comum)		-	8		
Stone Cartões Instituição de Pagamento S.A. (controlador final comum)		-	-		
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. (controlador final comum)		-	30		
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlador final comum)		-	-		
Outros		1	1		
Contas a receber		4.192.822	6.263.651		

continua...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/05/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



14 RECEITA DE VENDAS, LÍQUIDA

1% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2025, a Pagar.me não constituiu dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 842 em 2024).

14.1. Políticas contábeis: 14.1.1. Receita de contrato com clientes: A receita é reconhecida quando a Companhia transfere o controle dos serviços para os clientes, em um valor que reflete a contraprestação que a Companhia espera receber em troca desses serviços. A Companhia aplica os cinco passos seguintes: • identificação dos contratos com o cliente; • identificação das obrigações de desempenho previstas no contrato; • determinação do preço da transação; • alocação do preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato; e • reconhecimento da receita quando ou conforme a obrigação de desempenho é atendida. A receita é reconhecida líquida dos impostos cobrados dos clientes, que são posteriormente recolhidos para as autoridades governamentais. A Companhia reconhece receita dos seguintes itens: 14.1.1.1. **Receita de transações e de outros serviços:** As principais obrigações de desempenho da Companhia são fornecer serviços de processamento de pagamentos eletrônicos, incluindo a captura, transmissão, processamento e liquidação de transações realizadas com cartões de crédito, débito e refeição, bem como taxas por outros serviços. A promessa da Companhia aos seus clientes é realizar uma quantidade desconhecida ou não especificada de tarefas e a contraprestação recebida depende do uso dos clientes (por exemplo, número de transações de pagamento processadas). Dessa forma, o total de contraprestação recebida pelos serviços fornecidos aos clientes é variável, apesar do preço de cada transação ser especificado contratualmente. A Companhia reconhece a receita de transações em um momento específico no tempo considerando o direito contratual de faturar seus clientes por cada transação processada. A taxa de adesão dos clientes é cobrada de uma só vez para produtos específicos para os quais não há cobrança de taxa recorrente pelo uso de Pin Pads e POS. A receita da Companhia é reconhecida em um momento específico do tempo. A receita de transações é reconhecida líquida de taxas retidas pelos emissores de cartão e taxas de assessoramento pagas às bandeiras no arranjo de pagamentos. A Companhia não assume os riscos e benefícios significativos dos serviços de autorização, processamento e liquidação prestados pelas bandeiras e emissores de cartões, sendo um agente desses serviços da seguinte forma: • A Companhia facilita a aquisição de informações de pagamento e gestão da relação com o cliente e não é o principal responsável pela autorização, processamento e serviços de liquidação realizados pelas redes do sistema de pagamentos e emissores de cartões; • A Companhia não tem liberdade para estabelecer as taxas de avaliação e intercâmbio, que são aplicadas pelos emissores de cartão e bandeiras. A Companhia geralmente tem o direito de aumentar sua taxa de desconto ao cliente para proteger sua comissão líquida; • A Companhia não cobra a taxa de intercâmbio, que é retida pelo emissor do cartão no momento do pagamento ao credenciador, e efetivamente atua como um intermediador entre o credenciador e o lojista; • A Companhia não assume risco de crédito do titular do cartão (ou seja, cliente do cliente); • A operação de aquisição observa um conjunto de salvaguardas que protegem os participantes dos arranjos de pagamento, como é o caso da contribuição de garantia dos participantes, no contexto da materialização de um evento de risco. Os credenciadores são qualificados pelas redes do sistema de pagamentos. Os recebíveis podem ser considerados como garantidos pelos procedimentos de liquidação impostos pelas bandeiras aos integrantes do sistema. Como tal, a exposição da Companhia ao risco de crédito é geralmente baixa. Outros serviços compreendem principalmente: • Tarifa cobrada de clientes por serviços relacionados a volumes de recebimentos bancários (transferências recebidas em produtos TED, Pix e boleto) e volumes de saques (transferências feitas em produtos como saídas de Pix, transferências eletrônicas, pagamentos de contas, boletos pagos, saques, recargas e outras transações). A receita é reconhecida na data de cada transação. • Serviços de assinatura para oferta de plataforma de banco digital, vendidos como parte de um contrato novo ou existente ou vendidos como um serviço separado. Os serviços de assinatura da Companhia podem ou não ser considerados distintos com base na natureza dos serviços prestados. As taxas de serviço de assinatura são cobradas como uma taxa mensal fixa e a receita relacionada é reconhecida ao longo do tempo à medida que o controle é transferido para o cliente, seja à medida que os serviços de assinatura são executados ou à medida que os serviços de uma obrigação de desempenho combinada são transferidos para o cliente (sobre o prazo da transação relacionada e do contrato de processamento). 14.1.1.2. **Custos para obter e para cumprir contratos com clientes:** A Companhia incorre em determinados custos para obter e para cumprir contratos com clientes, os quais são capitalizados no início da transação para novos contratos de clientes. Para clientes recorrentes, estes custos não são capitalizados. Os custos compreendem principalmente comissões pagas a vendedores para obter contratos com clientes e custos logísticos para cumprir contratos com clientes. O ativo reconhecido é amortizado linearmente ao longo da vida esperada dos clientes. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía um valor contábil de R\$ 39.803 (R\$ 130.184 em 31 de dezembro de 2024) reconhecido em Despesas antecipadas e de R\$ 4.852 (R\$ 415 em 31 de dezembro de 2024) referente à amortização reconhecida na demonstração dos resultados. 14.1.1.3. **Impostos sobre vendas:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: (a) Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços

Pagar.me S.A.

não são recuperáveis junto às autoridades fiscais, caso em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do item do ativo ou despesa, conforme aplicável. (b) Quando os valores a receber ou a pagar forem apresentados com o valor dos impostos sobre vendas incluídos. O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar para a autoridade fiscal, é incluído como parte dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial e líquido da receita ou do custo/despesa, na demonstração do resultado. As receitas de vendas no Brasil estão sujeitas a impostos e contribuições, com as seguintes alíquotas.

	Alíquota - % Transações e outros serviços	Receitas financeiras
Programa de integração social (PIS) (a)	0,65% - 1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (a)	3,00% - 7,60%	4,00%
Imposto sobre Serviços (ISS) (b)	2,00% - 5,00%	-%
(a) O PIS e COFINS são contribuições cobradas pelo governo federal sobre a receita bruta. Esses valores são faturados e cobrados dos clientes da Companhia e reconhecidos como deduções da receita bruta (Nota 14) contra impostos a recolher, uma vez que atuamos como agentes de retenção de impostos em nome das autoridades fiscais. O PIS e COFINS pagos em certas compras podem ser considerados como créditos fiscais para compensar com PIS e COFINS a recolher. Esses valores são reconhecidos como impostos a recuperar e são compensados mensalmente em relação aos impostos a recolher e apresentados líquidos, pois os valores são devidos à mesma autoridade fiscal. (b) O ISS é um imposto cobrado pelos municípios sobre receitas provenientes da prestação de serviços. O ISS é adicionado aos valores faturados aos clientes da Companhia por seus serviços prestados. É reconhecido como deduções da receita bruta (Nota 14) contra impostos a recolher, pois a Companhia atua como agente de cobrança desse imposto em nome dos governos municipais.		
14.2. Saldos em R\$		
	31/12/2025	31/12/2024
Serviços de captura, processamento e liquidação de transações - débito e crédito	198.506	1.021.737
Outras receitas de serviços	75.187	338.436
Impostos sobre serviços	(36.979)	(133.140)
Total	236.714	1.227.033
Momento do reconhecimento da receita reconhecida em um momento específico	236.714	1.227.033
Total	236.714	1.227.033

15 DESPESAS POR NATUREZA

	31/12/2025	31/12/2024
Depreciação e amortização	(150.284)	(295.278)
Captura e processamento	(237.991)	(385.514)
Perdas na operação de cartões	(75.016)	(144.535)
Pessoal	(76.513)	(163.682)
Marketing e vendas	(59.281)	(412.455)
Reversão (constituição) de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	11	1.728
Reversão (constituição) de provisões para contingências	(8.012)	910
Serviços de terceiros	(9.938)	(6.802)
Outras receitas (despesas) diversas	(13.446)	(51.711)
Total	(621.912)	(1.461.339)

16 RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Renda de aplicações em cotas (a)	756.924	1.781.836
Rendimentos de aplicações financeiras	21	19.922
Ganhos com variações monetárias e cambiais	808	2.771
Outras receitas financeiras	174	326
Receitas financeiras na antecipação de recebíveis	11	11
Despesas financeiras	757.927	1.804.736
Perda com variações monetárias e cambiais	(152)	(222)
Juros sobre antecipação/cessão de recebíveis (b)	(423.562)	(1.450.183)
Outras despesas financeiras	(9.928)	(999)
Resultado financeiro	(433.642)	(1.451.404)
	324.285	353.332

a) Receita sobre rendimentos das cotas do FIDC TAPSO, líquido de PIS/COFINS no montante de R\$36.956 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (2024 - R\$ 88.002). b) Despesa financeira gerada na antecipação de recebíveis de vendas parceladas com os credenciadores.

17 PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

A Companhia possui planos de pagamento baseado em ações, segundo os quais a administração confere a empregados e outros provedores de serviços similares o direito de receber instrumentos patrimoniais (incluindo ações ou opções de ações) da StoneCo (negociadas com a sigla STNE na bolsa americana NASDAQ) como parte de seu plano de incentivo de longo prazo, quando atendidas as condições de aquisição de direito neles especificadas. 17.1. **Benefícios a empregados:** 17.1.2. **Obrigações de curto prazo:** Os passivos relacionados a benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são contabilizados como despesa conforme o serviço relacionado é fornecido. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bônus em dinheiro ou participação nos resultados de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação legal ou não formalizada de pagar devido aos serviços passados prestados pelos empregados e a obrigação puder ser estimada de forma confiável. 17.1.3. **Remuneração com base em ações:** A Companhia possui planos de remuneração baseada em ações, segundo os quais a administração se compromete com a liquidação de ações baseadas em seu preço ou valor, para empregados e não empregados em troca de serviços. 17.1.3.1. **Transações liquidadas em ações:** As práticas contábeis utilizadas pela Companhia, no que tange ao reconhecimento dos planos de pagamento baseado em ações, estão de acordo com as normas adotadas no Brasil (CPC 10). O custo dessas transações, as quais são liquidadas em ações, é mensurado pelo valor justo na data da entrega e registrado como despesa, em contrapartida do patrimônio líquido, durante o período do serviço, ou na data da concessão, em caso de serviços passados. O valor justo das Restricted Shares Units ("RSUs") e o valor de mercado do instrumento na data da entrega. Para opções e Performance Shares Units ("PSUs"), o valor justo é calculado utilizando o modelo de precificação Black-Scholes-Merton, considerando os termos e condições dos planos. A condição de desempenho e a quantidade de ações que se espera emitir são mensuradas com base em dados históricos e dados modificados, quando se espera que o futuro seja razoavelmente diferente do passado, entre outros fatores. As duas principais variáveis do modelo foram (i) taxa de juros livre de risco e (ii) volatilidade anual, com base no preço histórico das ações da StoneCo e de players similares. A volatilidade esperada reflete a suposição de que a volatilidade histórica é indicativa de tendências futuras, mas que podem não ser necessariamente o resultado real. 17.1.4. **Participação nos lucros e gratificações anuais:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos lucros e gratificações anuais com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada. 17.1.5. **Restricted Shares Units ("RSUs"):** A Companhia outorgou RSUs, as quais, em sua maioria, estão condicionadas à permanência (condições de desempenho corporativo são aplicáveis a uma minoria), e habilitam o recebimento segundo regras de período de aquisição de direito ("vesting period") estabelecidas e aplicadas de acordo com a política interna corporativa. Em 2025, foram outorgadas 59.099 novas RSUs, com preço médio de R\$ 62,34 e período de aquisição entre 2 e 4 anos. Em 31 de dezembro de 2025 não havia RSUs a serem emitidas para os beneficiários. 17.1.6. **Performance Shares Units ("PSUs"):** Em 2022 a Companhia concedeu prêmios de PSUs, os quais deram aos beneficiários o direito de receber ações se o Grupo atingir níveis mínimos de Retorno Total de Desempenho ("RTA") para um período específico, as quais expiram se a referida condição de desempenho não for atendida. Assim como para RSUs, existem regras específicas de período de aquisição de direito para a habilitação do recebimento. As duas principais entradas do modelo foram: Taxa de juros livre de risco de 3,35% a 4,51% de acordo com a curva a termo SOFR de 3 meses para um período de 3 a 5 anos, e volatilidade anual de 65,45% a 77,88% com base no histórico da StoneCo. Em 31 de dezembro de 2025 não havia PSUs a serem emitidas para os beneficiários. As movimentações ocorridas em 2024 e 2025 de RSUs, PSUs são apresentadas abaixo:

	RSU	PSU	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.108.201	584.698	1.692.899
Outorgadas	200.752	3.371	204.123
Emittidas	(98.723)	-	(98.723)
Transferências entre empresas da Companhia	(859.132)	(304.482)	(1.163.614)
Canceladas	(69.732)	(199.631)	(269.363)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	281.366	83.956	365.322
Outorgadas	59.099	7.638	66.737
Emittidas	(88.459)	-	(88.459)
Transferências entre empresas do grupo (a)	15.295	64.286	79.581
Canceladas	(65.185)	(67.418)	(132.603)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	202.116	88.462	290.578

(a) Referem-se a alterações administrativas estratégicas no Grupo StoneCo, que acarretaram a movimentação de empregados entre a Companhia e outras empresas do grupo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecida provisão em Despesas de pessoal, incluindo encargos, no valor de R\$ 9.708 (R\$ 17.430 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

A Diretoria

Aos Acionistas e Diretoria da Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. | São Paulo-SP
Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 14.1.1.1 às demonstrações financeiras, a qual descreve os critérios utilizados pela Companhia para reconhecimento da receita da taxa de adesão. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram reconhecidas receitas de taxa de adesão nos montantes de R\$ 11.186 mil e R\$ 271.741 mil, respectivamente, contabilizadas integralmente no momento da adesão dos clientes. Conforme requerido pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, as receitas devem ser reconhecidas quando a obrigação de performance é cumprida. De acordo com as obrigações contratuais que a Companhia assume com o cliente, a receita deveria ser reconhecida ao longo do tempo e não no momento da assinatura do contrato. Considerando os efeitos do reconhecimento da receita pelo diferimento ao longo do tempo, líquido dos efeitos tributários, em 31 de dezembro de 2025, o passivo estava subavaliado em R\$ 6.489 mil (R\$ 149.716 em 31 de dezembro de 2024), o ativo estava subavaliado em R\$ 3.943 mil (R\$ 57.375 mil em 31 de dezembro de 2024), o prejuízo do exercício estava subavaliado em R\$ 2.546 mil (o lucro líquido estava superavaliado em R\$ 92.346 em 31 de dezembro de 2024). **Ênfase - Representação dos valores correspondentes:** Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.1 às demonstrações financeiras, em decorrência de correções relacionadas ao ajuste a valor justo das contas a receber de credenciadores, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo representados como previsto no Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião com ressalva não contém modificação relacionada a esse assunto. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva" acima, de acordo com as obrigações contratuais que a Companhia assume com o cliente, a receita de taxa de adesão deveria ser reconhecida ao longo do tempo e não no momento da assinatura do contrato. Portanto, não foi possível concluir se as outras informações apresentam distorção relevante, ou não, com relação a esse assunto. **Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta

as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 30 de abril de 2026.

Camila Del Poente - Contadora CRC 1SP 290.887/0-8

ERNST & YOUNG
Audidores Independentes S/S Ltda.
CRC SP 034.519/0

Fabício Aparecido Pimenta
Contador
CRC 1SP 241.659/0-9

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/05/2026

Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

Estratégia Educacional Participações S.A.

CNPJ/MF nº 28.222.443/0001-46

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS					DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS					DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA					
	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
ATIVO															
Circulante															
Caixa e equivalentes de caixa	3	239	47	14.948	16.371	18	-	-	438.500	378.097	9, 10 e 11	-	-	11.360	20.682
Títulos e valores mobiliários	4	-	-	-	10.794	19	-	-	(105.674)	(102.053)	9	-	-	83	15
Contas a receber	5	-	-	168.372	115.385	19	-	-	332.826	276.044	11	-	-	-	715
Estoques	6	-	-	7.281	7.162	8	29.692	53.780	1.442	78	11	-	-	-	(928)
Tributos a recuperar	-	-	-	1	3.756	20	5	7	8.463	5.688	15	-	-	-	61
Outros ativos	-	-	-	5.304	2.310	20	(4)	(4)	(10.530)	(6.606)	8	(29.692)	(53.780)	(1.442)	(78)
Total do ativo circulante	318	48	199.661	155.694	155.694									4.967	319
Não circulante															
Depósitos judiciais	15	-	-	47	47									19	296
Partes relacionadas	13	-	-	114.821	75.856									(1.370)	773
Outros ativos	-	-	-	100	57									(3.848)	(2.735)
Tributo diferido	7	-	-	11.437	14.321									1.083	760
Derivativos	8	-	-	1.352	1.352									2.121	3.233
Investimentos	8	12.695	-	429	163									5.107	746
Imobilizado	9	-	-	10.968	12.298									(2.728)	(2.784)
Intangível	10	-	-	36.395	40.686									-	(3.206)
Direito de uso	11	-	-	5.147	6.223									-	-
Total do ativo não circulante	12.695	-	-	180.696	151.003									-	-
Total do ativo	13.013	48	380.357	306.697	306.697									-	-
PASSIVO															
Circulante															
Fornecedores	-	-	-	14.490	14.284									-	(1.136)
Professores, autores e coaching	-	-	-	5.242	4.642									(84)	(474)
Empréstimos a pagar	14	-	-	11.821	11.487									-	(47)
Tributos a receber	-	-	-	6.710	4.493									-	-
Obrigações com pessoal	-	-	-	11.553	11.487									-	-
Passivo de arrendamento	11	-	-	2.570	2.556									-	-
Partes relacionadas	-	-	-	2.000	-									-	-
Outras obrigações	-	-	-	509	1.552									-	-
Receitas diferidas	12	-	-	219.591	207.115									-	-
Total do passivo circulante	2.000	1	272.486	246.129	246.129									-	-
Não circulante															
Obrigações por cotas de fundo de investimentos	8	-	-	-	27.377									-	-
Receitas diferidas	12	-	-	64.956	21.165									-	-
Passivo de arrendamento	11	-	-	3.819	4.889									-	-
Tributos diferido	7	-	-	-	1.112									-	-
Empréstimos a pagar	14	-	-	20.831	-									-	-
Instrumentos financeiros derivativos	14	-	-	1.849	86									-	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	15	-	-	147	86									-	-
Investimento em controlada com passivo a descoberto	8	-	-	735	-									-	-
Outras obrigações	12	12	12	12	12									-	-
Plano de incentivo a pagar	16	-	-	5.256	6.626									-	-
Total do passivo não circulante	12	747	96.870	61.267	61.267									-	-
Total do passivo	13.013	48	380.357	306.697	306.697									-	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS

1. Contexto operacional: O Estratégia Educacional Participações S.A. (a "Companhia" ou "Estratégia Educacional") foi constituída em 19 de julho de 2017, tendo como objetivo exclusivo a participação em outras Companhias que desenvolvam projetos na área educacional. Suas controladas possuem como principais operações a venda de livros digitais, como por exemplo, cursos preparatórios para concursos públicos e vestibulares e a prestação de serviços de orientação educacional, por meio de plataforma online. A Companhia está domiciliada no Brasil e sua sede está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo. O Estratégia Educacional e suas controladas são chamados de "Grupo" ou "Grupo Estratégia".

a) Situação econômica e financeira: A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2025, patrimônio líquido positivo de R\$11.001 e capital circulante negativo de R\$72.825 devido, principalmente, ao diferimento de suas receitas em 12, 24 ou 36 meses, conforme o modelo de negócios da Companhia. A Administração da Companhia monitora as eventuais necessidades de caixa de curto prazo, tomando todas as medidas necessárias para assegurar a liquidez e a saúde financeira do Grupo. Conforme divulgado em exercícios anteriores, em 2021 foi estruturada operação de captação por meio de um FIDC, no montante inicial de R\$66.143. Referida operação foi integralmente liquidada e encerrada antecipadamente em junho de 2025, antes do prazo originalmente previsto. Em substituição parcial à estrutura anteriormente existente e visando alongamento do perfil da dívida e reforço de capital de giro, a Companhia contratou, ao longo de 2025, novo empréstimo junto ao Citibank, cujas condições estão detalhadas na nota explicativa de empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, conforme divulgado no exercício anterior, o Grupo realizou, em dezembro de 2024, a operação de antecipação de recebíveis no montante de R\$30.000, com vencimentos concentrados entre janeiro e março de 2025, a qual foi integralmente liquidada ao longo do exercício de 2025. Posteriormente, em dezembro de 2025, a Companhia contratou nova operação de antecipação de recebíveis junto ao Banco Bradesco S.A., no montante de R\$10.000, com vencimentos previstos para o exercício subsequente, permanecendo referida obrigação registrada no passivo circulante ao final do exercício social.

b) Cessão de direitos: Em março de 2021, foi aprovada, pela administração da Companhia, a estruturação do Estratégia Educacional Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC"), sob forma de condomínio fechado e com prazo de duração de 60 meses. O total do Patrimônio Líquido definido pela administração foi no valor de R\$66.143, alinhada com a estrutura de capital ótima da Companhia. O objetivo do FIDC foi proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, no longo prazo, por meio de aplicação dos recursos do FIDC, preponderantemente, na aquisição dos Direitos Creditórios do Estratégia Concursos S.A. ("Estratégia") e aplicação em Ativos Financeiros, de acordo com os critérios estabelecidos em Regulamento. O FIDC adquiriu créditos originados das transações de pagamento via cartão de crédito das principais bandeiras de cartão (Visa, Master, Elo, AMEX e Hiper) por meio da plataforma de pagamentos do Estratégia, garantidos por cessão fiduciária das agendas de recebíveis futuros. O FIDC iniciou suas operações em setembro de 2021, com a emissão de cotas seniores, mezanino e subordinadas, remuneradas a taxas atreladas ao CDI acrescido de spread. Durante o exercício de 2025, a Companhia promoveu a liquidação integral das obrigações junto aos cotistas, tendo o FIDC sido formalmente encerrado em junho de 2025, antes do prazo originalmente estabelecido. Com o encerramento da operação, deixaram de existir cessões vigentes de direitos creditórios vinculadas a essa estrutura ao final do exercício social de 2025.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e sumário das políticas contábeis materiais:

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pelos administradores da Companhia em 30 de março de 2026.

2.2. Base de elaboração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Resumo das principais práticas contábeis adotadas pelo Grupo:

a) Moeda funcional e de apresentação: A moeda funcional e de apresentação utilizada para mensurar os itens da Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é o real (R\$), que representa o ambiente econômico no qual a Companhia realiza suas operações.

b) Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e têm vencimentos inferiores há 90 dias, não excedendo o seu valor de mercado ou de realização.

c) Títulos e valores mobiliários: Compreendem aplicações financeiras que não são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, estão sujeitos a um risco significativo de mudança de valor e/ou têm vencimentos superiores a 90 dias.

d) Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração: A Companhia reconhece um ativo ou passivo financeiro somente quando tornar-se parte das disposições contratuais do instrumento. O ativo ou passivo financeiro é reconhecido e mensurado inicialmente pelo custo da operação (incluindo os custos de transação, exceto na mensuração inicial de ativos e passivos financeiros, que são subsequentemente mensurados pelo valor justo por meio do resultado), a menos que o acordo constitua, de fato, uma transação de financiamento para a Companhia (para passivo financeiro) ou para a contraparte (para ativo financeiro) do acordo. Os ativos ou passivos financeiros básicos são reconhecidos pelo custo da operação, a menos que o acordo constitua, de fato, uma transação financeira. Se o acordo constituir uma transação financeira, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros com base no valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa de juros de mercado para instrumento de dívida semelhante. No final de cada período de divulgação, a Companhia avalia a existência de evidências objetivas quanto ao valor recuperável dos ativos financeiros avaliados com base no custo ou custo amortizado. Se houver, a Companhia reconhece, imediatamente, uma redução no valor recuperável no resultado. A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando: (i) os direitos contratuais para os fluxos de caixa do ativo financeiro vençam ou sejam liquidados; (ii) a Companhia transfira para outra parte praticamente todos os riscos

e benefícios da propriedade do ativo financeiro; (iii) a Companhia, apesar de ter retido alguns riscos e benefícios relevantes da propriedade, transferiu o controle do ativo para outra parte e a outra parte tem a capacidade prática de vender o ativo na íntegra para terceiros não relacionados, e é capaz de exercer essa capacidade unilateralmente, sem precisar impor restrições adicionais à transferência. A Companhia baixa um passivo financeiro (ou parte do passivo financeiro) apenas quando ele é extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato é cumprida, cancelada ou expira. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes e partes relacionadas. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: empréstimos e financiamentos, fornecedores e partes relacionadas, *Mensuração do valor justo*: Os valores justos estimados foram determinados usando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Assim, as estimativas aqui apresentadas não são necessariamente indicativas dos montantes que a Companhia poderia realizar no mercado atual. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas podem gerar variações nos valores justos estimados. e) *Contas a receber*: O contas a receber está registrado conforme os valores nominais das faturas e deduzidas, quando aplicável, da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída com base em análise específica da situação de cada cliente quanto à idade das contas e situação financeira, e/ou em liquidação judicial feita pela Administração, para as quais a Companhia não dispõe de garantias para fazer face às perdas prováveis nas respectivas realizações f) *Estoques*: Os estoques consistem majoritariamente de direitos autorais pagos sobre as vendas de cursos e pacotes em livros digitais. Seus valores são calculados com base em um percentual aplicado sobre o valor das vendas, e que é estabelecido em contrato. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. g) *Investimentos*: Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no balanço patrimonial da investida na mesma data-base do balanço da controladora. Quando aplicável, é constituída provisão para perdas no caso de investimentos considerados difícil recuperação. h) *Imobilizado*: Apresentado pelo custo de aquisição, líquido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear conforme as taxas mencionadas na nota explicativa nº 9, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A depreciação do ativo se inicia quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando está no local e em condição necessária para funcionar da maneira pretendida pela administração, sendo reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados nas datas de encerramento do exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. i) *Intangível*: Apresentado pelo custo de aquisição, líquido da amortização do período. Os ativos intangíveis são compostos por: (i) Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado; (ii) Direitos autorais adquiridos para utilização de materiais de propriedade intelectual dos professores, com vida útil definida de 10 anos; (iii) Marcas e patentes referentes ao registro no nome e marca da companhia, não são amortizados e, (iv) Agio ("goodwill"), apurado na aquisição de controlada, representado pelo valor do custo de aquisição do investimento que superou o valor patrimonial. j) *Arrendamentos*: O Grupo adota diversos andares de prédios comerciais para sua operação e atividades administrativas. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de um a cinco anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo. São depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo de arrendamento pelo método linear. k) *Impairment de ativos não financeiros*: Os ativos que estão sujeitos a amortização e/ou depreciação são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por "impairment" é reconhecida pelo valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Esse último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido "impairment", são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão e/ou manutenção do "impairment" no fim de cada exercício. l) *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*: Reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado e é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. A Companhia não reconhece um ativo contingente como ativo. A divulgação de ativo contingente é exigida quando a entrada de benefícios econômicos for provável. Entretanto, quando o fluxo de benefícios econômicos futuros para a Companhia for praticamente certo, então o referido ativo não é um ativo contingente, e seu reconhecimento é apropriado. m) *Provisão para imposto de renda e contribuição social*: Os passivos tributários correntes provisionados são calculados com base na legislação em vigor nas datas de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, ajustados pelas compensações dos prejuízos fiscais e da base negativa de imposto de renda e da contribuição social, obedecendo ao limite estipulado em legislação específica. Imposto de renda diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que a diferença temporária dedutível possa ser realizada, e créditos e perdas tributárias não utilizadas. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado anualmente e baixado total ou parcialmente, se for o caso, de acordo com a perspectiva de lucros tributáveis futuros que permitam sua utilização. Ativos fiscais diferidos eventualmente baixados são também revisados anualmente e reconhecidos na medida em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. n) *Estimativas contábeis*: Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas anteriormente, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no mesmo exercício, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores, conforme os casos. Os principais itens sujeitos a julgamento na aplicação das políticas contábeis são a determinação da vida útil de bens do imobilizado e intangível para fins de depreciação e amortização, e a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, entre outros. o) *Reconhecimento de receita*: A receita da venda de livros digitais e prestação de serviços é calculada com base nos preços de venda estabelecidos pela Administração e é reconhecida na demonstração do resultado ao longo do prazo do termo de uso que define o tempo durante o qual os livros digitais são disponibilizados para os clientes e os serviços serão efetivamente prestados, conforme cada produto ou serviço. Enquanto essa obrigação não é satisfeita, na medida em que os alunos ainda têm o direito de acesso ativo à plataforma de ensino por tempo definido

conforme o termo de uso, os valores são reconhecidos como receita diferida no passivo. A venda de livros digitais refere-se ao material eletrônico disponibilizado ao aluno para download, sejam apostilas, provas, questões e/ou vídeo aulas. Os serviços prestados, por sua vez, referem-se às respostas aos fóruns de perguntas, monitoria, auxílio aos clientes, aula online, entre outros. Quando aplicável, os livros vendidos e serviços contratados e ainda pendentes de realização são registrados no passivo como receitas diferidas, de acordo com a vigência contratual. As receitas de livros digitais e serviços prestados são reconhecidas no resultado, conforme a disponibilização de materiais para o cliente. A receita é apresentada na demonstração do resultado líquida de deduções, incluindo os impostos incidentes, quando aplicável. Caso seja provável que descontos sejam concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas e os serviços prestados. p) *Mudança de estimativa contábil - cancelamentos*: A partir de 1º de janeiro de 2025, a Companhia passou a reconhecer os efeitos de cancelamentos de contratos em linha com o prazo efetivo de diferimento da receita (1, 12, 24 ou 36 meses), em decorrência de melhorias implementadas em seus sistemas que passaram a permitir a identificação individualizada do prazo contratual. Essa alteração representa mudança de estimativa contábil, conforme CPC 23, e foi aplicada prospectivamente com correspondente efeito no saldo de Receita Diferida. q) *Custos de produções, direitos autorais e serviços*: Os custos correspondem ao valor justo da contraprestação paga ou a pagar de gastos diretos com a produção de livros digitais, com serviços prestados e com direitos autorais, no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece os custos por competência conforme os serviços prestados, a utilização de materiais diretos para produção de matérias e a disponibilização de materiais para o cliente. Os custos com professores podem ser divididos em dois tipos: serviço prestado e direito autorais. O valor dos direitos autorais reconhecidos no resultado e pagos aos professores refere-se ao montante dos direitos autorais relacionados ou à venda de Cursos e Pacotes ou à venda de Assinaturas. Os direitos autorais associados a Cursos e Pacotes são calculados à proporção de 10% sobre o montante das vendas destes produtos e pagos ao(s) professor(es) responsável(is) pela produção do curso essencial e detentores dos direitos autorais. Os direitos autorais associados às Assinaturas, são mensurados mensalmente por meio da avaliação da estante virtual do aluno, que pode conter de zero até três matérias em utilização, concomitantemente, sendo que a existência da referida matéria na estante mensal é que definirá se haverá o pagamento do direito autorais e para quem será realizado. Havendo ao menos 1 curso na estante virtual, o valor a ser pago será sempre calculado à razão de 10% do valor da venda realizada (com poucas exceções). Caso exista mais de um curso na estante, esse mesmo valor será rateado proporcionalmente, conforme a quantidade de matéria (até 3), entre os professores detentores dos direitos autorais das respectivas matérias. r) *Pagamento baseado em ações*: O Grupo possui planos de pagamento baseado em ações liquidados em ações, segundo os quais a administração se compromete com ações, baseados no preço ou valor das ações para empregados e não empregados em troca de serviços. As práticas contábeis utilizadas pelo Grupo no reconhecimento do pagamento baseado em ações estão de acordo com as normas adotadas no Brasil. O custo de transações liquidadas em ações é mensurado pelo valor justo na data da entrega. O custo é registrado como despesa juntamente com um aumento correspondente no patrimônio líquido durante o período do serviço ou na data da concessão, quando a concessão se refere a serviços passados. O Grupo também possui planos de pagamento por caixa, baseados no preço ou valor das ações para empregados e não empregados, em troca de serviços. As práticas contábeis utilizadas pelo Grupo no reconhecimento do pagamento em caixa, baseado em ações, estão de acordo com as normas adotadas no Brasil. O valor das ações outorgadas no referido plano é mensurado e reconhecido pelo seu respectivo valor justo mensurado a cada data de reporte, em contrapartida ao correspondente aumento no passivo da Companhia, contabilizando o referido plano à medida em que os serviços são prestados pelos funcionários e prestadores de serviços, beneficiários do plano, ou seja, ao longo do período de aquisição de direito (vesting period), com o correspondente aumento do passivo. s) *Classificação de ativos e passivos, circulante e não circulante*: Os ativos e passivos são classificados no circulante quando se estima que sua realização ou liquidação ocorrerá nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados no não circulante. Um ativo é reconhecido no balanço quando é provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e quando seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para a liquidar. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados por meio de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de valores e dos riscos envolvidos. **2.4. Base para consolidação das demonstrações financeiras:** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de governar as políticas financeiras e operacionais para obter benefícios em suas atividades. Em casos aplicáveis, a existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla ou não a entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle acionário é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle deixa de existir. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando práticas contábeis consistentes. Em 17 de junho de 2025, a Estratégia Educacional Participações S.A. constituíu uma empresa **Estratégia Serviços Educacionais Ltda.**, inscrita no CNPJ sob nº 62.024.901/0001-70, com sede na cidade de Banerji, Estado de São Paulo, tendo por objeto social a prestação de serviços de educação em geral. A nova sociedade foi constituída como subsidiária integral, sendo a totalidade de seu capital social, no montante de R\$100.000,00 (cem mil reais), subscrita e integralizada pela Estratégia Educacional Participações S.A., representando 100% (cem por cento) de participação societária. A constituição... continua ▶



Continuação Estratégias Educacionais Participações S.A.
da subsidiária tem como objetivo evidenciar a segregação clara e estruturada das receitas, custos, despesas relacionadas às atividades de prestação de serviços e exploração de direitos autorais, conferindo maior transparência operacional, eficiência administrativa e adequada alocação contábil das operações.
Participação 2025 2024
100% 100%
Estratégia Concursos S.A.
Estratégia Serviços Educacionais Ltda.
Estratégia Educacional Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (controle indireto)
Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram eliminados os saldos e as transações decorrentes de negócios entre as companhias, bem como de lucros ou prejuízos não realizados, patrimônio líquido das controladas e investimento em controladas na controladora. A controlada, Estratégia Concursos S.A., possui participação societária na investida listada abaixo, reconhecida pelo método de equivalência patrimonial. Como não possui o controle desta empresa, seus saldos não são consolidados.
Tutury Ensino Ltda.
2.5. Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.
Prorrogamento Descrição
Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substituiu o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais específicos. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarem em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.
3. Caixa e equivalentes de caixa:
Controladora Consolidado
2025 2024 2025 2024
Caixa e bancos - 10 773 48
Aplicações financeiras 239 37 14.175 16.323
239 47 14.948 16.371
A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, majoritariamente atreladas ao CDI ou SELIC, sendo parte significativa realizada a partir de fundos de investimentos de renda fixa, sob a administração e gestão de grandes instituições financeiras. O objetivo desses fundos é remunerar as disponibilidades do Grupo Estratégia por meio de instrumentos conservadores de baixo risco, com taxa de rentabilidade média de 72,84% do CDI (97,5%, em 2024), podendo ser resgatados a qualquer momento, por solicitação da Companhia, sem mudança substancial de seus valores. 4. Títulos e valores mobiliários:
Consolidado
2025 2024
Letras Financeiras do Tesouro - 10.794
Total a vencer - 10.794
Os títulos e valores mobiliários estão classificados como títulos de renda fixa. O valor justo dos títulos de renda fixa é apurado a partir dos valores atualizados da taxa de juros DI, disponibilizados ao mercado através de órgão oficiais (B3, BACEN etc.). 5. Contas a receber:
Consolidado
2025 2024
A vencer 178.454 168.149
Saldo de direitos creditórios cedidos - (23.181)
Saldo de antecipações de recebíveis (10.082) (29.583)
Total a vencer 168.372 115.385
O saldo da rubrica "Contas a receber" de clientes não possui saldos vencidos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a administração concluiu não haver necessidade de constituição de perdas com recebíveis, devido os seus recebíveis estarem substancialmente concentrados em operadores de cartões, minimizando o risco do não recebimento. Em dezembro de 2024, a Companhia realizou uma operação de antecipação de recebíveis junto ao Banco Bradesco S.A., no montante de R\$30.000, a qual foi integralmente liquidada ao longo do exercício de 2025. Adicionalmente, em dezembro de 2025, a Companhia realizou nova operação de antecipação de recebíveis junto ao Banco Bradesco S.A., no montante de R\$10.000, cujo saldo permanece em aberto em 31 de dezembro de 2025, com vencimento previsto para o exercício subsequente. 6. Estoques:
Consolidado
2025 2024
Custo com direitos autorais 7.281 7.162
7.281 7.162
A Companhia registra seus estoques de direitos autorais mediante pagamento do custo em função do faturamento do mês e apropriação em seu resultado de acordo com o reconhecimento da receita mensal de cursos e pacotes, em período de 12 meses. A Administração não identificou perda em seu estoque e considera o prazo de realização em doze meses. 7. Ativo e passivo fiscal diferido: A Companhia reconhece ativos e passivos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais acumulados e diferenças temporárias dedutíveis. A conciliação e composição dos saldos diferidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são apresentadas a seguir:
2025 2024
Ativo fiscal diferido
Prejuízos fiscais acumulados 8.520 11.114
Diferenças temporárias para IRPJ e CSLL 2.917 3.207
Total ativo fiscal diferido 11.437 14.321
Passivo fiscal diferido
Diferenças temporárias para IRPJ e CSLL - (972)
PIS e COFINS sobre variações de cotas do FIDC - (140)
Total passivo diferido - (1.112)
A Companhia avaliou a probabilidade de realização dos ativos fiscais diferidos com base em projeções de lucro tributável futuro. De acordo com as estimativas, espera-se a recuperação integral do saldo reconhecido de prejuízos fiscais acumulados nos próximos anos. A administração revisa periodicamente essas projeções e, caso necessário, ajustará o saldo dos ativos fiscais diferidos para refletir mudanças nas condições econômicas e fiscais. 8. Investimentos e investimento em controlada com passivo a descoberto:
Controladora Consolidado
2025 2024 2025 2024
Estratégia Concursos S.A. (i) 10.696 (735) - -
Estratégia Serviços Educacionais Ltda. 1.999 - - -
Tutury Ensino Ltda. - - 429 163
Investimentos 12.695 - 429 163
Investimento em controlada com passivo a descoberto - (735) - -
(i) A Companhia possui investimento em empresa com o Patrimônio Líquido devedor, sendo reclassificada para a conta de investimento em controlado com passivo a descoberto. 8.1. Informações sobre os investimentos:
2025 2024
Tutury FIDC Serviços Concursos Tutury FIDC Concursos
Quantidade de ações - - 100 1.066.186 - - 10.000
Participação % 35,44% - 100% 100% 35,44% 12,46% 100%
Capital social 3 - 100 5.400 3 29.016 10.482
Patrimônio líquido 1.758 - 1.999 10.696 2.903 31.273 (735)
Lucro/(Prejuízo) líquido 4.052 - 5.499 24.149 219 6.695 53.780
Em 18 de dezembro de 2023, o Estratégia Concursos S.A. celebrou "Contrato de Investimento e de Compra e Venda de Participação Societária" com os sócios, da empresa Tutury Ensino Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.923.113/0001-20, por meio do qual: (i) adquiriu 1.063 (mil e sessenta e três) Quotas, correspondentes a 35,44% (trinta e cinco vírgula quarenta e quatro por cento) da Participação Societária da Sociedade, pelo valor total de R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), pago na data de assinatura do Contrato, em moeda corrente nacional e em recursos imediatamente disponíveis; e (ii) efetuou um investimento conversível em Participação Societária da Sociedade (culminando na celebração de um Contrato de Investimento Conversível, adicionalmente ao Contrato de Compra e Venda), no valor de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), correspondentes a adicionais 13,56% (treze vírgula cinquenta e seis por cento) do capital social da Sociedade, sendo (a) R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), pagos na data da assinatura do Contrato, e (b) R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), a serem pagos no segundo aniversário da data de assinatura, podendo a Companhia, a seu exclusivo critério, antecipar ou adiar, total ou parcialmente, tais valores. A compra e venda conjuntamente com a conversão do investimento em participação societária acima descritas dão ao Estratégia Concursos S.A. a participação de 49,02% das Quotas da empresa Tutury Ensino Ltda., não implicando, portanto, em controle societário. A Companhia classificou essa participação como uma joint venture, conforme preconizado no CPC 18, e registra esse investimento pelo método de equivalência patrimonial, sem consolidar seus ativos, passivos e resultados. A transação está sendo contabilizada pelo método de aquisição, preconizado pelos CPC 18 e CPC 15. Como parte dos termos acordados no "Contrato de Investimento e de Compra e Venda de Participação Societária", o Estratégia Concursos S.A. possui uma opção de compra da participação remanescente, que pertence aos sócios controladores, de 50,98%. Esta opção de compra poderá ser exercida e seu valor de mercado na data da aquisição é de R\$1.352 e encontra-se registrado na conta de "Instrumentos financeiros derivativo".
8.2. Movimentação dos investimentos:
Concursos Serviços Tutury
Saldo em 31 de dezembro 2023 (54.810) - 85
Equivalência patrimonial 53.780 - 78
Custos com instrumentos patrimoniais outorgados 295 - -
Aquisição de investimento - - -
Saldo em 31 de dezembro 2024 (735) - 163
Equivalência patrimonial 24.194 5.499 1.442
Custos com instrumentos patrimoniais outorgados 19 - -
Dividendos recebidos (7.700) (3.600) (1.176)
Redução de capital na investida (5.081) - -
Aquisição de investimento - - 100
Saldo em 31 de dezembro 2025 10.696 1.999 429
8.3. Movimentação das obrigações por cotas de fundo de investimentos: A movimentação abaixo está relacionada à consolidação do FIDC e refere-se ao saldo, em 31 de dezembro de 2025, das ações que não pertencem ao Estratégia.
Consolidado
2025 2024
Saldo em 31 de dezembro 2023 42.305
Amortização de cotas (18.969)
Variações na amortização de cotas 1.689
Resultado do exercício FIDC 6.695
IRRF como cotas (447)
Eliminação - cotas do Estratégia (3.896)
Saldo em 31 de dezembro 2024 27.377
Amortização de cotas (25.972)
Variações na amortização de cotas 397
Resultado do exercício FIDC 2.201
IRRF como cotas -
Eliminação - cotas do Estratégia (4.004)
Saldo em 31 de dezembro 2025 -
9. Imobilizado: a) Composição do imobilizado:
Consolidado
2025 2024
Máquinas e equipamentos 10 5.532 (2.702) 2.830 2.863
Computadores e periféricos 5 7.396 (5.428) 1.968 1.890
Equipamentos de comunicação 10 3.182 (3.182) - -
Móveis e utensílios 10 1.323 (922) 401 306
Benefetorias em imóveis de terceiros 5 8.261 (2.492) 5.769 7.239
25.694 (14.726) 10.968 12.298
Vida útil Custo Acumulada Líquido Líquido
Máquinas e equipamentos 10 5.532 (2.702) 2.830 2.863
Computadores e periféricos 5 7.396 (5.428) 1.968 1.890
Equipamentos de comunicação 10 3.182 (3.182) - -
Móveis e utensílios 10 1.323 (922) 401 306
Benefetorias em imóveis de terceiros 5 8.261 (2.492) 5.769 7.239
25.694 (14.726) 10.968 12.298
b) Composição do imobilizado:
Máquinas e equipamentos 2.686 2.128 596 334 9.276 - 15.020
Adições 656 758 - 79 110 8.033 9.636
Transferências - - - - 8.033 (8.033) -
Baixas (8) (7) - - - - (15)
Depreciações (471) (989) (596) (107) (10.180) - (12.343)
Saldo em 31/12/2024 2.863 1.890 - 306 7.239 - 12.298
Adições 537 883 - 223 119 - 1.762
Transferências - - - - - - -
Baixas (83) - - - - - (83)
Depreciações (487) (805) - (128) (1.589) - (3.009)
Saldo em 31/12/2025 2.830 1.968 - 401 5.769 - 10.968
(a) As principais aquisições e projetos no ano 2024 estão relacionados à mudança de localização da matriz, da cidade de São Paulo para a cidade de Barueri. O impacto é visto nas adições de benfeitorias em imóveis de terceiros na unidade de Barueri e o aumento na depreciação acumulada, pela redução da vida útil pela entrega do imóvel de São Paulo. O Grupo efetuou a revisão de vida útil de seus ativos imobilizados conforme cada caso e não houve impacto para o ano de 2024. O Grupo apresenta resultados operacionais positivos, portanto, não há indícios de desvalorização do imobilizado. O Grupo não possui ativos imobilizados para os quais tenha titularidade restrita ou que foram dados em garantia para passivos. Não existem compromissos contratuais para aquisição de ativo imobilizado.
10. Intangível: a) Composição do intangível:
Consolidado
2025 2024
Softwares 5 1.134 (1.134) - -
Direitos autorais 10 56.293 (22.624) 33.670 37.523
Marcas e patentes n.a. 1.037 - - 1.037 1.037
Mais valia carteira de cliente/contrato 8 797 (200) 597 697
Mais valia contrato de não competição 5 594 (238) 356 475
Mais valia softwares 5 1.096 (438) 658 877
Agio n.a. 33 - - 33 33
Intangível em andamento (*) n.a. 44 - - 44 44
61.028 (24.634) 36.395 40.686
Direitos autorais
Mais-valia - carteira de cliente
Mais-valia - contrato de não competição
Mais-valia - softwares
Intangível em andamento (*)
Total
Saldo em 31/12/2023 140 41.686 1.037 - 797 594 1.096 33 45.383
Adições - 1.188 - - 44 - - - 1.232
Amortizações (140) (5.351) - - (100) (119) (219) - (5.929)
Saldo em 31/12/2024 - 37.523 - 1.037 44 697 475 877 33 40.686
Adições - 1.675 - - - - - - 1.675
Amortizações - (5.529) - - (100) (119) (219) - (5.967)
Saldo em 31/12/2025 - 33.669 1.037 44 597 356 658 33 36.395
(*) Refere-se à aquisição de implantação de software fiscal. O Grupo efetuou a revisão de vida útil e não houve impacto para o ano de 2025. 11. Direito de uso e passivo de arrendamento: a) Composição do ativo do direito de uso:
Prazo do contrato Custo Amortização Líquido Líquido
Edificações 11.428 (6.281) 5.174 6.223
11.428 (6.281) 5.174 6.223
Edificações
Saldo em 31 de dezembro de 2023 6.384
Adições por novos contatos 2.964
Baixas (715)
Amortizações (2.410)
Saldo em 31 de dezembro de 2024 6.223
Adições por novos contatos 1.308
Baixas -
Amortizações (2.384)
Saldo em 31 de dezembro de 2025 5.174
A Companhia arrenda edificações cujo prazo de arrendamento é de três a cinco anos, em 2025 e 2024. As obrigações do Grupo são garantidas pela titularidade dos ativos arrendados. b) Composição do passivo de arrendamento:
Consolidado
2025 2024
Valores a pagar de arrendamento
Em até 1 ano 2.570 2.556
De 2 a 3 anos 3.519 3.537
De 4 a 5 anos 300 1.352
6.389 7.445
Circulante 2.570 2.556
Não circulante 3.819 4.889
Movimentação do passivo de arrendamento
Saldo em 31 de dezembro de 2023 6.507
Adições por novos contatos 2.964
Baixas (928)
Consolidado
2025 2024
6.507 2.964 (928)
Juros do período
Pagamentos de principal (1.098)
Pagamento de juros (760)
Saldo em 31 de dezembro de 2024 7.445
Adições por novos contatos 1.308
Baixas -
Juros do período 1.083
Pagamentos de principal (2.364)
Pagamento de juros (1.083)
Saldo em 31 de dezembro de 2025 6.389
12. Receitas diferidas:
Consolidado
2025 2024
Livros digitais 305.345 240.489
Serviços prestados 26.130 22.319
Cancelamentos (*) (46.928) (34.528)
284.547 228.280
Circulante 219.591 207.115
Não circulante 64.956 21.165
284.547 228.280
(*) Refere-se a cancelamentos por restrição do curso, aprovação em concursos ou migração para um outro produto que serão reconhecidos no resultado mês a mês anulando os respectivos reconhecimentos das receitas.
Consolidado
2025 2024
219.591 207.115
52.869 21.163
12.087 2
284.547 228.280
13. Partes relacionadas:
Controladora Consolidado
2025 2024 2025 2024
Valores a receber Valores a receber Valores a receber (a) Valores a receber
Sisley Participações S.A. - - 61.811 42.698
Heber Felipe Araújo de Carvalho - - 32.553 14.452
Ricardo Vale Silva - - 17.258 16.460
Ricardo Torques - - 346 239
Rosenal Costa Junior - - 321 222
Wagner Damazio - - 279 193
Luis Eduardo Pereira - - 264 183
Fani Feitosa - - 175 121
Silvio Vranjac - - 127 88
Diego Vasconcelos - - 87 -
Total com acionistas - - 113.221 74.656
Investimento Conversível Tutury - - 1.600 1.200
Total com Partes Relacionadas - - 114.821 75.856
(a) Dois mútuos com os acionistas a serem liquidados em parcelas únicas, em 2027 e 2028, remunerados conforme a variação do IPCA. Remuneração da Administração Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os honorários dos administradores foram de R\$5.743 (R\$5.695 em 31 de dezembro de 2024), apropriados ao resultado nas rubricas "Pró-labore" "Despesas com Pessoal". 14. Empréstimos e financiamentos:
Controladora e Consolidado
Modalidade/moeda Instituição Encargos financeiros Vencimento Garantias 2025 2024
Capital de giro Citibank CDI + 2,10% a.a. 36 meses Sim 32.653 -
Instrumento financeiro derivativo Citibank 36 meses Sim 1.849 -
(swap)
Total 34.502 -
Circulante 13.041 -
Não circulante 21.461 -
A movimentação está demonstrada a seguir:
Saldo em 2023 10.541
Captações -
Pagamento de principal (10.541)
Apropriação de encargos financeiros 329
Pagamento de encargos financeiros (329)
Saldo em 2024 34.020
Captações 34.020
Variação cambial ativa (1.849)
Pagamento de principal -
Apropriação de encargos financeiros 3.316
Pagamento de encargos financeiros (2.834)
Instrumento financeiro derivativo (swap) 1.849
Saldo em 2025 34.502
15. Provisão para riscos tributários civis e trabalhistas: A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos judiciais de natureza cível, trabalhista e fiscal, que estão em fase de defesa administrativa ou em trâmite na esfera judicial. Em bases periódicas, a administração revisa o quadro de riscos conhecidos, avalia as chances de perdas e ajusta as respectivas provisões, considerando a opinião de seus assessores jurídicos externos e informações atualizadas disponíveis no fim de cada exercício, tais como a natureza dos processos, jurisprudências e a experiência em processos análogos. No exercício de 2024, o Estratégia reverteu a totalidade da provisão que vinha sendo realizada, mensalmente desde 2020, referente às contribuições previdenciárias, decorrentes da contratação de prestadores de serviços para a área de Tecnologia da Informação (TI), com fundamento em avaliação jurídica a respeito da licitude das referidas contratações, seja com base na legislação aplicável, seja com base no entendimento jurisprudencial atual. A cuidadosa análise realizada em conjunto com os nossos consultores jurídicos indicou a ausência dos elementos essenciais para a configuração de vínculo empregatício e de hipossuficiência dos contratados, caracterizando a prestação de serviços com atividade autônoma. Além disso, decisões judiciais recentes têm reafirmado a validade desse modelo de contratação, reduzindo significativamente o risco de autuações ou cobranças adicionais, não havendo, ainda, precedentes desfavoráveis à Companhia nas causas contra ela propostas, envolvendo a temática em questão. Diante da fundamentação jurídica consistente e da provável chance de êxito em eventuais questionamentos administrativos ou judiciais, a decisão da Companhia corroborada com a opinião de seus assessores jurídicos entende como adequada a reversão da provisão anteriormente constituída e a desnecessidade de continuar realizando ditas provisões. Adicionalmente, a Companhia informa que realizou a atualização desta análise para o exercício de 2025, não tendo sido identificadas alterações relevantes no cenário, mantendo-se, portanto, o mesmo entendimento quanto à inexistência de necessidade de constituição de provisões.
Controladora Consolidado
2025 2024 2025 2024
Trabalhista - - 52 39
Cível - - 95 47
- - - 147 86
A movimentação e composição dessa provisão são como segue:
Controladora Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023 - 12.409
Adições - 129
Pagamentos/baixas - (12.452)
Saldo em 31 de dezembro de 2024 - 86
Adições - 135
Pagamentos/baixas - (74)
Saldo em 31 de dezembro de 2025 - 147
A Companhia possui registrado no seu ativo não circulante saldo de R\$47, referente a depósitos judiciais trabalhistas (R\$47 em 31 de dezembro de 2024). Processos com estimativa de perda classificada como possível: A Companhia possui ações de natureza trabalhista, fiscal e outras envolvendo riscos de perda classificadas pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível, para as quais não há provisão constituída, no montante de R\$137.411 em 31 de dezembro de 2025 (R\$140.784 em 31 de dezembro de 2024), o qual é demonstrado por natureza, como segue:
Consolidado
2025 2024
Cível 1.688 3.462
Trabalhista - 2.584
FFiscal 135.723 134.738
137.411 140.784
A Companhia é parte envolvida em algumas naturezas. As principais causas são:
• Impugnação a Auto de Infração que visa à cobrança de valores a título de multa isolada e juros pela falta de retenção na fonte e recolhimento do Imposto de Renda sobre os lucros distribuídos aos sócios ocultos das Companhias em Conta de Participação (SCP) integradas pela companhia, quais sejam, os professores responsáveis pelos cursos online por ela comercializados e administrados. A atuação abrange o período de 2013 a 2015. No entendimento do Fisco, as SCP foram utilizadas para dissimular prestações de serviços e, por essa razão, efetuou os lançamentos decorrentes de relações com esta natureza jurídica. Foi atribuída responsabilidade solidária aos sócios da Estratégia. Valor da causa atualizado é de R\$25.822 em 31 de dezembro de 2025 (R\$23.802 em 31 de dezembro de 2024).
• Impugnação a Auto de Infração que visa à cobrança de valores a título de Contribuição Previdenciária Patronal e dos Segurados e Multas Previdenciárias sobre os lucros distribuídos aos sócios ocultos das Companhias em Conta de Participação (SCP) integradas pela companhia, quais sejam, os professores responsáveis pelos cursos online por ela comercializados e administrados. A atuação abrange o período de 2013 a 2015. No entendimento do Fisco, as SCP foram utilizadas para dissimular prestações de serviços
continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/05/2026

ICP Brasil logo and QR code with text: Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

continuação

Estratégia Educacional Participações S.A.

e, por essa razão, efetuou os lançamentos decorrentes de relações com esta natureza jurídica. Foi atribuída responsabilidade solidária aos sócios da Estratégia. Valor da causa atualizado é de R\$26.388 em 31 de dezembro de 2025 (R\$30.013 em 31 de dezembro de 2024).

optou pela outorga em Instrumentos Patrimoniais (ações) a contrapartida do lançamento da despesa é o Patrimônio Líquido a seu valor justo mensurado na data da outorga, obedecendo o regime de competência. Plano de opções de compra de ações Estratégia Educacional • Quantidade de ações: Contempla direito de compra da totalidade de 15.240 ações, sendo que 10.240 são do Tipo A e 5.000 do Tipo B;

19. Natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado: A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando classificação da despesa com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas estão apresentadas a seguir:

Table with 4 columns: Controladora (2025, 2024), Consolidado (2025, 2024). Rows include Direitos autorais, Serviços prestados, Plataformas de ensino, Despesas com pessoal, etc.

Table with 4 columns: Controladora (2025, 2024), Consolidado (2025, 2024). Rows include Receitas financeiras, Rendimento sobre aplicações financeiras, Juros ativos com partes relacionadas, etc.

Table with 4 columns: Controladora (2025, 2024), Consolidado (2025, 2024). Rows include Aliquota efetiva, Imposto de renda e contribuição social, Alíquota nominal, etc.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui estoque de prejuízo fiscal de IRPJ R\$21.770 e base negativa de CSLL de R\$34.198 (R\$29.809 e R\$40.688 em 31 de dezembro de 2024, respectivamente).

Table with 4 columns: Coberturas, 2025, 2024. Rows include Garantia - fiança locatícia, Patrimonial - residencial/empresarial, Equipamentos, etc.

23. Instrumentos financeiros: a) Considerações gerais: As transações financeiras ocorridas envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à atividade econômica da Companhia, particularmente aplicações financeiras com vencimentos em curto prazo e longo prazo, contas a receber de clientes e outras contas a receber, contas a pagar ou de gerenciamento de caixa, professores, autores, coaching e partes relacionadas.

Table with 4 columns: Controladora (2025, 2024), Consolidado (2025, 2024). Rows include Ativos financeiros, Mensurados a valor justo, Caixa e equivalentes de caixa, etc.

Table with 4 columns: Controladora (2025, 2024), Consolidado (2025, 2024). Rows include Passivos financeiros, Mensurados a valor justo, Instrumentos financeiros derivativos, etc.

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento da Companhia, a avaliação potencial dos riscos. Assim, podem existir riscos com ou sem garantias, dependendo de aspectos circunstanciais ou legais.

Table with 4 columns: DIRETORIA, 2025, 2024. Rows include Marcus Meireles Vieira, Adriano Miguel.

Table with 3 columns: Sócios, Participação acionária, 2025, 2024. Rows include Sisley Participações S.A., Heber Felipe Araújo de Carvalho, Ricardo Vale Silva, etc.

Reserva legal: A reserva legal foi constituída em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/76, mediante a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, observado o limite máximo de 20% do capital social.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração e Diretoria da Estratégia Educacional Participações S.A., São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, da Estratégia Educacional Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras.

representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de

obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou

São Paulo, 31 de março de 2026

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC-SP-034519/0

Hernane Rocha Contador CRC SP-253295/0

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/05/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Alex Energia Participações S.A.

CNPJ/MF nº 31.908.068/0001-05

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	50.671	30.041	163.175	212.827	Contas a pagar e Fornecedores	18	-	21.375	7.889
Caixa restrito e depósitos restituíveis	-	-	80.912	-	Contas a pagar - Partes relacionadas	34.678	29.700	10.075	20.133
Contas a receber de clientes	-	-	82.232	26.982	Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.685	3.160	53.866	49.764
Contas a receber - Partes relacionadas	2.081	4.079	1.742	5.409	Passivo de arrendamento	-	-	437	319
Despesas antecipadas	-	-	6.835	3.015	Obrigações sociais e trabalhistas	160	1.360	1.002	2.688
Estoques	-	-	16.480	14.979	Obrigações tributárias	89	93	5.937	5.919
Impostos e contribuições a recuperar	1.181	2.242	5.289	13.860	Dividendos a pagar	15.162	15.162	15.214	15.435
Dividendos a receber	65.067	33.018	-	-	Outras contas a pagar	14	-	522	584
Outras contas a receber	67	93	2.804	6.181	Total do passivo circulante	55.806	49.475	108.428	102.731
Total do ativo circulante	119.067	69.473	359.469	283.253	Não circulante				
Não circulante					Contas a pagar e Fornecedores	-	-	174.110	141.013
Caixa restrito e depósitos restituíveis	-	-	36.735	36.701	Empréstimos, financiamentos e debêntures	525.042	492.253	1.052.255	1.065.892
Depósitos judiciais	14	-	13	-	Passivo de arrendamento	-	-	329	580
Investimentos	1.015.215	1.089.945	-	-	Obrigações com aquisições	33.405	29.728	33.405	29.728
Imobilizado	53	504	1.521.368	1.635.437	Provisão para desmobilização	-	-	24.297	22.620
Ativo de direito de uso	-	-	732	871	Total do passivo não circulante	558.447	521.981	1.284.396	1.259.833
Total do ativo não circulante	1.015.282	1.090.449	1.558.848	1.673.009	Patrimônio líquido				
Total do ativo	1.134.349	1.159.922	1.918.317	1.956.261	Capital social	583.628	630.470	583.628	630.470

Demonstrações dos Resultados do Exercício em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	-	-	239.221	177.667
Custo de geração de energia	-	-	(187.546)	(152.688)
Lucro bruto	-	-	51.675	24.989
Receitas (despesas) operacionais	(582)	(4.116)	(13.887)	(4.971)
Despesas administrativas e gerais	(5.241)	(6.543)	-	-
Resultado com equivalência patrimonial	(430)	(14)	(815)	722
Outras receitas e despesas operacionais	(6.253)	(10.673)	(14.702)	(4.249)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	(6.253)	(10.673)	36.973	20.750
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	4.292	2.975	32.548	25.040
Despesas financeiras	(61.571)	(62.163)	(115.529)	(103.973)
	(57.279)	(59.188)	(82.981)	(78.933)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(63.532)	(68.861)	(46.008)	(58.183)
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	-	-	(17.305)	(10.995)
	-	-	(17.305)	(10.995)
Prejuízo do exercício	(63.532)	(68.861)	(63.313)	(69.178)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado		Total do patrimônio líquido
	2025	2024	2025	2024	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	630.000	630.000	630.000	630.000	662.393
Aumento de capital	470	-	-	-	470
Movimentação de capital em investidas	-	-	-	-	59
Declaração de dividendos para outros acionistas	-	-	-	-	(47)
Absorção de prejuízos	-	(3.016)	(23.841)	26.857	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(68.861)	(69.178)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	630.470	630.470	588.466	588.466	593.697
Redução de capital	(4.838)	-	-	(4.838)	(4.838)
Dividendos declarados para os não controladores	-	-	-	-	(53)
Absorção dos prejuízos	(42.004)	-	-	42.004	(53)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	(63.532)	(63.532)	219
Saldo em 31 de dezembro de 2025	583.628	583.628	520.096	520.096	525.493

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					(-) Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	(14.127)	(30.901)	(45.250)	(62.119)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(63.532)	(68.861)	(46.008)	(58.183)	(+) Dividendos recebidos	37.468	49.200	-	-
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do prejuízo com o fluxo de caixa					Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	26.606	11.576	96.992	65.316
Depreciação do ativo imobilizado	3	-	127.024	73.664	Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Amortização do ativo de direito de uso	-	-	376	285	Aporte e resgate de caixa restrito e depósitos restituíveis	-	-	(80.946)	(2.734)
Juros sobre passivo de arrendamento	-	-	90	49	Aumento de capital em empresas investidas	(6.497)	-	-	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	50.476	54.241	81.848	88.101	Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.181	-	-
Resultado de equivalência patrimonial e amortização de Mais-Valia	5.241	6.543	-	-	Aquisição de bens para o ativo imobilizado	(103)	(24)	(14.267)	(18.096)
Atualização financeira das obrigações com aquisições	3.677	2.353	3.677	2.353	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(103)	(5.340)	(95.213)	(20.830)
Atualização financeira da provisão para desmobilização	-	-	1.677	1.560	Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Baixa de ativo imobilizado	551	-	1.312	781	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	(1.035)	(655)	(46.133)	(43.273)
(Aumento) redução nos ativos operacionais					Pagamento de principal e juros de passivo de arrendamento	-	-	(459)	(346)
Contas a receber de clientes	-	(3.687)	(55.250)	(2.452)	Dividendos pagos a acionistas controladores	-	(5.280)	-	(5.280)
Contas a receber - Partes relacionadas	1.998	-	3.667	-	Dividendos pagos a acionistas não controladores	-	-	-	(179)
Despesas antecipadas	-	-	(3.820)	(1.566)	Aumento de capital de acionistas não controladores	-	-	-	59
Estoques	-	-	(1.501)	4.018	Aumento de capital	-	470	-	470
Impostos e contribuições a recuperar	1.061	(656)	8.571	(2.922)	Redução de capital	(4.838)	-	(4.838)	-
Depósitos judiciais	(14)	-	(13)	-	Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(5.873)	(5.465)	(51.430)	(48.549)
Outras contas a receber	26	(3)	3.377	312	Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa	20.630	771	(49.651)	(4.063)
Aumento (redução) nos passivos operacionais					Caixa e equivalente de caixa em 1º de janeiro	30.041	29.270	212.826	216.889
Fornecedores	18	3.244	46.583	34.666	Caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro	50.671	30.041	163.175	212.826
Contas a pagar - Partes relacionadas	4.978	-	(10.058)	-					
Obrigações sociais e trabalhistas	(1.200)	131	(1.686)	801					
Obrigações tributárias	(4)	2	(4.870)	(5.472)					
Outras contas a pagar	(14)	(30)	(62)	(128)					
(-) Pagamento de impostos de renda e contribuição social	-	-	(12.692)	(8.431)					

Carlos Gustavo Nogari Andriolli
Diretor - CPF: 861.403.379-68

Ricardo Motoyama de Almeida
Diretor - CPF: 220.287.038-57

Bruno Alvarez Fabozi
Contador - CRC 1SP 291.800/0-0

As Demonstrações Financeiras completas contendo as Notas Explicativas, acompanhadas do Parecer da Auditoria Externa, sem ressalvas, encontram-se disponíveis no site (<https://elera.com/index.php/transparencia/>) e na sede da Companhia.

Servgás Distribuidora de Gás S/A

CNPJ/MF nº 55.332.811/0001-81

Assembleia Geral Ordinária - Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária**, a realizar-se no dia **20 de Maio de 2026, Quarta-Feira, às 10:00 horas**, no **Hotel Ibis São Paulo Expo**, com endereço na Rua Eduardo Viana, 163 - Barra Funda - São Paulo/SP - Telefone (11) 3393.7300, por motivo de força maior, decorrente de reparos na sede administrativa, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **I** - Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31/12/2025. **II** - Destinação do resultado líquido do exercício social encerrado em 31/12/2025. **III** - Outros assuntos. Guarulhos/SP, 20 de Abril de 2026. **Demetrio Augusto Zacharias** - Diretor Presidente. (05, 06 e 07/05/2026)

Arrow Brasil S.A.

CNPJ nº 43.076.082/0001-60 - NIRE 35.300.172.124

Ata de Reunião da Diretoria realizada em 02 de janeiro de 2023

1. Data, Local e Hora: 02 de Janeiro de 2023, às 9:00 horas, na sede social da Arrow Brasil S.A. ("Companhia"), localizada na Capital do Estado de São Paulo, na Via Anhanguera, S/N, Jardim Jaraguá, CEP 05275-000, Unidade 34 do Centro Logístico Anhanguera. **2. Composição da Mesa:** Presidente: Sr. Antonio Celso Dantas; Secretária: Sra. Helen Menezes Kobayashi Zamora. **3. Convocação e presença:** a convocação foi dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos membros da Diretoria: os Srs. José Alberto Rezende Caous e Antonio Celso Dantas. **4. Ordem do dia:** discutir e deliberar sobre a abertura de nova filial, nos termos do Artigo 2º, Parágrafo Único do Estatuto Social da Companhia. **5. Deliberações:** os diretores, por unanimidade e sem ressalvas, deliberaram pela abertura de nova filial da Companhia localizada na Capital do Estado de São Paulo, na Rua José Gomes Falcão, n.º 111, Barra Funda, CEP 01139-010, que funcionará como escritório administrativo (NAE 82.19-9-99). **6. Encerramento:** nada mais havendo a tratar, a reunião foi suspensa pelo tempo necessário para a lavratura dessa ata em formato sumário, no respectivo livro, em conformidade com o disposto no art. 130, §1º da Lei nº 6.404/76. Após lida e achada conforme, esta ata foi assinada. Esta ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. São Paulo, 02 de Janeiro de 2023. Diretores presentes: José Alberto Rezende Caous e Antonio Celso Dantas. JUCESP/NIRE nº 3590652290-0. JUCESP nº 89.680/23-6 em 03/03/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Arrow Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 43.076.082/0001-60 - NIRE 35.300.172.124

Ata de Reunião da Diretoria realizada em 12 de agosto de 2022

1. Data, Local e Hora: 12 de agosto de 2022, às 10h00, na sede social da Arrow Brasil S.A. ("Companhia"), localizada na Capital do Estado de São Paulo, na Rua José Gomes Falcão, n.º 111, Barra Funda, CEP 01139-010. **2. Composição da Mesa:** Presidente: Sr. José Alberto Rezende Caous. Secretário: Sr. Antonio Celso Dantas. **3. Convocação e presença:** a convocação foi dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos membros da Diretoria: os Srs. José Alberto Rezende Caous e Antonio Celso Dantas. **4. Ordem do dia:** discutir e deliberar sobre o encerramento de filial da Companhia. **5. Deliberações:** a unanimidade dos membros da Diretoria deliberou pelo encerramento da filial da Companhia localizada no Município de Viana, Estado do Espírito Santo, na Rodovia BR 262, n.º 5.160, km 1306, módulo 02, Ribeira, CEP 29132-690, inscrita no CNPJ sob o n.º 43.076.082/0010-51 e registrada perante a Junta Comercial do Espírito Santo sob NIRE 32900797122. **6. Encerramento:** nada mais havendo a tratar, a reunião foi suspensa pelo tempo necessário para a lavratura dessa ata em formato sumário, no respectivo livro, em conformidade com o disposto no art. 130, §1º da Lei nº 6.404/76. Após lida e achada conforme, esta ata foi assinada. Esta ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. São Paulo, 12 de agosto de 2022. Diretores presentes: José Alberto Rezende Caous e Antonio Celso Dantas. JUCESP nº 451.167/22-3 em 31/08/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Arrow Brasil S.A.

CNPJ nº 43.076.082/0001-60 - NIRE 35.300.172.124

Ata de Reunião da Diretoria realizada em 31 de dezembro de 2023

1. Data, Hora e Local: 31 dezembro de 2023, às 10:00 horas, na sede social da Arrow Brasil S.A. ("Companhia"), localizada na Capital do Estado de São Paulo, na Via Anhanguera, S/N, Jardim Jaraguá, Unidade 34 do Centro Logístico Anhanguera, CEP 05275-000. **2. Mesa:** Presidente: Sr. Antonio Celso Dantas; Secretária: Sra. Helen Menezes Kobayashi Zamora. **3. Convocação e Presença:** convocação prévia dispensada em razão da presença da totalidade dos diretores, nos termos do artigo 20, do Estatuto Social da Companhia. **4. Ordem do Dia:** discutir e deliberar sobre o encerramento e a alteração do endereço de filiais da Companhia. **5. Deliberações:** nos termos do artigo 2º, parágrafo único, do Estatuto Social da Companhia, os Diretores, por unanimidade e sem ressalvas, aprovaram o seguinte: **(i)** alteração do endereço da filial inscrita no CNPJ sob o n.º 43.076.082/0008-37 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.906.086.255, da Rua José Gomes Falcão, n.º 111, Sala 05, Barra Funda, CEP 01139-010, na Capital do Estado de São Paulo para Via Anhanguera, S/N, Jardim Jaraguá, Unidade 34, sala 01 do Centro Logístico Anhanguera, complemento: KM 16 Sul, Saída KM 16, CEP 05275-000, na Capital do Estado de São Paulo; e **(ii)** a alteração do endereço da filial inscrita no CNPJ sob o n.º 43.076.082/0011-32 e registrada na JUCESP sob o NIRE 35.906.522.900, da Rua José Gomes Falcão, n.º 111, Barra Funda, CEP 01139-010, na Capital do Estado de São Paulo, para a Avenida Paulista, n.º 475, 15º andar, Bela Vista, CEP 01311-000, na Capital do Estado de São Paulo. **6. Encerramento:** nada mais havendo a tratar, a reunião foi suspensa pelo tempo necessário para a lavratura desta ata em formato sumário, no respectivo livro, em conformidade com o disposto no art. 130, §1º da Lei nº 6.404/76. Após lida e achada conforme, esta ata foi assinada. Esta ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. São Paulo, 31 de dezembro de 2023. Diretores presentes: Antonio Celso Dantas e Gary Lee Cantor (pp. Antonio Celso Dantas e Fernanda Alves Ferreira Suarez). JUCESP nº 5.769/24-3 em 15/01/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/05/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Arrow Brasil S.A.

CNPJ nº 43.076.082/0001-60 - NIRE 35.300.172.124

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de dezembro de 2022

1. Data, Horário e Local: em 05 de dezembro de 2022, às 9:00 horas, na sede social da Arrow Brasil S.A. ("Companhia"), localizada na Rua José Gomes Falcão, nº 111, Barra Funda, CEP 01139-010, na Capital do Estado de São Paulo. **2. Mesa:** Presidente: Antonio Celso Dantas; Secretária: Helen Menezes Kobayashi Zamora. **3. Convocação e Presença:** convocação prévia dispensada, em razão da presença de acionistas titulares de ações representativas da totalidade do capital social da Companhia, nos termos do art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **4. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre: **(I)** a alteração do endereço da sede da Companhia; e **(II)** a alteração e consolidação do Estatuto Social, para **(II.a)** alterar o endereço da sede da Companhia prevista no Artigo 2º do Estatuto Social; **(II.b)** alterar o Artigo 4º, removendo as menções à Matriz e/ou às filiais da Companhia em cada CNAE; e **(II.c)** refletir e consolidar as alterações estatutárias aprovadas desde a última consolidação do Estatuto Social, ocorrida na Assembleia Geral Extraordinária de 23 de agosto de 2019. **5. Deliberações:** discutidas as matérias integrantes da ordem do dia, os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos: 5.1 Aprovar a alteração do endereço da sede da Companhia da Rua José Gomes Falcão, nº 111, Barra Funda, CEP 01139-010, na Capital do Estado de São Paulo, para Via Anhanguera, S/N, Jardim Jaraguá, CEP 05275-000, Unidade 34 do Centro Logístico Anhanguera, na Capital do Estado de São Paulo. 5.2 Aprovar (i) a alteração do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a redação constante do Anexo I a esta ata, para (a) incluir o endereço da nova sede da Companhia, prevista no Artigo 2º do Estatuto Social; (b) alterar o Artigo 4º, removendo as menções à Matriz e/ou às filiais da Companhia em cada CNAE; e (c) refletir e consolidar as alterações estatutárias aprovadas desde a última consolidação do Estatuto Social, na Assembleia Geral Extraordinária de 23 de agosto de 2019. Dessa forma, os Artigos 2º e 4º do Estatuto Social passam a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 2º. A Companhia tem sede e foro na Capital do Estado de São Paulo, Via Anhanguera, S/N, Jardim Jaraguá, CEP 05275-000, Unidade 34 do Centro Logístico Anhanguera. Parágrafo Único Por deliberação da diretoria, poderão ser instaladas, transferidas ou extintas filiais, escritórios, agências ou depósitos em qualquer ponto do território nacional ou no exterior."**

"Artigo 4º. A Companhia tem por objeto: (i) Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; parte e peças CNAE 46.69-9-99; (ii) comércio atacadista de equipamentos de informática CNAE 46.51-6-01; (iii) comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação CNAE 46.52-4-00; (iv) comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática CNAE 47.51-2-01; (v) outras sociedades de participação, exceto holdings CNAE 64.63-8-00; (vi) atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários CNAE 74.90-1-04; (vii) treinamento em informática CNAE 85.99-6-03; (viii) reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos CNAE 85.11-8-00; (ix) preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente CNAE 82.19-9-99; (x) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis CNAE 62.03-1-00; (xi) consultoria em tecnologia da informação CNAE 62.04-0-00; (xii) suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação CNAE 62.09-1-00; (xiii) tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet CNAE 63.11-9-00. **6. Encerramento:** Não havendo nada mais a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário à impressão desta ata, em forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76. Após lida e achada conforme, esta ata foi assinada. São Paulo, 05 de dezembro de 2022. **Acionistas presentes:** Arrow Electronics, Inc. (p.p. José Alberto Rezende Caous e Antonio Celso Dantas) e Christopher David Stansbury (p.p. José Alberto Rezende Caous e Antonio Celso Dantas). Esta ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. São Paulo, 05 de dezembro de 2022. JUCESP nº 25.433/23-4 em 18/01/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Da Denominação, Sede, Prazo de Duração e Objeto. Artigo 1º A Arrow Brasil S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações regida por este estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º** A Companhia tem sede e foro na Capital do Estado de São Paulo, Via Anhanguera, S/N, Jardim Jaraguá, CEP 05275-000, Unidade 34 do Centro Logístico Anhanguera. **Parágrafo Único** Por deliberação da diretoria, poderão ser instaladas, transferidas ou extintas filiais, escritórios, agências ou depósitos em qualquer ponto do território nacional ou no exterior: **Artigo 3º** O tempo de duração da Companhia é indeterminado. **Artigo 4º** A Companhia tem por objeto: (i) Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; parte e peças CNAE 46.69-9-99; (ii) comércio atacadista de equipamentos de informática CNAE 46.51-6-01; (iii) comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação CNAE 46.52-4-00; (iv) comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática CNAE 47.51-2-01; (v) outras sociedades de participação, exceto holdings CNAE 64.63-8-00; (vi) atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários CNAE 74.90-1-04; (vii) treinamento em informática CNAE 85.99-6-03; (viii) reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos CNAE 85.11-8-00; (ix) preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente CNAE 82.19-9-99; (x) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis CNAE 62.03-1-00; (xi) consultoria em tecnologia da informação CNAE 62.04-0-00; (xii) suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação CNAE 62.09-1-00; (xiii) tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet CNAE 63.11-9-00. **Capítulo II. Do Capital e das Ações. Artigo 5º** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 82.178.413,00 (oitenta e dois milhões, cento e setenta e oito mil, quatrocentos e trinta e sete reais), dividido em 212.371.286 (duzentos e doze milhões, trezentas e setenta e uma mil, duzentas e oitenta e seis) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. **Artigo 6º** A Assembleia Geral poderá a qualquer tempo criar ações preferenciais ou aumentar o número de ações preferenciais existentes, sem guardar a proporção existente entre as espécies, observada a proporção entre ações ordinárias e preferenciais prevista na Lei nº 6404/76 e as normas deste estatuto. **Artigo 7º** A cada ação ordinária corresponde 1 (um) voto nas deliberações tomadas em Assembleias Gerais. **Artigo 8º** A ação é indivisível em relação à Companhia. **Artigo 9º** As ações não serão representadas por cautelares, presumindo-se a respectiva propriedade pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas. **Capítulo III. Das Assembleias Gerais. Artigo 10** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, em um dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim exigirem, guardados os preceitos de direito nas respectivas convocações, que serão feitas por qualquer membro do Conselho de Administração. **Artigo 11** A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Diretor Executivo ou, na sua ausência, por qualquer Diretor. Caberá ao presidente da Assembleia Geral a designação do secretário. **Artigo 12** As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos, ressalvadas as exceções previstas em lei. **Capítulo IV. Da Administração da Companhia. Artigo 13** A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. O Conselho de Administração será composto por 3 (três) membros, acionistas ou não, residentes ou não no país, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos. A Assembleia Geral escolherá, dentre os membros do Conselho de Administração, o Presidente. **Parágrafo Único** A investidura no cargo de conselheiro de administração far-se-á por termo lavrado e assinado no livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, independentemente de caução. **Artigo 14** O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado, por escrito, por um de seus membros, com 5 (cinco) dias de antecedência. É dispensado o interregno de 5 (cinco) dias quando o Conselho de Administração se reunir com a presença, ou representação, de todos os seus membros em exercício. **Parágrafo 1º** Nas reuniões do Conselho de Administração, as deliberações serão tomadas por maioria de votos, e constarão de atas lavradas e assinadas no livro próprio. Em caso de empate, a matéria será submetida à Assembleia Geral. **Parágrafo 2º** Em todas as reuniões do Conselho de Administração é admitido que o membro do Conselho de Administração ausente seja representado por um de seus pares, seja para formação de "quórum", seja para votação. Sem prejuízo, também são admitidos votos por carta, telegrama, fax, e-mail, quando recebidos na sede social até o momento da reunião. **Artigo 15** Compete especialmente ao Conselho de Administração a) convocar as assembleias gerais; b) fixar a orientação geral dos negócios sociais; c) eleger e destituir os Diretores da Companhia; d) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando a qualquer tempo os livros e documentos da Companhia e solicitando informações sobre atos da administração; e) manifestar-se previamente sobre o relatório da administração e contas da Diretoria; f) escolher e destituir os auditores independentes; g) manifestar-se sobre as propostas e recomendações da Diretoria a serem submetidas à Assembleia Geral; e h) decidir quaisquer questões extraordinárias relativas à Companhia. **Artigo 16** A Diretoria será composta por 2 (dois) a 4 (quatro) Diretores, sendo 1 (um) Diretor Executivo, 1 (um) Vice Diretor Executivo e 2 (dois) Diretores sem designação específica, acionistas ou não, residentes ou não no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, que também fixará seus honorários. **Artigo 17** O prazo de mandato dos Diretores, que são reelegíveis, é de 1 (um) ano, mas qualquer que seja a data de eleição, os mandatos dos Diretores terminarão na data da Assembleia Geral que examinar as contas do exercício social de suas gestões; outrossim, mesmo quando vencidos os respectivos mandatos, os Diretores continuarão no exercício de seus cargos até a eleição e posse dos novos Diretores. **Artigo 18** A investidura no cargo de Diretor far-se-á por termo lavrado e assinado no livro de Atas de Reuniões da Diretoria, independentemente de caução. **Artigo 19** Em caso de impedimento ou ausência temporária do Diretor Executivo, o Vice Diretor Executivo será seu substituto. Nos impedimentos ou ausências temporárias de qualquer outro Diretor, compete ao Diretor Executivo indicar, entre os Diretores, um substituto que acumulará interinamente as funções do Diretor impedido. **Parágrafo 1º** Ocorrendo vaga na Diretoria, proceder-se-á à mesma forma estabelecida neste artigo, perdurando a substituição interina até o provimento definitivo do cargo pelo Conselho de Administração, sendo o substituto eleito pelo prazo do mandato do substituído. **Parágrafo 2º** Além dos casos de morte ou renúncia, considerar-se-á vago o cargo do Diretor que, sem justa causa, deixar de exercer suas funções por 30 (trinta) dias consecutivos. **Artigo 20** A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada, por escrito, por qualquer de seus membros, com 03 (três) dias de antecedência. É dispensado o interregno de 03 (três) dias quando a Diretoria se reunir com a presença, ou representação, de todos os seus membros em exercício. **Parágrafo 1º** Em todas as reuniões da Diretoria, é admitido que o Diretor ausente seja representado por um de seus pares, seja para formação de "quórum", seja para votação. Sem prejuízo, também são admitidos votos por carta, telegrama, fax e e-mail, quando recebidos na sede social até o momento da reunião. **Parágrafos 2º** Nas reuniões da Diretoria, as deliberações serão tomadas por maioria de votos e constarão de atas lavradas e assinadas no livro próprio. Em caso de empate, a matéria será submetida à Assembleia Geral. **Artigo 21** Além dos que forem necessários à realização dos fins sociais, a Diretoria fica investida de poderes para transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, confessar dívidas e fazer acordos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, nas condições deste estatuto. **Artigo 22** Compete especialmente à Diretoria, observando a competência do Conselho de Administração: a) apresentar à Assembleia Geral o Relatório da Diretoria e as demonstrações financeiras previstas em lei, depois de submetidas ao parecer do Conselho Fiscal, se em operação; b) deliberar sobre a instalação, transferência ou extinção de filiais, agências, escritórios ou outras dependências da Companhia; c) propor à Assembleia Geral a destinação dos lucros do exercício e a distribuição de juros sobre o capital próprio ou de dividendos intermediários, observadas as disposições legais e as deste estatuto; e d) representar a Companhia ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, respeitadas as condições do artigo 23, infra. **Parágrafo Único** Compete ao Diretor Executivo: a) a supervisão geral e a coordenação das áreas econômicas, financeira, comercial e administrativa, de forma a assegurar o desenvolvimento normal das atividades sociais; b) a supervisão do desempenho da infraestrutura organizacional e da política de pessoal; c) a coordenação da programação de investimentos, projeção e controle de receitas e despesas, quadro de pessoal e estudos de mercado; d) a supervisão e controle das contas bancárias e da aplicação dos recursos financeiros disponíveis no mercado de capitais; e) fixação das metas comerciais e o estabelecimento das práticas comerciais a serem adotadas, definindo os contratos comerciais a serem celebrados e a contratação e/ou dispensa de distribuidores e representantes comerciais; e f) a coordenação de compras e almoxarifado, de exportação de mercadorias e de importação de matérias primas. **Artigo 23** A Companhia considerará-se-á obrigada quando representada: a) isoladamente pelo Diretor Executivo; b) conjuntamente por dois Diretores; c) por um Diretor em conjunto com um procurador ou por dois procuradores, de acordo com os poderes conferidos nos respectivos instrumentos de mandato, observado o disposto no parágrafo 1º, infra; ou d) isoladamente por um Diretor ou um procurador, de acordo com a extensão dos poderes que lhe houverem sido conferidos, observado o disposto no parágrafo 2º, infra. **Parágrafo 1º** Na constituição de procuradores, a Companhia deverá ser necessariamente representada por dois Diretores em conjunto. **Parágrafo 2º** A representação da Companhia por um só Diretor ou procurador está limitada aos seguintes atos: a) endosso de cheques, duplicatas ou ordens de pagamento em favor de estabelecimentos bancários, para efeito de depósito, desconto, caução ou cobrança, inclusive para assinar os respectivos contratos, propostas e "bordeaux"; b) representação perante quaisquer repartições públicas, federais, estaduais e municipais, Banco Central do Brasil, Banco do Brasil, inclusive Departamento do Comércio Exterior, Carteira de Câmbio e quaisquer outras, Secretaria da Receita Federal, Secretaria da Fazenda, autarquias e Correios e Telégrafos; e c) representação perante a Justiça do Trabalho e Sindicatos, inclusive para matéria de admissão, suspensão ou demissão de empregados e/ou acordos trabalhistas. **Parágrafo 3º** Salvo quando para fins judiciais, todos os demais mandatos outorgados pela Companhia terão prazo de vigência determinado, não superior a um ano. **Artigo 24** Em operações estranhas aos negócios e objetivos sociais, é vedado aos Diretores concederem fianças ou avais em nome da Companhia, bem como contraírem obrigações de qualquer natureza, respondendo cada um delas pessoalmente pela infringência deste artigo. **Capítulo V. Do Conselho Fiscal. Artigo 25** A Companhia não terá Conselho Fiscal permanente, sendo que este somente se instalará a pedido de acionistas que preencham os requisitos previstos no artigo 161 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 26** O Conselho Fiscal será composto de 03 (três) a 05 (cinco) membros e de suplentes em igual número. A remuneração dos Conselheiros Fiscais será determinada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o limite mínimo estabelecido no artigo 162, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo 1º** O Conselho Fiscal terá os poderes e atribuições determinados pela Lei nº 6.404/76. **Parágrafo 2º** Nos impedimentos ou ausências de membros do Conselho Fiscal, estes serão substituídos pelos respectivos suplentes. **Capítulo VI. Do Exercício Social e Distribuição de Lucros. Artigo 27** O exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na legislação comercial e fiscal. **Artigo 28** A Diretoria deverá submeter à Assembleia Geral juntamente com as Demonstrações Financeiras, a proposta de destinação do resultado do exercício, sendo que dos lucros líquidos, serão destinados: a) 5% (cinco por cento) para o Fundo de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social; b) a importância destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei nº 6.404/76; c) o saldo remanescente do lucro líquido, após a destinação prevista nos itens (a) e (b) anteriores, deverá ser destinado (i) à Reserva para Investimentos e Expansão ou (ii) de acordo com a proposta da administração sujeita a deliberação da Assembleia Geral. **Artigo 29** A Companhia terá uma reserva estatutária denominada "Reserva para Investimentos e Expansão", a qual tem como finalidade assegurar recursos suficientes para expandir as atividades e investimentos, bem como para subsidiar projetos para o desenvolvimento e aprimoramento das atividades da Companhia. **Parágrafo 1º** Efetivadas as destinações previstas nos itens (a) e (b) do artigo 28, acima, até 100% (cem por cento) do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício poderá ser destinado para a Reserva para Investimentos e Expansão. **Parágrafo 2º** Caso não utilizados ou aproveitados para a absorção de prejuízos acumulados, a Assembleia Geral poderá, a qualquer tempo, deliberar a distribuição dos valores contabilizados na Reserva para Investimentos e Expansão aos acionistas, como dividendos, bem como sua capitalização ou sua aplicação na recompra de ações para manutenção em tesouraria. **Parágrafo 3º** O saldo da Reserva para Investimentos e Projetos não poderá exceder o capital social, nem isoladamente, nem em conjunto com as demais reservas de lucros, com exceção das reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, conforme disposto no art. 199 da Lei nº 6.404/76. Ultrapassado esse limite, a Assembleia Geral deverá destinar o excesso para distribuição de dividendos aos acionistas, recompra de ações, integralização ou aumento do capital social. **Artigo 30** Em razão da natureza das atividades da Companhia, que necessita constantes reinvestimentos de capital próprio, os acionistas não farão jus ao recebimento de dividendo mínimo obrigatório. Na hipótese de este dispositivo vir a ser considerado nulo em juízo, fica estabelecido, para os fins previstos no caput do art. 202 da Lei nº 6.404/76, que os acionistas farão jus ao recebimento de dividendo mínimo obrigatório no valor de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do art. 202, inciso I, da Lei nº 6.404/76. **Artigo 31** A Diretoria poderá levantar balanços intermediários e declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, observadas as restrições legais. **Capítulo VII. Da Liquidação da Companhia. Artigo 32** A Companhia entrará em liquidação nos casos legais, cabendo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante que deverá atuar nesse período."

Arrow Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 43.076.082/0001-60 - NIRE: 35.300.172.124

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de maio de 2022

1. Data, Hora e Local: Aos 10 de maio de 2022, às 11h00, na sede da Arrow Brasil S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua José Gomes Falcão, nº 111, Parque Industrial Tomas Edson, São Paulo - SP, CEP: 01139-010 ("Companhia"). **2. Presença:** Presentes acionistas representando a totalidade do capital social, nos termos das assinaturas dispostas no Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Convocação:** Convocação prévia dispensada, em razão da presença de acionistas titulares de ações representativas da totalidade do capital social da Companhia, nos termos do Art. 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."). **4. Membros da Mesa:** José Alberto Rezende Caous - Presidente; Antonio Celso Dantas - Secretário. **5. Documentos Relevantes:** Todos os documentos apresentados durante a presente assembleia, referentes aos temas aqui discutidos foram autenticados pela mesa, arquivados na sede da Companhia, e uma cópia foi entregue aos acionistas. **6. Ordem do Dia:** Discutir e deliberar sobre: (i) Adequar o objeto social da matriz, acima qualificada e da filial inscrita no CNPJ sob nº 43.076.082/0008-37, localizada na Rua José Gomes Falcão, nº 111, Sala 05, Parque Industrial Tomas Edson, São Paulo - SP, CEP: 01139-010, para atender novos propósitos; **7. Deliberações:** Após extensivas discussões, os acionistas aprovaram de forma unânime as seguintes matérias: (i) Aprovam a adequação do objeto social para excluir as seguintes atividades da matriz, acima qualificada, de "Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras (CNAE 43.29-1-03), serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores (CNAE 45.20-0-03), desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis (CNAE 62.03-1-00), consultoria em tecnologia da informação (CNAE 62.04-0-00), tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação de hospedagem na internet (CNAE 63.11-9-00) e o aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios (CNAE 77.33-1-00)", excluir a atividade da filial 0008-37, acima qualificada, "Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos (CNAE 95.11-8-00)", e subsequentemente a alteração do Artigo 42 do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 4º** A Companhia tem por objeto: (i) Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; parte e peças CNAE 46.69-9-99 **(matriz e filial 0010-51)**, (ii) comércio atacadista de equipamentos de informática CNAE 46.51-6-01 **(matriz e filial 0010-51)**, (iii) comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação CNAE 46.52-4-00 **(matriz e filial 0010-51)**, (iv) comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática CNAE 47.51-2-01 **(matriz e filial 0010-51)**, (v) outras sociedades de participação, exceto holdings CNAE 64.63-8-00 **(matriz)**, (vi) atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários CNAE 74.90-1-04 **(matriz)**, (vii) treinamento em informática CNAE 85.99-6-03 **(matriz e filial 0008-37)**, (viii) reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos CNAE 85.11-8-00 **(matriz)**, (ix) preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente CNAE 82.19-9-99 **(filial 0007-56)**, (x) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis CNAE 62.03-1-00 **(filial 0008-37)**, (xi) consultoria em tecnologia da informação CNAE 62.04-0-00 **(filial 0008-37)**, (xii) suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação CNAE 62.09-1-00 **(filial 0008-37)**, (xiii) tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet CNAE 63.11-9-00 **(filial 0008-37)**, (xiv) encerramento: Nada mais a tratar, a Assembleia Geral foi suspensa pelo tempo necessário para preparar a presente ata, a qual foi lida e aprovada pela unanimidade dos presentes, assinada por todos, e lavrada no livro de registro de atas de assembleia geral da Companhia. **9. Acionistas Presentes:** Arrow Electronics, Inc. (p.p. José Alberto Rezende Caous); e Christopher David Stansbury (p.p. José Alberto Rezende Caous). Esta ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. São Paulo, 10 de maio de 2022. JUCESP nº 312.683/22-4 em 20/06/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Arrow Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 43.076.082/0001-60 - NIRE 35.300.172.124

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de junho de 2021

1. Data, Hora e Local: 25 de junho de 2021, às 10 horas, na sede social da Arrow Brasil S.A. ("Companhia"), localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua José Gomes Falcão, 111, Barra Funda, CEP 01139-010. **2. Mesa:** Sr. José Alberto Rezende Caous como Presidente e Sr. Antonio Celso Dantas como Secretário. **3. Convocação e Presença:** convocação prévia dispensada, em razão da presença de acionistas titulares de ações representativas da totalidade do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/1976. **4. Ordem do Dia:** deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 13 do Estatuto Social e do artigo 146, § 2º, da Lei nº 6.404/1976. **5. Deliberações:** os acionistas titulares da totalidade do capital social da Companhia, por unanimidade e sem ressalvas, decidem: **5.1.** (i) aceitar a renúncia do Sr. Alan Chan, cidadão estadunidense, casado, advogado, portador do passaporte estadunidense nº 591905914, residente e domiciliado em Englewood, Colorado, 6188 S. Moline Ct., Código Postal 80111, Estados Unidos da América; (ii) eleger o Sr. James William Sytsma, americano, solteiro, advogado, portador do passaporte Americano nº 561510731, com escritório em Centennial, Colorado, na 9201 E Dry Creek Rd, Código Postal 80112, Estados Unidos da América; (iii) reeleger o Sr. Christopher David Stansbury, cidadão estadunidense, casado, administrador, portador do passaporte estadunidense nº 530933446, inscrito no CPF/ME sob o nº 709.660.091-42, residente e domiciliado em Greenwood Village, Estado do Colorado, 5151 Steele St., Código Postal nº 80121, Estados Unidos da América; e (iv) reeleger o Sr. John Alan Bird, cidadão estadunidense, casado, administrador, portador do passaporte estadunidense nº 210329336, residente e domiciliado na cidade de Parker, Estado do Colorado, na 8881 Windhaven Drive, Código Postal nº 80134, Estados Unidos da América. **6. Declaração de Desimpedimento:** os Srs. James William Sytsma, Christopher David Stansbury e John Alan Bird declaram, neste ato, que não estão impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do art. 147, §1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **7. Documentos Arquivados na Sede Social:** procurações e demais documentos de interesse social permanente arquivados na sede social. **8. Encerramento:** encerradas as discussões, o presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, não havendo manifestação, foram encerrados os trabalhos, dos quais foi lavrada esta ata, que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada e lavrada no livro de registro de atas de assembleia geral da Companhia. Acionistas presentes: Arrow Electronics, Inc. (p.p. José Alberto Rezende Caous); e Christopher David Stansbury (p.p. José Alberto Rezende Caous). Esta ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. São Paulo, 25 de junho de 2021. JUCESP nº 405.693/21-7 em 24/08/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Arrow Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 43.076.082/0001-60 - NIRE 35.300.172.124

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de maio de 2021

1. Data, Hora e Local: 28 de maio de 2021, às 10 horas, na sede social da Arrow Brasil S.A. ("Companhia"), localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua José Gomes Falcão, 111, Barra Funda, CEP 01139-010. **2. Mesa:** Sr. José Alberto Rezende Caous como Presidente e Sr. Antonio Celso Dantas como Secretário. **3. Convocação e Presença:** convocação prévia dispensada, em razão da presença de acionistas titulares de ações representativas da totalidade do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/1976. **4. Ordem do Dia:** deliberar sobre a reeleição dos membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 13 do Estatuto Social e do artigo 146, § 2º, da Lei nº 6.404/1976. **5. Deliberações:** os acionistas titulares da totalidade do capital social da Companhia, por unanimidade e sem ressalvas: **5.1.** (i) reeleger o Sr. Alan Chan, cidadão estadunidense, casado, advogado, portador do passaporte estadunidense nº 591905914, residente e domiciliado em Englewood, Colorado, 6188 S. Moline Ct., Código Postal 80111, Estados Unidos da América; (ii) reeleger o Sr. Christopher David Stansbury, cidadão estadunidense, casado, administrador, portador do passaporte estadunidense nº 530933446, inscrito no CPF/ME sob o nº 709.660.091-42, residente e domiciliado em Greenwood Village, Estado do Colorado, 5151 Steele St., Código Postal nº 80121, Estados Unidos da América; e (iii) reeleger o Sr. John Alan Bird, cidadão estadunidense, casado, administrador, portador do passaporte estadunidense nº 210329336, residente e domiciliado na cidade de Parker, Estado do Colorado, na 8881 Windhaven Drive, Código Postal nº 80134, Estados Unidos da América. **6. Declaração de Desimpedimento:** os Srs. Alan Chan, Christopher David Stansbury e John Alan Bird declaram, neste ato, que não estão impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do art. 147, §1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **7. Documentos Arquivados na Sede Social:** procurações e demais documentos de interesse social permanente arquivados na sede social. **8. Encerramento:** encerradas as discussões, o presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, não havendo manifestação, foram encerrados os trabalhos, dos quais foi lavrada esta ata, que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada e lavrada no livro de registro de atas de assembleia geral da Companhia. Acionistas presentes: Arrow Electronics, Inc. (p.p. José Alberto Rezende Caous); e Christopher David Stansbury (p.p. José Alberto Rezende Caous). Esta ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. São Paulo, 28 de maio de 2021. JUCESP nº 371.158/21-7 em 05/08/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/05/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Arrow Brasil S.A.

CNPJ nº 43.076.082/0001-60 - NIRE 35.300.172.124

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 01 de fevereiro de 2023

1. Data, Hora e Local: 01 de fevereiro de 2023, às 9h00, na sede social da Arrow Brasil S.A. ("Companhia"), localizada na Capital do Estado de São Paulo, na Via Anhanguera, S/N, Jardim Jaraguá, CEP 05275-000, Unidade 34 do Centro Logístico Anhanguera. 2. Mesa: Antonio Celso Dantas - Presidente, Fernanda Alves Ferreira Suarez - Secretária. 3. Convocação e Presença: convocação prévia dispensada, em razão da presença de acionistas titulares de ações representativas da totalidade do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"). Presente, ainda, para os fins do disposto no art. 134, § 1º da Lei nº 6.404/76, o Sr. Antonio Celso Dantas, Diretor da Companhia. 4. Publicações: as demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31.12.2018, 31.12.2019 e 31.12.2020 foram publicadas no jornal Gazeta de São Paulo em 3 de agosto de 2022 (página A7 - Versão Impressa). Os acionistas expressamente dispensaram o cumprimento do prazo de publicação, conforme previsto no art. 133, §4º, da Lei nº 6.404/76. Cópia das demonstrações financeiras estão sobre a mesa diretora dos trabalhos, à disposição dos acionistas. 5. Ordem do Dia: Examinar, discutir e deliberar sobre: 5.1. Em Assembleia Geral Ordinária: (i) as contas dos administradores, as demonstrações financeiras da Companhia e o relatório da administração referentes aos exercícios sociais encerrados em 31.12.2018, 31.12.2019 e 31.12.2020; e (ii) a destinação dos resultados dos exercícios sociais encerrados em 31.12.2018, 31.12.2019 e 31.12.2020; (iii) a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia. 5.2. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) a alteração e/ou complementação das disposições do Capítulo IV (Administração da Companhia) do Estatuto Social; e (ii) a consolidação do Estatuto Social. 6. Deliberações: Após colocadas as matérias em discussão e deliberação, os acionistas presentes, por unanimidade de votos, com exceção dos legalmente impedidos, deliberaram por: 1. Em Assembleia Geral Ordinária: 6.1. Aprovar, integralmente e sem ressalvas, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31.12.2018, 31.12.2019 e 31.12.2020. As contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas com ressalvas e/ou reservas pela unanimidade dos acionistas da Companhia, conforme previsto no Item 6(f) da Ata de Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 28 de janeiro de 2020, e tais ressalvas e/ou reservas permanecem vigentes, não sendo superadas nem alteradas pelas deliberações ora tomadas. 6.2. Em razão da apuração de prejuízos nos exercícios sociais encerrados em 31.12.2018, 31.12.2019 e 31.12.2020, a totalidade do prejuízo dos referidos exercícios foi destinada para a conta de prejuízos acumulados. 6.3. Aprovar a eleição dos seguintes membros do Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, a contar desta data, nos termos do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia, permanecendo em seus cargos, nos termos do §4º do artigo 150, da Lei nº 6.404/76, até a eleição e posse de seus substitutos: (i) Gary Lee Cantor, americano, casado, administrador, portador do passaporte americano nº 643047249, com escritório em Centennial, Colorado, na 9201 E Dry Creek Rd, Código Postal 80112, Estados Unidos da América, tendo sido nomeado como Presidente do Conselho de Administração; (ii) Stephanie Dura, canadense, casada, portadora do passaporte nº HM431501, com escritório em Centennial, Colorado, na 9201 E Dry Creek Rd, Código Postal 80112, Estados Unidos da América; e (iii) Rick Seiditz, americano, casado, diretor financeiro, portador do passaporte americano nº 665759933, com escritório em Centennial, Colorado, na 9201 E Dry Creek Rd, Código Postal 80112, Estados Unidos da América, que assumem seus cargos de acordo com os Termos de Posse que integram o Anexo I a esta ata. 6.4. Ratificar a remuneração dos administradores paga pela Companhia ao longo dos exercícios de 2018, 2019 e 2020. II. Em Assembleia Geral Extraordinária: 6.5. Alterar e/ou complementar as disposições do Capítulo IV (Administração da Companhia) do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Capítulo IV. Da Administração da Companhia. Artigo 13. A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. O Conselho de Administração será composto por 3 (três) membros, acionistas ou não, residentes ou não no país, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos. A Assembleia Geral escolherá, dentre os membros do Conselho de Administração, o Presidente. §1º A investidura no cargo de conselheiro de administração far-se-á por termo lavrado e assinado no livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, independentemente de caução. Artigo 14. O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocados, por escrito, por um de seus membros, com 5 (cinco) dias de antecedência. É dispensado o interregno de 5 (cinco) dias quando o Conselho de Administração se reunir com a presença, ou representação, de todos os seus membros em exercício. §1º Nas reuniões do Conselho de Administração, as deliberações serão tomadas por maioria de votos, e constarão de atas lavradas e assinadas no livro próprio. Em caso de empate, a matéria será submetida à Assembleia Geral. §2º Em todas as reuniões do Conselho de Administração é admitido que o membro do Conselho de Administração ausente seja representado por um de seus pares, seja para formação de "quórum", seja para votação. Sem prejuízo, também são admitidos votos por carta ou e-mail, quando recebidos na sede social até o momento da reunião. Os conselheiros também poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação eletrônico que permita a identificação do participante, sendo considerados presentes à reunião. Artigo 15. Compete especialmente ao Conselho de Administração: a) convocar as assembleias gerais; b) fixar a orientação geral dos negócios sociais; c) eleger e destituir os Diretores da Companhia; d) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando a qualquer tempo os livros e documentos da Companhia e solicitando informações sobre atos da administração; e) manifestar-se previamente sobre o relatório da administração e contas da Diretoria; f) escolher e destituir os auditores independentes; g) manifestar-se sobre as propostas e recomendações da Diretoria a serem submetidas à Assembleia Geral; e h) decidir quaisquer questões extraordinárias relativas à Companhia. Artigo 16. A Diretoria será composta por 2 (dois) a 4 (quatro) Diretores, sendo 1 (um) Diretor Executivo, 1 (um) Vice Diretor Executivo e 2 (dois) Diretores sem designação específica, acionistas ou não, residentes ou não no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, que também fixará seus honorários. Artigo 17. O prazo de mandato dos Diretores, que são reeligíveis, é de 3 (três) anos, mas qualquer que seja a data de eleição, os mandatos dos Diretores terminarão na data da Assembleia Geral que examinar as contas do exercício social de suas gestões; outrossim, mesmo quando vencidos os respectivos mandatos, os Diretores continuarão no exercício de seus cargos até a eleição e posse dos novos Diretores. Artigo 18. A investidura no cargo de Diretor far-se-á por termo lavrado e assinado no livro de Atas de Reuniões da Diretoria, independentemente de caução. Artigo 19. Havendo vacância em cargo da Diretoria, deverá ser convocada uma reunião do Conselho de Administração para provimento do cargo vago, servindo o substituto então eleito até o término do mandato do substituído. Artigo 20. A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada, por escrito, por qualquer de seus membros, com 03 (três) dias de antecedência. É dispensado o interregno de 03 (três) dias quando a Diretoria se reunir com a presença, ou representação, de todos os seus membros em exercício. §1º. Em todas as reuniões da Diretoria, é admitido que o Diretor ausente seja representado pelo outro Diretor, seja para formação de "quórum", seja para votação. Sem prejuízo, também são admitidos votos por carta ou e-mail, quando recebidos na sede social até o momento da reunião. Os Diretores também poderão participar das reuniões por intermédio de conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação eletrônico que permita a perfeita identificação do participante. Parágrafos 2º Nas reuniões da Diretoria, as deliberações serão tomadas por unanimidade e constarão de atas lavradas e assinadas no livro próprio. Caso não haja consenso, a matéria será submetida ao Conselho de Administração. Artigo 21. Além dos que forem necessários à realização dos fins sociais, a Diretoria fica investida de poderes para transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, confessar dívidas e fazer acordos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, nas condições deste estatuto. Artigo 22. Compete especialmente à Diretoria, observando a competência do Conselho de Administração: a) apresentar à Assembleia Geral o Relatório da Diretoria e as demonstrações financeiras previstas em lei, depois de submetidas ao parecer do Conselho Fiscal, se em operação. b) deliberar sobre a instalação, transferência ou extinção de filiais, agências, escritórios ou outras dependências da Companhia; c) propor à Assembleia Geral a destinação dos lucros do exercício e a distribuição de juros sobre o capital próprio ou de dividendos intermediários, observadas as disposições legais e as deste estatuto; e d) representar a Companhia ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, respeitadas as condições do artigo 23, infra. §1º Compete ao Diretor Executivo: a) a supervisão geral e a coordenação das áreas econômicas, financeira, comercial e administrativa, de forma a assegurar o desenvolvimento normal das atividades sociais; b) a supervisão do desempenho da infraestrutura organizacional e da política de pessoal; c) a coordenação da programação de investimentos, projeção e controle de receitas e despesas, quadro de pessoal e estudos de mercado; d) a supervisão e controle das contas bancárias e da aplicação dos recursos financeiros disponíveis no mercado de capitais; e) fixação das metas comerciais e o estabelecimento das práticas comerciais a serem adotadas, definindo os contratos comerciais a serem celebrados e a contratação e/ou dispensa de distribuidores e representantes comerciais; e f) a coordenação de compras e almoxarifado, de exportação de mercadorias e de importação de matérias primas. Artigo 23. A Companhia considerará-se obrigada quando representada: a) isoladamente pelo Diretor Executivo; b) conjuntamente por dois Diretores; c) por um Diretor sem designação específica em conjunto com um procurador ou por dois procuradores, de acordo com os poderes conferidos nos respectivos instrumentos de mandato, observado o disposto no §1º, infra; ou d) isoladamente por um Diretor sem designação específica ou um procurador, de acordo com a extensão dos poderes que lhe houverem sido conferidos, observado o disposto no §2º, infra. §1º Na constituição de procuradores (i) a Companhia poderá ser representada isoladamente pelo Diretor sem designação específica para praticar os atos previstos no §2º abaixo; e (ii) para outorgar poderes para praticar os demais atos, a Companhia deverá ser representada necessariamente pelo Diretor Executivo. §2º A representação da Companhia isoladamente pelo Diretor sem designação específica ou por 1 (um) procurador, nos termos da representação prevista no item "d" acima, está limitada aos seguintes atos: a) endosso de duplicatas ou ordens de pagamento em favor de estabelecimentos bancários, para efeito de depósito, desconto, caução ou cobrança, inclusive para assinar os respectivos contratos, propostas e "bordaxes"; b) representação perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais e municipais, Banco Central do Brasil, Caixa Econômica Federal, inclusive Ministério do Comércio Exterior e suas Secretarias e departamentos, Secretaria da Receita Federal, Secretaria da Fazenda, autarquias e Correios e Telégrafos; e c) representação perante a Justiça do Trabalho e Sindicatos, inclusive para matéria de admissão, suspensão ou demissão de empregados e/ou acordos trabalhistas. §3º Salvo quando para fins judiciais, todos os demais mandatos outorgados pela Companhia terão prazo de vigência determinado, não superior a um ano. Artigo 24. Em operações estranhas aos negócios e objetivos sociais, é vedado aos Diretores ou a quaisquer procuradores concederem fianças ou avais em nome da Companhia, bem como contraiem obrigações de qualquer natureza, respondendo cada um deles pessoalmente pela infringência deste artigo. Capítulo V. Do Conselho Fiscal. Artigo 25. A Companhia não terá Conselho Fiscal permanente, sendo que este somente se instalará a pedido de acionistas que preencham os requisitos previstos no artigo 161 da Lei nº 6.404/76. Artigo 26. O Conselho Fiscal será composto de 03 (três) a 05 (cinco) membros e de suplentes em igual número. Remuneração dos Conselheiros Fiscais será determinada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o limite máximo estabelecido no artigo 162, §3º, da Lei nº 6.404/76. §1º O Conselho Fiscal terá os poderes e atribuições determinados pela Lei nº 6.404/76. §2º Nos impedimentos ou ausências de membros do Conselho Fiscal, estes serão substituídos pelos respectivos suplentes. Capítulo VI. Do Exercício Social e Distribuição de Lucros. Artigo 27. O exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na legislação comercial e fiscal. Artigo 28. A Diretoria deverá submeter à Assembleia Geral juntamente com as Demonstrações Financeiras, a proposta de destinação do resultado do exercício, sendo que dos lucros líquidos, serão destinados: a) 5% (cinco por cento) para o Fundo de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social; b) a importância destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei nº 6.404/76; c) o saldo remanescente do lucro líquido, após a destinação prevista nos itens (a) e (b) anteriores, deverá ser destinado (i) à Reserva para Investimentos e Expansão ou (ii) de acordo com a proposta da administração sujeita à deliberação da Assembleia Geral. Artigo 29. A Companhia terá uma reserva estatutária denominada "Reserva para Investimentos e Expansão", a qual tem como finalidade assegurar recursos suficientes para expandir as atividades e investimentos, bem como para subsidiar projetos para o desenvolvimento e aprimoramento das atividades da Companhia. §1º Efetivadas as destinações previstas nos itens (a) e (b) do artigo 28, acima, até 100% (cem por cento) do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício poderá ser destinado para a Reserva para Investimentos e Expansão. §2º Caso não utilizados ou aproveitados para a absorção de prejuízos acumulados, a Assembleia Geral poderá, a qualquer tempo, deliberar a distribuição dos valores contabilizados na Reserva para Investimentos e Expansão aos acionistas, como dividendos, bem como sua capitalização ou sua aplicação na compra de ações para manutenção em tesouraria. §3º O saldo da Reserva para Investimentos e Projetos não poderá exceder o capital social, nem isoladamente, nem em conjunto com as demais reservas de lucros, com exceção das reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, conforme disposto no art. 199 da Lei nº 6.404/76. Ultrapassado esse limite, a Assembleia Geral deverá destinar o excesso para distribuição de dividendos aos acionistas, recompra de ações, integralização ou aumento do capital social. Artigo 30. Em razão da natureza das atividades da Companhia, que necessita constantes reinvestimentos de capital próprio, os acionistas não farão jus ao recebimento de dividendo mínimo obrigatório. Na hipótese de este dispositivo vir a ser considerado nulo em juízo, fica estabelecido, para os fins previstos no caput do art. 202 da Lei nº 6.404/76, que os acionistas farão jus ao recebimento de dividendo mínimo obrigatório no valor de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do art. 202, inciso I, da Lei nº 6.404/76. Artigo 31. A Diretoria poderá levantar balanços intermediários e declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, observadas as restrições legais. Capítulo VII. Da Liquidação da Companhia. Artigo 32. A Companhia entrará em liquidação nos casos legais, cabendo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante que deverá atuar nesse período. São Paulo, 01 de fevereiro de 2023.

distas de equipamentos de informática CNAE 46.51-6-01; (iii) comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação CNAE 46.52-4-00; (iv) comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática CNAE 47.51-2-01; (v) outras sociedades de participação, exceto holdings CNAE 64.63-8-00; (vi) atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários CNAE 74.90-1-04; (vii) treinamento em informática CNAE 85.99-6-03; (viii) reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos CNAE 95.11-8-00; (ix) preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente CNAE 82.19-9-99; (x) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis CNAE 62.03-1-00; (xi) consultoria em tecnologia da informação CNAE 62.04-0-00; (xii) suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação CNAE 62.09-1-00; (xiii) tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet CNAE 63.11-9-00. Capítulo II. Do Capital e das Ações. Artigo 5º O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 82.178.413,00 (oitenta e dois milhões, cento e setenta e oito mil, quatrocentos e treze reais), dividido em 212.371.286 (duzentos e doze milhões, trezentas e setenta e uma mil, duzentas e oitenta e seis) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. Artigo 6º A Assembleia Geral poderá a qualquer tempo criar ações preferenciais ou aumentar o número de ações preferenciais existentes, sem guardar a proporção existente entre as espécies, observada a proporção entre ações ordinárias e preferenciais prevista na Lei nº 6404/76 e as normas deste estatuto. Artigo 7º A cada ação ordinária corresponde 1 (um) voto nas deliberações tomadas em Assembleias Gerais. Artigo 8º A ação é indivisível em relação à Companhia. Artigo 9º As ações não serão representadas por cautelares, presumindo-se a respectiva propriedade pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas. Capítulo III. Das Assembleias Gerais. Artigo 10 A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, em um dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim exigirem, guardados os preceitos de direito nas respectivas convocações, que serão feitas por qualquer membro do Conselho de Administração. Artigo 11 A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Diretor Executivo ou, na sua ausência, por qualquer Diretor. Caberá ao presidente da Assembleia Geral a designação do secretário. Artigo 12 As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos, ressalvadas as exceções previstas em lei. Capítulo IV. Da Administração da Companhia. Artigo 13 A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. O Conselho de Administração será composto por 3 (três) membros, acionistas ou não, residentes ou não no país, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos. A Assembleia Geral escolherá, dentre os membros do Conselho de Administração, o Presidente. §1º A investidura no cargo de conselheiro de administração far-se-á por termo lavrado e assinado no livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, independentemente de caução. Artigo 14 O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocados, por escrito, por um de seus membros, com 5 (cinco) dias de antecedência. É dispensado o interregno de 5 (cinco) dias quando o Conselho de Administração se reunir com a presença, ou representação, de todos os seus membros em exercício. §12 Nas reuniões do Conselho de Administração, as deliberações serão tomadas por maioria de votos, e constarão de atas lavradas e assinadas no livro próprio. Em caso de empate, a matéria será submetida à Assembleia Geral. §2º Em todas as reuniões do Conselho de Administração é admitido que o membro do Conselho de Administração ausente seja representado por um de seus pares, seja para formação de "quórum", seja para votação. Sem prejuízo, também são admitidos votos por carta ou e-mail, quando recebidos na sede social até o momento da reunião. Os conselheiros também poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação eletrônico que permita a identificação do participante, sendo considerados presentes à reunião. Artigo 15 Compete especialmente ao Conselho de Administração a) convocar as assembleias gerais; b) fixar a orientação geral dos negócios sociais; c) eleger e destituir os Diretores da Companhia; d) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando a qualquer tempo os livros e documentos da Companhia e solicitando informações sobre atos da administração; e) manifestar-se previamente sobre o relatório da administração e contas da Diretoria; f) escolher e destituir os auditores independentes; g) manifestar-se sobre as propostas e recomendações da Diretoria a serem submetidas à Assembleia Geral; e h) decidir quaisquer questões extraordinárias relativas à Companhia. Artigo 16 A Diretoria será composta por 2 (dois) a 4 (quatro) Diretores, sendo 1 (um) Diretor Executivo, 1 (um) Vice Diretor Executivo e 2 (dois) Diretores sem designação específica, acionistas ou não, residentes ou não no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, que também fixará seus honorários. Artigo 17 O prazo de mandato dos Diretores, que são reeligíveis, é de 3 (três) anos, mas qualquer que seja a data de eleição, os mandatos dos Diretores terminarão na data da Assembleia Geral que examinar as contas do exercício social de suas gestões; outrossim, mesmo quando vencidos os respectivos mandatos, os Diretores continuarão no exercício de seus cargos até a eleição e posse dos novos Diretores. Artigo 18 A investidura no cargo de Diretor far-se-á por termo lavrado e assinado no livro de Atas de Reuniões da Diretoria, independentemente de caução. Artigo 19 Havendo vacância em cargo da Diretoria, deverá ser convocada uma reunião do Conselho de Administração para provimento do cargo vago, servindo o substituto então eleito até o término do mandato do substituído. Artigo 20 A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada, por escrito, por qualquer de seus membros, com 03 (três) dias de antecedência. É dispensado o interregno de 03 (três) dias quando a Diretoria se reunir com a presença, ou representação, de todos os seus membros em exercício. §1º Em todas as reuniões da Diretoria, é admitido que o Diretor ausente seja representado pelo outro Diretor, seja para formação de "quórum", seja para votação. Sem prejuízo, também são admitidos votos por carta ou e-mail, quando recebidos na sede social até o momento da reunião. Os Diretores também poderão participar das reuniões por intermédio de conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação eletrônico que permita a perfeita identificação do participante. Parágrafos 2º Nas reuniões da Diretoria, as deliberações serão tomadas por unanimidade e constarão de atas lavradas e assinadas no livro próprio. Caso não haja consenso, a matéria será submetida ao Conselho de Administração. Artigo 21 Além dos que forem necessários à realização dos fins sociais, a Diretoria fica investida de poderes para transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, confessar dívidas e fazer acordos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, nas condições deste estatuto. Artigo 22 Compete especialmente à Diretoria, observando a competência do Conselho de Administração: a) apresentar à Assembleia Geral o Relatório da Diretoria e as demonstrações financeiras previstas em lei, depois de submetidas ao parecer do Conselho Fiscal, se em operação; b) deliberar sobre a instalação, transferência ou extinção de filiais, agências, escritórios ou outras dependências da Companhia; c) propor à Assembleia Geral a destinação dos lucros do exercício e a distribuição de juros sobre o capital próprio ou de dividendos intermediários, observadas as disposições legais e as deste estatuto; e d) representar a Companhia ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, respeitadas as condições do artigo 23, infra. §1º Compete ao Diretor Executivo: a) a supervisão geral e a coordenação das áreas econômicas, financeira, comercial e administrativa, de forma a assegurar o desenvolvimento normal das atividades sociais; b) a supervisão do desempenho da infraestrutura organizacional e da política de pessoal; c) a coordenação da programação de investimentos, projeção e controle de receitas e despesas, quadro de pessoal e estudos de mercado; d) a supervisão e controle das contas bancárias e da aplicação dos recursos financeiros disponíveis no mercado de capitais; e) fixação das metas comerciais e o estabelecimento das práticas comerciais a serem adotadas, definindo os contratos comerciais a serem celebrados e a contratação e/ou dispensa de distribuidores e representantes comerciais; e f) a coordenação de compras e almoxarifado, de exportação de mercadorias e de importação de matérias primas. Artigo 23 A Companhia considerará-se obrigada quando representada: a) isoladamente pelo Diretor Executivo; b) conjuntamente por dois Diretores; c) por um Diretor sem designação específica em conjunto com um procurador ou por dois procuradores, de acordo com os poderes conferidos nos respectivos instrumentos de mandato, observado o disposto no §1º infra; ou d) isoladamente por um Diretor sem designação específica ou um procurador, de acordo com a extensão dos poderes que lhe houverem sido conferidos, observado o disposto no §2º, infra. §1º Na constituição de procuradores (i) a Companhia poderá ser representada isoladamente pelo Diretor sem designação específica para praticar os atos previstos no §2º abaixo; e (ii) para outorgar poderes para praticar os demais atos, a Companhia deverá ser representada necessariamente pelo Diretor Executivo. §2º A representação da Companhia isoladamente pelo Diretor sem designação específica ou por 1 (um) procurador, nos termos da representação prevista no item "d" acima, está limitada aos seguintes atos: a) endosso de duplicatas ou ordens de pagamento em favor de estabelecimentos bancários, para efeito de depósito, desconto, caução ou cobrança, inclusive para assinar os respectivos contratos, propostas e "bordaxes"; b) representação perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais e municipais, Banco Central do Brasil, Caixa Econômica Federal, inclusive Ministério do Comércio Exterior e suas Secretarias e departamentos, Secretaria da Receita Federal, Secretaria da Fazenda, autarquias e Correios e Telégrafos; e c) representação perante a Justiça do Trabalho e Sindicatos, inclusive para matéria de admissão, suspensão ou demissão de empregados e/ou acordos trabalhistas. §3º Salvo quando para fins judiciais, todos os demais mandatos outorgados pela Companhia terão prazo de vigência determinado, não superior a um ano. Artigo 24 Em operações estranhas aos negócios e objetivos sociais, é vedado aos Diretores ou a quaisquer procuradores concederem fianças ou avais em nome da Companhia, bem como contraiem obrigações de qualquer natureza, respondendo cada um deles pessoalmente pela infringência deste artigo. Capítulo V. Do Conselho Fiscal. Artigo 25 A Companhia não terá Conselho Fiscal permanente, sendo que este somente se instalará a pedido de acionistas que preencham os requisitos previstos no artigo 161 da Lei nº 6.404/76. Artigo 26 O Conselho Fiscal será composto de 03 (três) a 05 (cinco) membros e de suplentes em igual número. Remuneração dos Conselheiros Fiscais será determinada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o limite máximo estabelecido no artigo 162, §3º, da Lei nº 6.404/76. §1º O Conselho Fiscal terá os poderes e atribuições determinados pela Lei nº 6.404/76. §2º Nos impedimentos ou ausências de membros do Conselho Fiscal, estes serão substituídos pelos respectivos suplentes. Capítulo VI. Do Exercício Social e Distribuição de Lucros. Artigo 27 O exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na legislação comercial e fiscal. Artigo 28 A Diretoria deverá submeter à Assembleia Geral juntamente com as Demonstrações Financeiras, a proposta de destinação do resultado do exercício, sendo que dos lucros líquidos, serão destinados: a) 5% (cinco por cento) para o Fundo de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social; b) a importância destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei nº 6.404/76; c) o saldo remanescente do lucro líquido, após a destinação prevista nos itens (a) e (b) anteriores, deverá ser destinado (i) à Reserva para Investimentos e Expansão ou (ii) de acordo com a proposta da administração sujeita à deliberação da Assembleia Geral. Artigo 29 A Companhia terá uma reserva estatutária denominada "Reserva para Investimentos e Expansão", a qual tem como finalidade assegurar recursos suficientes para expandir as atividades e investimentos, bem como para subsidiar projetos para o desenvolvimento e aprimoramento das atividades da Companhia. §1º Efetivadas as destinações previstas nos itens (a) e (b) do artigo 28, acima, até 100% (cem por cento) do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício poderá ser destinado para a Reserva para Investimentos e Expansão. §2º Caso não utilizados ou aproveitados para a absorção de prejuízos acumulados, a Assembleia Geral poderá, a qualquer tempo, deliberar a distribuição dos valores contabilizados na Reserva para Investimentos e Expansão aos acionistas, como dividendos, bem como sua capitalização ou sua aplicação na compra de ações para manutenção em tesouraria. §3º O saldo da Reserva para Investimentos e Projetos não poderá exceder o capital social, nem isoladamente, nem em conjunto com as demais reservas de lucros, com exceção das reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, conforme disposto no art. 199 da Lei nº 6.404/76. Ultrapassado esse limite, a Assembleia Geral deverá destinar o excesso para distribuição de dividendos aos acionistas, recompra de ações, integralização ou aumento do capital social. Artigo 30 Em razão da natureza das atividades da Companhia, que necessita constantes reinvestimentos de capital próprio, os acionistas não farão jus ao recebimento de dividendo mínimo obrigatório. Na hipótese de este dispositivo vir a ser considerado nulo em juízo, fica estabelecido, para os fins previstos no caput do art. 202 da Lei nº 6.404/76, que os acionistas farão jus ao recebimento de dividendo mínimo obrigatório no valor de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do art. 202, inciso I, da Lei nº 6.404/76. Artigo 31 A Diretoria poderá levantar balanços intermediários e declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, observadas as restrições legais. Capítulo VII. Da Liquidação da Companhia. Artigo 32 A Companhia entrará em liquidação nos casos legais, cabendo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante que deverá atuar nesse período. São Paulo, 01 de fevereiro de 2023.



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/05/2026 ICP Brasil Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

Arrow Brasil S.A.

CNPJ nº 43.076.082/0001-60 - NIRE 35.300.172.124

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 5 de janeiro de 2024

1. **Data, Hora e Local:** 5 de janeiro de 2024, às 10h00, na sede social da Arrow Brasil S.A. ("Companhia"), localizada na Capital do Estado de São Paulo, na Via Anhanguera, S/N, Jardim Jaraguá, CEP 05275-000, Unidade 34 do Centro Logístico Anhanguera. 2. **Mesa:** Presidente: Antonio Celso Dantas; Secretária: Fernanda Alves Ferreira Suarez. 3. **Convocação e Presença:** convocação prévia dispensada, em razão da presença de acionistas titulares de ações representativas da totalidade do capital social da Companhia, nos termos do art. 124, §4º, da Lei nº 6.404/76...

ESTATUTO SOCIAL. **Capítulo I. Da Denominação, Sede, Prazo de Duração e Objeto.** Artigo 1º A Arrow Brasil S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações regida por este estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. Artigo 2º A Companhia tem sede e foro na Capital do Estado de São Paulo, Via Anhanguera, S/N, Jardim Jaraguá, Unidade 34 do Centro Logístico de Anhanguera, KM 15 Sul, Saída KM 16, CEP 05275-000. Parágrafo Único Por deliberação da diretoria, poderão ser instaladas, transferidas ou extintas filiais, escritórios, agências ou depósitos em qualquer ponto do território nacional ou no exterior. Artigo 3º O tempo de duração da Companhia é indeterminado. Artigo 4º A Companhia tem por objeto: (i) Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; parte e peças CNAE 46.69-9-99; (ii) comércio atacadista de equipamentos de informática CNAE 46.51-6-01; (iii) comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação CNAE 46.52-4-00; (iv) comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática CNAE 47.51-2-01; (v) outras sociedades de participação, exceto holdings CNAE 64.63-8-00; (vi) atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários CNAE 74.90-1-04; (vii) treinamento em informática CNAE 85.99-6-03; (viii) reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos CNAE 95.11-8-00; (ix) preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente CNAE 82.19-9-99; (x) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis CNAE 62.03-1-00; (xi) consultoria em tecnologia da informação CNAE 62.04-0-00; (xii) suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação CNAE 62.09-1-00; (xiii) tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet CNAE 63.11-9-00. Capítulo II. Do Capital e das Ações. Artigo 5º O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 82.178.413,00 (oitenta e dois milhões, cento e setenta e oito mil, quatrocentos e treze reais), dividido em 212.371.286 (duzentos e doze milhões, trezentas e setenta e uma mil, duzentas e oitenta e seis) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. Artigo 6º A Assembleia Geral poderá a qualquer tempo criar ações preferenciais ou aumentar o número de ações preferenciais existentes, sem guardar a proporção existente entre as espécies, observada a proporção entre ações ordinárias e preferenciais prevista na Lei nº 6404/76 e as normas deste estatuto. Artigo 7º A cada ação ordinária corresponde 1 (um) voto nas deliberações tomadas em Assembleias Gerais. Artigo 8º A ação é indivisível em relação à Companhia. Artigo 9º As ações não serão representadas por cautelares, presumindo-se a respectiva propriedade pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas. Capítulo III. Das Assembleias Gerais. Artigo 10 A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, em um dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim exigirem, guardados os preceitos de direito nas respectivas convocações, que serão feitas por qualquer membro do Conselho de Administração. Artigo 11 A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Diretor Executivo ou, na sua ausência, por qualquer Diretor. Cederá ao presidente da Assembleia Geral a designação do secretário. Artigo 12 As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos, ressalvadas as exceções previstas em lei. Capítulo IV. Da Administração da Companhia. Artigo 13 A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. O Conselho de Administração será composto por 3 (três) membros, acionistas ou não, residentes ou não no país, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos. A Assembleia Geral escolherá, dentre os membros do Conselho de Administração, o Presidente. Parágrafo Único A investidura no cargo de conselheiro de administração far-se-á por termo lavrado e assinado no livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, independentemente de caução. Artigo 14 O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado, por escrito, por um de seus membros, com 5 (cinco) dias de antecedência. É dispensado o interregno de 5 (cinco) dias quando o Conselho de Administração se reunir com a presença, ou representação, de todos os seus membros em exercício. Parágrafo 1º Nas reuniões do Conselho de Administração, as deliberações serão tomadas por maioria de votos, e constarão de atas lavradas e assinadas no livro próprio. Em caso de empate, a matéria será submetida à Assembleia Geral. Parágrafo 2º Em todas as reuniões do Conselho de Administração é admitido que o membro do Conselho de Administração ausente seja representado por um de seus pares, seja por formação de "quórum", seja para votação. Sem prejuízo, também são admitidos votos por carta ou e-mail, quando recebidos na sede social até o momento da reunião. Os Diretores também poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação eletrônico que permita a identificação do participante, sendo considerados presentes à reunião. Artigo 15 Compete especialmente ao Conselho de Administração: a) convocar as assembleias gerais; b) fixar a orientação geral dos negócios sociais; c) eleger e destituir os Diretores da Companhia; d) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando a qualquer tempo os livros e documentos da Companhia e solicitando informações sobre atos da administração; e) manifestar-se previamente sobre o relatório da administração e contas da Diretoria; f) escolher e destituir os auditores independentes; g) manifestar-se sobre as propostas e recomendações da Diretoria a serem submetidas à Assembleia Geral; e h) decidir quaisquer questões extraordinárias relativas à Companhia. Artigo 16 A Diretoria será composta por 2 (dois) a 4 (quatro) Diretores, sendo 1 (um) Diretor Executivo, 1 (um) Vice Diretor Executivo e 2 (dois) Diretores sem designação específica, acionistas ou não, residentes ou não no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, que também fixará seus honorários. Artigo 17 O prazo de mandato dos Diretores, que são reeleigíveis, é de 3 (três) anos, mas, qualquer que seja a data de eleição, os mandatos dos Diretores terminarão na data da Assembleia Geral que examinar as contas do exercício social de seus gestões; outrossim, mesmo quando vencidos os respectivos mandatos, os Diretores continuarão no exercício de seus cargos até a eleição e posse dos novos Diretores. Artigo 18 A investidura no cargo de Diretor far-se-á por termo lavrado e assinado no livro de Atas de Reuniões da Diretoria, independentemente de caução. Artigo 19 Havendo vacância em cargo da Diretoria, deverá ser convocada uma reunião do Conselho de Administração para provimento do cargo vago, servindo o substituto entre tanto eleito até o término do mandato do substituído. Artigo 20 A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada, por escrito, por qualquer de seus membros, com 03 (três) dias de antecedência. É dispensado o interregno de 03 (três) dias quando a Diretoria se reunir com a presença, ou representação, de todos os seus membros em exercício. Parágrafo 1º Em todas as reuniões da Diretoria, é admitido que o Diretor ausente seja representado pelo outro Diretor, seja para formação de "quórum", seja para votação. Sem prejuízo, também são admitidos votos por carta ou e-mail, quando recebidos na sede social até o momento da reunião. Os Diretores também poderão participar das reuniões por conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação eletrônica que permita a perfeita identificação do participante. Parágrafo 2º Nas reuniões da Diretoria, as deliberações serão tomadas por unanimidade e constarão de atas lavradas e assinadas no livro próprio. Caso não haja consenso, a matéria será submetida ao Conselho de Administração. Artigo 21 Além dos que forem necessários à realização dos fins sociais, a Diretoria fica investida de poderes para transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, confessar débitos e fazer acordos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, nas condições deste estatuto. Artigo 22 Compete especialmente à Diretoria, observando a competência do Conselho de Administração: a) apresentar à Assembleia Geral o Relatório da Diretoria e as demonstrações financeiras previstas em lei, depois de submetidas ao parecer do Conselho Fiscal, sem operação; b) deliberar sobre a instalação, transferência ou extinção de filiais, agências, escritórios ou outras dependências da Companhia; c) propor à Assembleia Geral a destinação dos lucros do exercício e a distribuição de juros sobre o capital próprio ou de dividendos intermediários, observadas as disposições legais e as deste estatuto; e d) representar a Companhia ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, respeitadas as condições do artigo 23, infra. Parágrafo Único Compete ao Diretor Executivo: a) a supervisão geral e a coordenação das áreas econômicas, financeira, comercial e administrativa, de forma a assegurar o desenvolvimento normal das atividades sociais; b) a supervisão do desempenho da infraestrutura organizacional e da política de pessoal; e) a coordenação da programação de investimentos, projeção e controle de receitas e despesas, quadro de pessoal e estudos de mercado; d) a supervisão e controle das contas bancárias e da aplicação dos recursos financeiros disponíveis no mercado de capitais; e) fixação das metas comerciais e o estabelecimento das práticas comerciais a serem adotadas, definindo os contratos comerciais a serem celebrados e a contratação e/ou dispensa de distribuidores e representantes comerciais; e f) a coordenação de compras e almoxarifado, de exportação de mercadorias e de importação de matérias primas. Artigo 23 A Companhia considerará-se obrigada quando representada: a) isoladamente pelo Diretor Executivo; b) conjuntamente por dois Diretores; c) por um Diretor em conjunto com um procurador ou por dois procuradores, de acordo com os poderes conferidos nos respectivos instrumentos de mandato, observado o disposto no parágrafo 1º, infra; ou d) isoladamente por um Diretor ou um procurador, de acordo com a extensão dos poderes que lhe houverem sido conferidos, observado o disposto no parágrafo 2º, infra. Parágrafo 1º Na constituição de procuradores, a Companhia deverá ser necessariamente representada por dois Diretores em conjunto. Parágrafo 2º A representação da Companhia por um só Diretor ou procurador está limitada aos seguintes atos: a) endosso de cheques, duplicatas ou "ordens de pagamento em favor de estabelecimentos bancários, para efeito de depósito, desconto, caução ou cobrança, inclusive para assinar os respectivos contratos, propostas e "bordeaux"; b) representação perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais e municipais, Banco Central do Brasil, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, inclusive Ministério do Comércio Exterior e suas Secretarias e departamentos, Secretaria da Receita Federal, Secretaria da Fazenda, autarquias e Correios e Telégrafos; e c) representação perante a Justiça do Trabalho e Sindicatos, inclusive para matéria de admissão, suspensão ou demissão de empregados e/ou acordos trabalhistas. Parágrafo 3º Salvo quando para fins judiciais, todos os demais mandatos outorgados pela Companhia terão prazo de vigência determinado, não superior a um ano. Artigo 24 Em operações estranhas aos negócios e objetivos sociais, é vedado aos Diretores ou a quaisquer procuradores concederem fianças ou avais em nome da Companhia, bem como contraírem obrigações de qualquer natureza, respondendo cada um deles pessoalmente pela infringência deste artigo. Capítulo V. Do Conselho Fiscal. Artigo 25 A Companhia não terá Conselho Fiscal permanente, sendo que este somente se instalará a pedido de acionistas que preencham os requisitos previstos no artigo 161 da Lei nº 6.404/76. Artigo 26 O Conselho Fiscal será composto de 03 (três) a 05 (cinco) membros e de suplentes em igual número. A remuneração dos Conselheiros Fiscais será determinada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o limite mínimo estabelecido no artigo 162, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/76. Parágrafo 1º O Conselho Fiscal terá os poderes e atribuições determinados pela Lei nº 6.404/76. Parágrafo 2º Nos impedimentos ou ausências de membros do Conselho Fiscal, estes serão substituídos pelos respectivos suplentes. Capítulo VI. Do Exercício Social e Distribuição de Resultados. Artigo 27 O exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na legislação comercial e fiscal. Artigo 28 A Diretoria deverá submeter à Assembleia Geral juntamente com as Demonstrações Financeiras, a proposta de destinação do resultado do exercício, sendo que os lucros líquidos serão destinados: (i) 5% (cinco por cento) para o Fundo de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social; (ii) a importância destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei nº 6.404/76; (iii) o saldo remanescente do lucro líquido, após a destinação prevista nos itens (a) e (b) anteriores, deverá ser destinado (i) à Reserva para Investimentos e Expansão ou (ii) e acordo com a proposta da administração sujeita à deliberação da Assembleia Geral. Artigo 29 A Companhia terá uma reserva estatutária denominada "Reserva para Investimentos e Expansão", a qual tem como finalidade assegurar os recursos suficientes para expandir as atividades e investimentos, bem como para subsidiar projetos para o desenvolvimento e aprimoramento das atividades da Companhia. Parágrafo 1º Efetivadas as destinações previstas nos itens (a) e (b) do Artigo 28, acima, 100% (cem por cento) do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício poderá ser destinado para a Reserva de Investimentos e Expansão. Parágrafo 2º Caso não utilizados ou aproveitados para a absorção de prejuízos acumulados, a Assembleia Geral poderá, a qualquer tempo, deliberar a distribuição dos valores contabilizados na Reserva de Investimentos e Expansão aos acionistas, com dividendos, bem como sua capitalização ou sua aplicação na compra de ações para manutenção em tesouraria. Parágrafo 3º O saldo da Reserva para Investimentos e Projetos não poderá exceder o capital social, nem isoladamente, nem em conjunto com as demais reservas de lucros, com exceção das reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, conforme disposto no art. 199 da Lei nº 6.404/76. Ultrapassado esse limite, a Assembleia Geral deverá destinar o excesso para distribuição de dividendos aos acionistas, recompra de ações integralizando ou aumento de capital. Artigo 30 Em razão da natureza das atividades da Companhia, que necessita de constantes reinvestimentos de capital próprio, os acionistas não farão jus ao recebimento de dividendo mínimo obrigatório. Na hipótese de este dispositivo vir a ser considerado nulo em juízo, fica estabelecido, para os fins previstos no caput do art. 202 da Lei nº 6.404/76, que os acionistas farão jus ao recebimento de dividendo mínimo obrigatório no valor de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício ajustado, nos termos do art. 202, inciso I, da Lei nº 6.404/76. Artigo 31 A Diretoria poderá levantar balanços intermediários e declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, observadas as restrições legais. Capítulo VII. Da Liquidação da Companhia. Artigo 32 A Companhia entrará em liquidação nos casos legais, cabendo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante que deverá atuar nesse período. São Paulo, 5 de janeiro de 2024.

Arrow Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 43.076.082/0001-60 - NIRE 35.300.172.124

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de fevereiro de 2023

1. **Data, Local e Hora:** 02 de fevereiro de 2023, às 10h00, na sede social da Arrow Brasil S.A. ("Companhia"), localizada na Capital do Estado de São Paulo, na Via Anhanguera, S/N, Jardim Jaraguá, CEP 05275-000, Unidade 34 do Centro Logístico Anhanguera. 2. **Composição da Mesa:** Presidente: Sr. Antonio Celso Dantas. Secretária: Sra. Fernanda Alves Ferreira Suarez. 3. **Convocação e presença:** A convocação foi dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do conselho de administração: Gary Lee Cantor, Stephanie Dura e Rick Seidlitz. 4. **Ordem do dia:** Eleição de membros da Diretoria. 5. **Deliberações:** Em razão do falecimento do Diretor Executivo, Sr. José Alberto Rezende Caous, e da eleição de novos membros do Conselho de Administração da Companhia pela Assembleia Geral, os novos membros do Conselho de Administração da Companhia decidem alterar a composição da Diretoria da Companhia e eleger eis novos membros. A unanimidade dos membros do Conselho de Administração deliberou por eleger o Sr. Antonio Celso Dantas, brasileiro, casado, auditor financeiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.397.137 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 062.950.658-21, com escritório na Capital do Estado de São Paulo, na Via Anhanguera, S/N, Jardim Jaraguá, CEP 05275-000, Unidade 34 do Centro Logístico Anhanguera, que antes ocupava o cargo de Diretor sem designação específica da Companhia, para o cargo de Diretor Executivo, e o Sr. Gary Lee Cantor, americano, casado, administrador, portador do passaporte americano nº 643047249, com escritório em Centennial, Colorado, na 9201 e Dry Creek Rd, Código Postal 80112, Estados Unidos da América, para o cargo de Diretor sem designação específica, com mandato de 1 (um) ano, a contar desta data. Não obstante o prazo indicado acima, os Diretores permanecerão no cargo e no exercício de suas funções até a eleição e posse de novos diretores, nos termos do artigo 17 do estatuto social da Companhia e do art. 150, §4º, da Lei nº 6.404/76, estendendo-se o prazo de mandato automaticamente até que isso ocorra. 6. **Declaração de desimpedimento:** Os Diretores eleitos declaram, neste ato, que não estão impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do art. 147, §1º, da Lei nº 6.404/76. 7. **Documentos arquivados na sede social:** Termos de posse e declaração de desimpedimento dos Diretores eleitos. 8. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a reunião foi suspensa pelo tempo necessário para a lavratura dessa ata em formato sumário, no respectivo livro, em conformidade com o disposto no art. 130, §1º da Lei nº 6.404/76. Após lida e achada conforme, esta ata foi assinada. Esta ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. São Paulo, 02 de fevereiro de 2023. Conselheiros presentes: Gary Lee Cantor (pp. Antonio Celso Dantas e Fernanda Alves Ferreira Suarez), Stephanie Dura (pp. Antonio Celso Dantas e Fernanda Alves Ferreira Suarez) e Rick Seidlitz (pp. Antonio Celso Dantas e Fernanda Alves Ferreira Suarez). JUCESP nº 113.605/23-7 em 22/03/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Arrow Brasil S.A.

CNPJ nº 43.076.082/0001-60 - NIRE 35.300.172.124

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de janeiro de 2024

1. **Data, Hora e Local:** 5 de janeiro de 2024, às 10h00, na sede social da Arrow Brasil S.A. ("Companhia"), localizada na Capital do Estado de São Paulo, na Via Anhanguera, S/N, Jardim Jaraguá, CEP 05275-000, Unidade 34 do Centro Logístico Anhanguera. 2. **Mesa:** Presidente: Sr. Antonio Celso Dantas; Secretária: Sra. Fernanda Alves Ferreira Suarez. 3. **Convocação e Presença:** nos termos do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia, a convocação foi dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do conselho de administração: Gary Lee Cantor, Stephanie Dura e Rick Seidlitz. 4. **Ordem do Dia:** Eleição de membros da Diretoria da Companhia. 5. **Deliberações:** a unanimidade dos membros do conselho de administração da Companhia deliberou por eleger, com mandato de 3 (três) anos, nos termos do artigo 17 do Estatuto Social: (i) o Sr. Diego Perez Monsalvo, Argentino, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RNM nº F-9389901, inscrito no CPF sob o nº 719.223.541-55, com escritório na Capital do Estado de São Paulo, na Via Anhanguera, S/N, Jardim Jaraguá, CEP 05275-000, Unidade 34 do Centro Logístico Anhanguera, para o cargo de Diretor Executivo; e (ii) o Sr. Antonio Celso Dantas, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.397.137 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 062.950.658-21, com escritório na Capital do Estado de São Paulo, na Via Anhanguera, S/N, Jardim Jaraguá, CEP 05275-000, Unidade 34 do Centro Logístico Anhanguera, que antes ocupava o cargo de Diretor Executivo, para o cargo de Diretor sem designação específica. A Diretoria passará a ser composta exclusivamente pelos 2 (dois) Diretores anteriormente mencionados, ficando vagos os outros dois cargos da Diretoria (Vice-Diretor Executivo e o outro Diretor sem designação específica). 6. **Declaração de Desimpedimento:** os Diretores eleitos declaram, neste ato, que não estão impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do art. 147, §1º, da Lei nº 6.404/76. 7. **Documentos Arquivados na Sede Social:** termos de posse e declaração de desimpedimento dos Diretores eleitos. 8. **Encerramento:** nada mais havendo a tratar, a reunião foi suspensa pelo tempo necessário para a lavratura desta ata em formato sumário, no respectivo livro, em conformidade com o disposto no art. 130, §1º da Lei nº 6.404/76. Após lida e achada conforme, esta ata foi assinada. Esta ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. São Paulo, 5 de janeiro de 2024. Conselheiros presentes: Gary Lee Cantor (pp. Antonio Celso Dantas e Fernanda Alves Ferreira Suarez), Stephanie Dura (pp. Antonio Celso Dantas e Fernanda Alves Ferreira Suarez) e Rick Seidlitz (pp. Antonio Celso Dantas e Fernanda Alves Ferreira Suarez). JUCESP nº 47.311/24-1 em 05/02/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Arrow Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 43.076.082/0001-60 - NIRE 35.300.172.124

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de julho de 2022

1. **Data, Local e Hora:** 11 de julho de 2022, às 15h00, na sede social da Arrow Brasil S.A. ("Companhia"), localizada na Capital do Estado de São Paulo, na Rua José Gomes Falcão, nº 111, Barra Funda, CEP 01139-010. 2. **Composição da Mesa:** Presidente: Sr. José Alberto Rezende Caous. Secretário: Sr. Antonio Celso Dantas. 3. **Convocação e presença:** a convocação foi dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do conselho de administração: James William Sytsma, Christopher David Stansbury e John Alan Bird. 4. **Ordem do dia:** eleição dos membros da Diretoria. 5. **Deliberações:** a unanimidade dos membros do Conselho de Administração deliberou por reeleger o Sr. José Alberto Rezende Caous, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.958.599 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 075.914.918-65, para o cargo de Diretor Executivo; e o Sr. Antonio Celso Dantas, brasileiro, casado, auditor financeiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.397.137 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 062.950.658-21, para o cargo de Diretor sem designação específica, ambos residentes e domiciliados na Capital do Estado de São Paulo, com escritório na Rua José Gomes Falcão, nº 111, Barra Funda, CEP 01139-010, com mandato de 1 (um) ano, a contar desta data. Não obstante o prazo indicado acima, os diretores permanecerão no cargo e no exercício de suas funções até a eleição e posse de novos diretores, nos termos do artigo 17 do estatuto social da Companhia e do art. 150, §4º, da Lei nº 6.404/76, estendendo-se o prazo de mandato automaticamente até que isso ocorra. Em razão do disposto no artigo 17 do estatuto social da Companhia e no art. 150, § 4º, da Lei nº 6.404/76, os Conselheiros ratificam que os Diretores continuaram no exercício de seus cargos desde 29 de maio de 2022 até a presente data. 6. **Declaração de desimpedimento:** Os diretores reeleitos declaram, neste ato, que não estão impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do art. 147, §1º, da Lei nº 6.404/76. 7. **Documentos arquivados na sede social:** termos de posse e declaração de desimpedimento dos diretores eleitos. 8. **Encerramento:** nada mais havendo a tratar, a reunião foi suspensa pelo tempo necessário para a lavratura dessa ata em formato sumário, no respectivo livro, em conformidade com o disposto no art. 130, §1º da Lei nº 6.404/76. Após lida e achada conforme, esta ata foi assinada. Esta ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. São Paulo, 11 de julho de 2022. Conselheiros presentes: James William Sytsma (pp. José Alberto Rezende Caous e Antonio Celso Dantas), Christopher David Stansbury Sytsma (pp. José Alberto Rezende Caous e Antonio Celso Dantas) e John Alan Bird (pp. José Alberto Rezende Caous e Antonio Celso Dantas). JUCESP nº 403.275/22-2 em 08/08/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Arrow Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 43.076.082/0001-60 - NIRE 35.300.172.124

Ata de Reunião do Conselho de Administração

1. **Data, Local e Hora:** 29 de maio de 2021, às 10h00, na sede social da Arrow Brasil S.A. ("Companhia"), localizada na Rua Jose Gomes Falcão, 111, Barra Funda, CEP 01139-010, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. 2. **Composição da Mesa:** Sr. José Alberto Rezende Caous como Presidente e o Sr. Antonio Celso Dantas como Secretário. 3. **Convocação e presença:** a convocação foi dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração: Christopher David Stansbury, John Alan Bird e Alan Chan. 4. **Ordem do dia:** eleição dos membros da Diretoria. 5. **Deliberações:** a unanimidade dos membros do Conselho de Administração deliberou por reeleger o Sr. José Alberto Rezende Caous, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.958.599 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 075.914.918-65, para o cargo de Diretor Executivo; e o Sr. Antonio Celso Dantas, brasileiro, casado, auditor financeiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.397.137 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 062.950.658-21, para o cargo de Diretor sem designação específica, ambos residentes e domiciliados na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Jose Gomes Falcão, 111, Barra Funda, CEP 01139-010, com mandato de 1 (um) ano, a partir desta data. Não obstante o prazo indicado acima, os diretores permanecerão no cargo e no exercício de suas funções até a eleição e posse de novos diretores, nos termos do artigo 17 do estatuto social da Companhia e do art. 150, §4º, da Lei nº 6.404/76, estendendo-se o prazo de mandato automaticamente até que isso ocorra. 6. **Declaração de desimpedimento:** Os diretores reeleitos declaram, neste ato, que não estão impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do art. 147, §1º, da Lei nº 6.404/76. 7. **Documentos arquivados na sede social:** votos por escrito, termos de posse e declaração de desimpedimento dos diretores eleitos. 8. **Encerramento:** nada mais havendo a tratar, a reunião foi suspensa pelo tempo necessário para a lavratura dessa ata em formato sumário, no respectivo livro, em conformidade com o disposto no art. 130, §1º da Lei nº 6.404/76. Após lida e achada conforme, esta ata foi assinada. Esta ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. São Paulo, 29 de maio de 2021. JUCESP nº 394.985/21-7 em 18/08/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/05/2026 Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

